

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Área Científica de Estudos Africanos

**EMPOWERMENT – UMA ESTRATÉGIA DE LUTA CONTRA A
POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL EM CABO VERDE - O
CASO DE LAJEDOS**

GIZELA GOMES MONTEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

**Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise
e Gestão**

Orientador:

Prof. Doutor Rogério Roque Amaro

JUNHO, 2008

**Gizela
Gomes
Monteiro**

**EMPOWERMENT – UMA ESTRATÉGIA DE LUTA CONTRA A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM CABO
VERDE: O CASO DE LAJEDOS**

**Junho
2008**



Instituto Superior de Ciências
do Trabalho e da Empresa

Dedicatória:

A

...aqueles que a sofrem

...aqueles que a combatem

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar os meus agradecimentos a todas as pessoas e organismos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização desta dissertação. Pessoas que nela se envolveram contribuíram antes de tudo para o meu processo de empowerment (persistir os meus objectivos, tornar-me mais hábil no processo de pesquisa bibliográfica e da Internet, enfrentar principalmente o inglês e o espanhol, retomar o hábito de muita leitura, etc.).

Ao ISCTE, instituto onde foi possível fazer a minha Licenciatura e agora o Mestrado.

Ao meu professor Rogério Roque Amaro, meu orientador, um agradecimento muito especial pelo apoio moral, académico e pelos enriquecedores comentários.

Às pessoas que participaram na investigação como entrevistados, porque sem essa colaboração, havia sido impossível a obtenção de dados necessários para o estudo.

Ao Atelier Mar, pela disponibilidade, colaboração e apoio material.

Aos envolvidos no projecto, que se disponibilizaram para as entrevistas ou troca de opiniões.

Aos meus professores e colegas do Mestrado que se tornaram mais próximos e que possibilitaram a partilha de informações, de ideias, e eventos sociais e pela sua motivação durante o curso, destacando o professor José Manuel Henriques e a colega Zeuga que sempre estiveram por perto, durante a elaboração da dissertação.

A Jandira, Euda e Carina pela amizade e apoio na minha estadia no Porto Novo.

Aos meus amigos que em diversos momentos me souberam incentivar para continuar.

Por último, mas não menos importante, à minha família principalmente à minha mãe que sempre soube nos incentivar (a mim e aos meus irmão) mostrando a importância da “instrução”. Ao meu pai pela noção de rigor e de disciplina que sempre nos tentou inculcar. Ao Luís, pelo caminho que vamos percorrendo da qual este trabalho também faz parte. Aos meus irmãos: Edna, Neusa, Marley e Valdina, pelo carinho, incentivo e pela amizade.

RESUMO

Esta dissertação foi elaborada com vista à candidatura do grau de Mestre em *Desenvolvimento Diversidade Locais e Desafios Mundiais - Análise e Gestão*. Procura ser uma análise da importância que as iniciativas de desenvolvimento local baseadas na participação e no empowerment da população envolvida, têm na inclusão das pessoas pobres e excluídas. A reflexão incide sobre um projecto de desenvolvimento intitulado “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos” que decorre desde 1993 na comunidade de Lajedos, comunidade rural situada na ilha de São Antão em Cabo Verde, Projecto promovido por uma ONG Cabo-verdiana – Atelier Mar sediada na ilha de São Vicente.

Esta análise tem o propósito de investigar se o projecto é um projecto de desenvolvimento local, se luta contra a pobreza e a exclusão social, se objectiva o empowerment da população envolvida e a sua sustentabilidade no tempo.

Para esta análise foi imprescindível um quadro teórico que não pode deixar de tocar os conceitos de Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Pobreza e Exclusão Social e Empowerment.

Palavras-Chave

Desenvolvimento Local

Pobreza e Exclusão Social

Empowerment

Cabo Verde

Lajedos

ABSTRACT

This dissertation was written in partial fulfillment of the requirements for a Master in *Development, Local Diversity and Global Challenges – Analysis and Management*. It seeks to analyze the importance that local development initiatives based on the participation and empowerments of the target population have on the inclusion of poor and excluded people. This reflection is based on a development project entitled *Lajedos Community Development* started in 1993 in Lajedos, a rural community located on the island of Santo Antão in Cape Verde. A Cape Verdean NGO, Atelier Mar, based in the island of Sao Vicente, promotes this project.

The purpose of this analysis is to answer whether this is a local development project, if it fights poverty and social exclusion, if it has the objective of empowering the target population and if it is self-sustainable in the long run.

To conduct this analysis it was necessary to base on a theoretical framework that could not leave out the concepts of *Development, Local Development, Poverty, Social Exclusion* and *Empowerment*.

Key Words

Local Development

Poverty and Social Exclusion

Empowerment

Cape Verde

Lajedos

ÍNDICE TEMÁTICO

Agradecimentos.....	iv
Resumo	v
Abstract	vi
I – INTRODUÇÃO	1
1 – Apresentação do Tema	1
2 – Pertinência do Estudo.....	3
3 – Objectivos da investigação	5
4 – Organização do trabalho	6
5 – Metodologia do trabalho	7
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	11
II – DESENVOLVIMENTO	12
1 - Surgimento do Conceito.....	12
2 - Novas Abordagens do Desenvolvimento	18
3 – O Conceito do Desenvolvimento Local	27
3.1 Apresentação do Conceito	28
3.2 – Principais Implicações para a Acção	33
III – POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	45
1 – A Pobreza no Mundo Actual – Algumas Perspectivas.....	45
2 – Conceitos de Pobreza e Exclusão Social	48
2.1 – Pobreza	48
2.2 – Exclusão Social	51
3 – Estratégias de Luta Contra Pobreza e Exclusão	55
IV – EMPOWERMENT COMO INSTRUMENTO DE LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL.	60
1 – Significados e Implicações do Conceito de Empowerment.....	60
2 – Processos de Empowerment como Instrumentos de Luta contra a Pobreza.....	68
3 – Empowerment e Desenvolvimento Local.....	75

PARTE II – ESTUDO DE CASO.....	81
V – CABO VERDE – SITUAÇÃO SÓCIO ECONOMICA	82
1 – Caracterização Geral.....	82
2 – Situação Económica.....	83
3 – Situação Social	85
3.1 – A pobreza em Cabo Verde.....	86
3.1.1 – Caracterização Geral.....	86
3.1.2 – O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP)	90
VI – O CASO de LAJEDOS	93
1 – Caracterização e História do Atelier Mar.....	93
2 – Descrição do Projecto “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos”	97
2.1 – Contexto Económico/social e origem do projecto	97
2.2 – Objectivos do projecto	99
2.3 – Participantes	100
2.4 – Etapas e Actividades Desenvolvidas	102
2.4.1 – Abertura Projecto	102
2.4.2 – Componentes do projecto	104
2.5 – Parcerias	110
2.6 – Organização e Gestão	110
2.7 – Problemas e Dificuldades encontradas na implementação dos projectos	112
VII – ANALISE DOS RESULTADOS DO PROJECTO “DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE LAJEDOS”.	114
1 – A Luz do conceito de Desenvolvimento Local	114
2 – Na perspectiva de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social	123
3 – Como processo de Empowerment da População	127
4 – Sustentabilidade	133
VII – CONCLUSÃO.....	136
Bibliografia.....	142
Anexo.....	147

I – INTRODUÇÃO

A pobreza constitui o centro de atenção e a maior preocupação não só dos pobres mas também da teoria e da prática da economia do desenvolvimento. Nos últimos anos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial tem dedicado suas principais publicações ao tema da pobreza. Na África Subsariana a quantidade de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia é flagrante, cerca de metade dessa população vive na pobreza.

Durante muitos anos o Banco Mundial promoveu a ideia de que o crescimento económico levaria a uma redução da pobreza através de um efeito “trickle down effect”¹ contudo, no relatório de 2000/2001 do Desenvolvimento Mundial critica-se este ponto de vista e mostra-se que não há uma clara relação entre Desenvolvimento e redução da pobreza. Segundo este relatório, as causas da pobreza situam-se em múltiplos âmbitos, sugerindo uma ampliação do conceito de pobreza incluído novas dimensões como as Oportunidades, o Empowerment e a Segurança juntamente com os já tradicionais indicadores de desenvolvimento humano como a educação, saúde e esperança de vida e o rendimento.

Com esta dissertação, pretende-se dar conta de um processo de pesquisa que presidirá um estudo sobre o Empowerment nos projectos de Desenvolvimento Local que lutam contra a Pobreza e a Exclusão Social em Cabo Verde, com um estudo de caso que incidirá sobre o projecto “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos” desenvolvido na comunidade de Lajedos, ilha de Santo Antão por uma ONG Cabo-verdiana, o Atelier Mar.

A pergunta de partida que me parece abrir caminho a esta investigação é a seguinte: Como é que os processos de Empowerment nos projectos de Desenvolvimento Local contribuem para o bem-estar e inclusão dos mais desprotegidos.

1 – Apresentação do Tema

O presente trabalho destina-se à apresentação da tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Mundiais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão, com o objectivo de apurar os conhecimentos adquiridos durante a parte lectiva do curso. O trabalho intitula-se “Empowerment como Estratégia de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social – o Caso Lajedos” e pretende verificar os resultados de um projecto que luta contra a pobreza e

¹ (*trickle-down effect*) - processo pelo qual, é suposto as políticas que fazem os ricos mais ricos beneficiar todos os membros dessa economia, fazendo irradiar a riqueza a partir das elites e dos mais ricos, tornando-os capazes de criar riquezas para todos.

exclusão social na comunidade de Lajedos, ilha de Santo Antão em Cabo Verde, na óptica da participação, empowerment e da sustentabilidade.

O interesse pela pobreza e exclusão social reside no facto de este tema constituir um dos principais problemas sociais do mundo actual. Hoje, é uma questão mundial e preocupação de vários países e também, da teoria e da prática da economia do desenvolvimento tentar procurar um mínimo de indicadores que possam dar conta dos “modos de vida” das pessoas, em especial as pessoas pobres e excluídas. A erradicação da pobreza extrema e da fome é o primeiro dos oito objectivos do milénio para o desenvolvimento.

Em Cabo Verde, como em vários outros países a luta contra a pobreza e a exclusão social define-se como sendo uma das prioridades políticas e sociais do desenvolvimento do país. A pobreza pode ser considerada um fenómeno estrutural e persistente. Está fortemente enraizada no tecido social. E o número de pobres e excluídos tem sido expressivo ao longo dos anos. Hoje, cerca de 36% da população residente em Cabo Verde é pobre, sendo cerca de 20% da população muito pobre (INE). E por ser natural de Cabo Verde, estas questões me tocam directamente, daí o interesse em desenvolver um trabalho no país.

A escolha do “empowerment”, como o instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social é pelo facto de este ser um instrumento que conjuga estratégias e acções orientadas para a valorização dos recursos humanos. Pelo facto de ter uma Licenciatura em Psicologia Social e das Organizações e no sentido de não me desviar muito, achei por bem continuar a minha reflexão centrada nas pessoas, na sua formação, nas suas competências e no seu valor como imprescindível para o desenvolvimento, neste caso na sua comunidade, na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Pelo facto do empowerment ser um instrumento que veio no sentido de dar resposta às inúmeras iniciativas e estratégias de desenvolvimento que falharam por não levarem em conta a especificidade própria de cada povo e de cada comunidade em termos sociais, políticos, culturais e económicos.

Cada vez mais há uma preocupação com as pessoas e com o desenvolvimento das suas capacidades e competências. E qualquer programa que tenha a pretensão de combater a pobreza e a exclusão social deve ter como objectivo devolver a essas populações o poder que perderam, para que tenham condições de pleno exercício da cidadania. O empowerment para além de ser uma estratégia de luta contra a pobreza material, é também um instrumento de inclusão política, social e cultural.

Dado carácter psicossocial dos conceitos de pobreza e exclusão social a pretensão é que o empowerment devolva o poder social a nível do indivíduo e da colectividade. A nível individual está-se a falar por exemplo: da auto-estima, da auto-confiança pessoal e profissional, da capacidade individual de exercer a liderança da acção colectiva e com a maturação intelectual, afectiva e emocional na relação interpessoal, etc. A nível do colectivo está-se a falar de mudanças nas relações de entre ajuda na comunidade local, da aprendizagem da capacidade de auto organização da acção colectiva, valorização da identidade cultural da comunidade local, etc.

A escolha de uma ONG é devido ao papel importante que as ONG têm vindo a assumir no desenvolvimento local e no combate a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde. O Atelier Mar - ONG promotora do projecto “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos”, objecto do estudo de caso, é uma organização autónoma criada desde 1979 em São Vicente. E que com este e outros projectos, passou de “artes e ofícios” a ser considerada uma referência regional de “economia solidária”.

No que refere aos projectos de formação ou de intervenção cultural tem actuado a nível nacional. Nos projectos de desenvolvimento comunitário tem privilegiado as ilhas de São Vicente e Santo Antão. O projecto que vai ser analisado e avaliado na perspectiva do desenvolvimento local e do empowerment da população começou em 1989 na comunidade de Lajedos – ilha de Santo Antão.

2 - Pertinência do Trabalho

Esta investigação espera contribuir para a análise do problema de pobreza e exclusão social em Cabo Verde e mostrar a importância que o empowerment poderá ter na luta contra este problema que faz parte da nossa realidade física, económica, social e cultural. O empowerment é considerado um instrumento potentíssimo nesta luta, uma vez que tenta integrar todas as variáveis que analisem a complexidade e multidimensionalidade da pobreza e exclusão social.

Estas questões – pobreza e exclusão, empowerment e desenvolvimento local tem sido alvo de um intenso debate entre vários profissionais e tem merecido por parte dos governos de Cabo Verde alguma atenção.

Espera-se que o resultado da investigação seja importante em vários sentidos.

Do ponto de vista científico a importância do trabalho deverá passar pelo contributo que traz para a comunidade científica. Na minha opinião este trabalho poderá contribuir para discutir os conceitos de Pobreza, Exclusão Social, Empowerment e Desenvolvimento em Cabo Verde e as implicações que um estudo desta natureza poderá trazer do ponto de vista científico, como por exemplo, ao nível da sistematização teórica e da bibliografia sobre o tema, já que muito pouco se tem escrito sobre o assunto. Há pouca informação e muitas vezes não está actualizada. Por outro lado, poderá trazer ganhos para a reflexão teórica sobre o tema. Aprofundar o conhecimento científico da pobreza e da exclusão social e recorrer aos meios e métodos que esse conhecimento aconselha, faz aumentar a eficácia das intervenções na luta contra a pobreza e a exclusão social. E espera-se que esta dissertação ajude no desenvolvimento das teorias e conceitos que envolvem esta Luta, de forma a melhorar o conhecimento e o impacto das estratégias.

Do ponto de vista social esta dissertação justifica-se pois, pode contribuir para a consciencialização e análise do problema, no sentido de melhor responder as necessidades das comunidades e pessoas em situação de pobreza e exclusão social, pode ainda contribuir para incentivo e empenhamento por parte das ONG, das autarquias locais e da população em geral na luta contra a pobreza e a exclusão social através do empowerment, sobretudo se o trabalho conseguir avaliar a eficácia do projecto “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos” do ponto de vista do empowerment da população e conseguir transpor esta aprendizagem para outras comunidades, tendo em conta sempre os êxitos e os fracassos e a sua adaptação noutras realidades. Pode também servir para melhor compreensão e identificação das situações de pobreza e exclusão social, quer do ponto de vista teórico quer prático e facilitar uma melhor actuação. Será ainda importante para o Atelier Mar fazer uma avaliação do projecto tendo em conta uma observação imparcial e fundamentada, aproveitando desta aprendizagem para abordar outros projectos presentes e futuros.

Esta dissertação será importante do ponto de vista político se de alguma forma influenciar a tomada de decisão do poder político: se conseguir dar uma maior visibilidade às questões aqui levantadas, se contribuir para incentivar o Governo na colaboração e no apoio às iniciativas de luta contra a pobreza e a exclusão social; se contribuir para a criação de projectos que visam a melhoria de vida e de bem-estar das pessoas através do seu envolvimento, da sua participação e da sua responsabilização nas políticas sociais; se facilitar no desenvolvimento de medidas de política e criar equipamentos, infra-estruturas e serviços mais adequados e eficazes para fazer faces ao problema da pobreza e exclusão social.

Há também uma justificação pessoal, e na minha opinião esta é a vertente que mais e melhor justifica a pertinência do trabalho, pois por muito que o trabalho seja relevante para a reflexão teórica, para a comunidade social e política só chegará ao fim e alcançará os objectivos propostos se da parte do investigador houver uma motivação pessoal muito grande que poderá provir de várias razões. Vou apontar as três razões mais importantes no meu ponto de vista, embora haja muitas mais. Em primeiro lugar, este trabalho de investigação nasce de um interesse pelas questões de Desenvolvimento Humano e Comunitário. Por outro lado, por ser de Cabo Verde, um país em “vias de desenvolvimento”, ainda muitas questões se colocam em torno do desenvolvimento do país onde começa, por quem passa, etc. E cada vez mais há uma consciencialização por parte dos cabo-verdianos, psicólogos, sociólogos, ONG enfim pessoas e entidades interessadas e que trabalham nestas questões que há muito a fazer no sentido da criação de um ambiente favorável ao aumento das capacidades e igualdade de oportunidades dos grupos. Por outro lado ainda, o desenvolvimento desta dissertação vai-me permitir investigar e aprofundar conhecimentos num tema actual e problemático tanto em Cabo Verde como no Mundo. E perspectivado no futuro ter um leque de conhecimentos nestas questões que me poderá abrir novas portas no campo profissional e vir a desenvolver projectos nesta área. E por último, para além de estudar e entender a realidade das questões da pobreza e da exclusão social em Cabo Verde, acredito que também estarei a dar um primeiro contributo nesta luta que é de todos nós.

3 – Objectivos da Investigação

O objectivo fundamental (Global) será analisar a contribuição que as iniciativas de desenvolvimento local têm na superação da pobreza e na inclusão social, através do empowerment da população envolvida, com o propósito de determinar como é que o empowerment da população poderá contribuir para a melhoria de vida de uma comunidade. Melhorias essas que devem ir para além da dimensão material da pobreza e da exclusão. As dimensões sociais e culturais são encaradas como vertentes importantes nesta dissertação.

Como objectivos específicos podemos apontar:

- Analisar o projecto de desenvolvimento Comunitário de Lajedos na óptica de um projecto de Desenvolvimento Local;
- Analisar o projecto de desenvolvimento Comunitário de Lajedos na perspectiva de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social;
- Determinar níveis de empowerment e as mudanças em termos individuais, colectivos e comunitário (numa tentativa de avaliar as competências, capacidades, políticas, práticas e impacto do projecto “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos);

- Analisar as perspectivas pós projecto, no sentido de ver se o projecto tem sustentabilidade no tempo;

Para melhor compreender e avaliar os projecto em termos de empowerment e sustentabilidade económica, social e política, achamos importante fazer a análise à luz do conceito de desenvolvimento local que é um conceito abrangente e que, como vimos na revisão da literatura do tema, um projecto de desenvolvimento local é um projecto que luta contra a pobreza e exclusão social dos mais desprotegidos e é um processo que objectiva a sustentabilidade social e económica através do empowerment da população.

4 – Organização do Trabalho

Esta dissertação está estruturada em duas, partes sendo que a primeira parte será o resultado de uma revisão de literatura que irá compor o quadro teórico e a segunda é dedicada ao estudo de caso.

No primeiro, e no sentido de contextualizar os mecanismos de empowerment, enquanto instrumento capaz de promover a participação, o envolvimento e a capacitação das populações na sociedade, foi importante estabelecer a ponte entre os conceitos: Desenvolvimento e Desenvolvimento Local, Pobreza e Exclusão Social e Empowerment. Com o objectivo de mostrar a evolução que o conceito de desenvolvimento teve e com o intuito de chegar as novas abordagens do desenvolvimento que vem mostrar a importância do local, da visão integral e integrada, da participação, do poder, da equidade, da cooperação, do empowerment e da sustentabilidade do desenvolvimento e as repercussões que isso poderá ter na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Os conceitos de pobreza e exclusão social também foram definidos no sentido de apercebermos das semelhanças, diferenças e até complementaridade. Neste ponto tentamos abordar as perspectivas dos conceitos no mundo actual e as estratégias importantes para a sua luta.

No fim deste capítulo falou-se do conceito de empowerment, como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social, dos seus significados e implicações, dos processos implicados e uma breve articulação com o conceito de desenvolvimento local. O terceiro ponto “empowerment e desenvolvimento local” foi preparado como forma de síntese, uma vez que ao longo do enquadramento teórico foi-se articulando os dois conceitos.

A segunda parte intitulada “Estudo de Caso” abriu-se dois capítulos:

- “Cabo Verde – Situação Sócio Económica”, onde fez-se uma breve caracterização geral, económica e social de Cabo Verde, onde foi abordada a questão da pobreza e o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza de Cabo Verde;
- “O Caso o Lajedos”, capítulo que começa com uma breve caracterização e história do Atelier Mar (ONG promotora Projecto) seguido de uma descrição do projecto. Foi feita um enquadramento no contexto Geográfico e Social, falou-se dos objectivos, dos beneficiários, das actividades desenvolvidas, das parcerias, da organização e opções metodológicas, dos problemas e dificuldades encontradas ao longo do trabalho. E, para terminar o capítulo e o trabalho, foi feita a análise do projecto no sentido de perceber se o projecto baseou-se nos parâmetros que caracterizam um projecto de Desenvolvimento local, se luta contra a pobreza e a exclusão social e se objectiva a sustentabilidade económica e social através do empowerment.

5 – Metodologia do Trabalho

A escolha da metodologia baseia-se no tipo de informação que se deseja obter, na resposta às questões levantadas e nos objectivos pretendidos. O êxito do trabalho vai depender em boa parte da escolha do método de investigação.

Nas ciências sociais têm prevalecido duas perspectivas teóricas principais, o positivismo, que diz que os resultados ou causas dos fenómenos sociais são independentes dos estados subjectivos, e a fenomenologia que entende os fenómenos sociais desde da perspectiva do autor, trata de descrever, compreender e interpretar os fenómenos que se apresentam à percepção. Dado que esta dissertação tem por objectivo compreender os motivos que estão por detrás das acções dos indivíduos, tomou-se a decisão de abordá-la na perspectiva da fenomenologia.

Da parte do investigador foi feito um esforço muito grande para afastar as próprias crenças, perspectivas e predisposições com o objectivo de influenciar o mínimo possível nos resultados obtidos, uma vez que estando consciente dos efeitos que o investigador poderia causar sobre as pessoas objecto de estudo, tentou-se controlá-los e reduzi-los a expressão mínima.

Optou-se fundamentalmente por técnicas de carácter qualitativo, numa perspectiva mais exploratória que confirmatória. É uma investigação indutiva que não avalia modelos, hipóteses ou teorias preconcebidas mediante recolha de dados, mas sim desenvolve conceitos, interacções, avaliações, partindo de dados recolhidos no cenário do objecto de estudo.

A eleição deste método deve-se ao facto de no início se ter desenhado uma investigação flexível em que o estudo se iniciaria com interrogações e objectivos vagamente formuladas e

que se concretizariam ao longo da investigação. Esta concretização só se deu depois da revisão da literatura e de uma primeira observação exploratória.

Dada a natureza do estudo optou-se por dois tipos de investigação: a bibliográfica e a empírica. A investigação bibliográfica ou investigação documental consistiu na revisão de documentos escritos, audiovisuais e de outra índole, que permitam ao investigador obter informação recompilada, processada e sistematizada por outros investigadores que pode ser útil aos objectivos da pesquisa. Nesta investigação, esta técnica foi baseada fundamentalmente na revisão de livros, publicações diárias e periódicas, dados estatísticos, relatórios técnicos, estudos académicos, documentos oficiais das administrações públicas e pesquisas na Internet. Permitiu construir o quadro teórico-conceptual e metodológico do trabalho e também abordar o país de estudo. As bibliotecas do ISCTE e do ISEG foram de grande utilidade neste processo.

Relativamente aos documentos referentes a Cabo Verde, ao concelho do Porto Novo e à Comunidade de Lajedos são escassos e desactualizados, o que limitou até certa medida a pesquisa bibliográfica.

Para o trabalho de campo escolhemos o projecto “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos”, por um lado, por ser um projecto já com algum andamento permitiu responder aos objectivos específicos do estudo pois, para verificar níveis de empowerment numa população e numa comunidade, só é possível de forma eficaz num projecto com algum andamento ou na fase final, que é o caso deste projecto, por outro lado, pelo facto de o Atelier Mar ser uma ONG com uma posição forte na luta contra a pobreza e exclusão social em Cabo Verde e nunca ter tido um “feedback” desta natureza.

Para fazer a análise e a avaliação do projecto “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos” optou-se pelo estudo de caso e pela investigação qualitativa, uma vez que o objectivo é pesquisar um projecto em particular, de luta contra a pobreza e exclusão social e tirar conclusões sobre princípios gerais deste caso específico.

Este tipo de investigação caracteriza-se por um estudo da sociedade que se centra na forma como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem. Existem diferentes abordagens que se consideram no âmbito deste tipo de investigação, mas a maioria tem o mesmo objectivo que é compreender a realidade social das pessoas, grupos e culturas. Os investigadores usam as abordagens qualitativas para explorar o comportamento, as perspectivas e as experiências das pessoas que eles estudam. Por outro

lado, esta aproximação qualitativa permite-nos também uma maior objectividade na captação da realidade, sempre complexa, preservando a espontânea continuidade temporal que lhe é inerente.

No sentido de exemplificar e caracterizar a teoria utilizaram-se três técnicas de forma coordenada e complementar: observação participante, entrevistas e investigação documental. Para este efeito, o investigador deslocou-se a Cabo Verde, onde permaneceu durante um período de 45 dias (Novembro a Dezembro 2007). Esteve 10 dias na ilha de São Vicente e os restantes na ilha de Santo Antão, na cidade do Porto Novo, tendo que se deslocar todos os dias à comunidade de Lajedos.

Com a investigação documental conseguida na sede do Atelier Mar em São Vicente, obteve uma primeira aproximação com o projecto – em que consistia e quais eram os seus objectivos. A chegada ao terreno e com a observação participante possibilitaram o confronto entre o conhecimento já adquirido e a realidade. As entrevistas facultaram um conhecimento em profundidade das percepções que as pessoas tinham em relação ao projecto. As técnicas utilizadas com os dias, passaram a acontecer paralelamente, de forma complementar e, sempre que necessário, com alterações que permitissem adaptar as informações e ideias novas que fossem surgindo.

As entrevistas basearam-se em conversas informais e entrevistas semi-estruturadas e abertas, de carácter informativo ou de opinião, com o objectivo de recolher de uma forma informal e sem um guião com questionário rígido, relatos da história de vida, experiências e opiniões sobre acontecimentos, factos e procedimentos, suas crenças e a forma de ver o mundo, o seu quotidiano e, por outro lado, obter informações básicas para elucidar o trabalho com alguns depoimentos.

Como grupo alvo destacaram-se três: os promotores e técnicos do projecto, os beneficiários e os observadores. Foi feito um guião geral de entrevista, só para ter uma referência das questões importantes que respondessem aos objectivos do trabalho. Dependendo do grupo alvo fez-se a selecção das questões que seriam mais adequadas ao grupo.

Foram realizadas 5 entrevistas aos promotores e técnicos, que, de certa forma, estão considerados no mesmo grupo uma vez que, na minha opinião, os técnicos absorveram bem a dinâmica e as intenções da ONG fazendo com que as opiniões acabassem por coincidir. Este grupo, ao longo da análise do projecto, irá ser denominado “Atelier Mar”.

Os beneficiários não foram escolhidos por nenhum critério em especial, embora tivesse tido a atenção de abarcar toda a população em termos de idade e de tentar manter um equilíbrio entre o número de homens e mulheres. As conversas foram tidas em crioulo, uma vez que é muito mais fácil qualquer cabo-verdiano entender e exprimir-se na sua língua materna. A maioria dos entrevistados foram mulheres, uma vez que estiveram mais receptíveis que os homens.

Os observadores foram escolhidos numa tentativa de ter uma opinião considerada de “fora”, no sentido de balançar e enriquecer os dados de análise. Para este efeito foram consideradas três pessoas que tinham um conhecimento da localidade e do projecto. Pessoas que, de certa forma, acompanharam o desenrolar do projecto e algumas delas, em algumas circunstâncias trabalharam em parceria com Atelier Mar, como por exemplo a Câmara Municipal e a direcção do Programa de Luta Contra a pobreza do Concelho do Porto Novo. O terceiro observador é uma pessoa que viveu durante muitos anos em Lajedos, mudou para a Cidade do Porto Novo mas continua a visitar a Família e Lajedos regularmente.

Para fazer a análise destas entrevistas e no sentido de facilitar e de fidelizar a interpretação foram construídas grelhas de análise, onde a informação relevante para analisarmos o projectos nos parâmetros do Desenvolvimento Local, de luta contra a pobreza, do empowerment e da sustentabilidade Económica foram evidenciados. A restante informação desta análise foi procurada em documentos escritos do Atelier Mar e na minha observação de terreno.

Acredito que a escolha da metodologia foi a mais acertada possível, mas o facto de ter estado pouco tempo em Lajedos (período de 1 mês) e também das pessoas muitas vezes não estarem muito à vontade para falar, principalmente os homens, acabou por dificultar a abordagem uma vez que os dados gerados podem ser considerados insuficientes. Por outro lado, para verificar empowerment, acredito que esta foi a melhor altura de ter chegado ao terreno, mas uma observação do investigador durante o decorrer de algumas actividades de certa forma fez falta.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta primeira parte vai ser dividida em três capítulos e o objectivo é fazer uma revisão de literatura sobre os conceitos que considerados chave para o desenvolvimento do trabalho. No primeiro capítulo se vai abordar, primeiro, do Desenvolvimento e do Desenvolvimento Local, num segundo momento a abordagem será a Pobreza e a Exclusão Social e num terceiro o Empowerment e a sua articulação com o Desenvolvimento Local.

Foi feita uma introdução do conceito de Desenvolvimento de forma alargada embora este não seja um conceito chave do trabalho mas que, por um lado, nos permite fazer um apanhado do percurso que teve até chegar à visão actual e que, por outro lado, contribui para enquadrar este trabalho no mestrado de “Desenvolvimento, Diversidade locais e Desafios Mundiais”.

II – DESENVOLVIMENTO

O conceito de Desenvolvimento tem sido nas últimas décadas um dos mais importantes e polémicos nas ciências sociais. De um conceito simples, tem vindo ao longo dos anos a tornar-se complexo, adquirindo novas versões e transformando-se num tema de discussão no plano político, académico, económico, ideológico, social e ambiental. Hoje há muitas dúvidas em relação ao conceito, podendo até dizer-se que há mais interrogações que certezas.

Segundo Roque Amaro, nos últimos 60 anos e em particular nos últimos 30, a complexidade adquirida por este conceito foi enriquecida pela contribuição de várias disciplinas e pelas experiências de várias práticas, tornando-se, por seu turno, portadora de múltiplos desafios, quer no que se refere às abordagens interdisciplinares que exige, quer no que respeita às estratégias e aos métodos de intervenção que implica.

Hoje é considerado um conceito multidimensional que, para além de envolver a base económica, passa pela reorganização e a reorientação de todos os sistemas económicos e sociais, incluindo também as dimensões sociais, políticas, culturais e ambientais e estabelecendo relações e articulações entre todas estas dimensões.

Neste capítulo não vamos fazer uma abordagem intensiva sobre o conceito de Desenvolvimento, mas vamos tentar mostrar a sua evolução, incidindo sobre as teorias que serviram de base para o surgimento, desenvolvimento e estruturação do conceito, numa tentativa de enquadrar o conceito de empowerment e também no sentido de enquadrar a dissertação no mestrado de “Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais”. Vai-se falar das novas abordagens do conceito e de uma forma mais pormenorizada sobre o Desenvolvimento Local, por ser aquele que mais vai de encontro aos objectivos da investigação.

1 – Surgimento do Conceito

O séc. XVIII é o século de referência quando se fala em Desenvolvimento, época de transição e de mudança socio-económica, marcada pelo início da Revolução Industrial, da emergência do capital e da crítica à sociedade feudal, período que marca e simboliza a “abundância”, a “riqueza”, o “bem-estar”, o “progresso” e, conseqüentemente, o crescimento².

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa são consideradas como os dois marcos históricos mais simbólicos na história do Desenvolvimento. As revoluções que antecederam a

² Amaro (2004). Segundo aula ministrada durante a parte lectiva do Mestrado.

revolução industrial introduziram profundas alterações e conseqüentemente um grande avanço das forças produtivas, permitindo um grande e crescente quantidade e variedade de produtos de satisfação das necessidades. Essas alterações, tiveram efeito ao nível das condições materiais e objectivas de vida e de produção, dando origem a várias revoluções: a Agrícola, a Comercial, a dos Transportes e Vias de Comunicação e a Tecnológica. É com essas revoluções que surge a ideia de que a industrialização é própria dos países desenvolvidos.

As reformas que levaram à Revolução Francesa (Revolução Cultural, Filosófica, Revolução Religiosa, Revolução Científica e Revolução Política) provocaram profundas alterações nos valores e nas condições subjectivas de vida. Essas revoluções trouxeram no seu seio novos conceitos como, por exemplo, o de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. O conteúdo do conceito de desenvolvimento é o resultado da sociedade industrial e a sua origem geográfica é a Europa por ter nascido da experiência Europeia.

Amaro³ apontou 11 mitos que marcaram o conceito de Desenvolvimento nos primeiros 30 anos após a segunda guerra mundial: *Economicismo* – o desenvolvimento assenta aumentos quantitativos de capital, de investimentos, de produção de vendas, de lucro e de acumulação de capital que possibilitam o enriquecimento; *Produtivismo* – o aumento de produção e o lucro são os factores decisivos; *Consumismo* – incentiva do consumo de todo o tipo de bens; *Quantitativismo* – a quantidade acima da qualidade; *Industrialismo* – o sector industrial, as fábricas são entendidas como o principal promotor e dinamizador de crescimento; *Tecnologismo* – o progresso tecnológico contínuo como verdadeira alavanca e motor de produtividade e de crescimento; *Racionalismo* – a ciência e eficiência produtiva são valores fundamentais; *Urbanicismo* – mito da superioridade do meio urbano sobre o rural, a cidade simboliza a inovação, a mudança, o dinamismo e a riqueza, enquanto o “campo” simboliza atraso, paragem; *Antropocentrismo* – o homem é o centro das atenções, está acima de todos os outros seres vivos; *Etnocentrismo* – eurocentrismo mais propriamente dito, as sociedades europeias são vistas como “modelo” desprezando os outros continentes; *Uniformismo* – ideia de que só um caminho nos leva ao objectivo. Essa ideia estava implícita no conceito de “eficiência” da pós-revolução industrial.

Durante muito tempo o desenvolvimento esteve associado a esta ideia de crescimento económico: produzir e consumir cada vez mais, visto simplesmente pelo “progresso material”. Nesta perspectiva o crescimento económico é a condição necessária e suficiente para o desenvolvimento. Todos os outros níveis de desenvolvimento (educação, saúde,

³ (2006:46)

habitação, relações sociais, sistema político, valores culturais, etc.) dependiam do crescimento económico. Os países industrializados passaram a ser vistos como os “países desenvolvidos”⁴. Esta abordagem parte de uma análise dicotómica, distinguindo os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos e assenta os seus fundamentos de desenvolvimento nas características dos “países desenvolvidos”, levando ao consenso generalizado entre as entidades oficiais e a opinião pública dos países ocidentais sobre a necessidade de resolver o problema urgente do desenvolvimento económico dos países subdesenvolvidos (Arndt, 1987).

Após a 2ª Guerra Mundial, mais precisamente nos anos 50, aparecem as **teorias da modernização** como produto de um contexto histórico marcado por três factores cruciais: o processo de descolonização, que conduziu à desintegração dos impérios coloniais e, por conseguinte, ao surgimento de novas nações; a consolidação dos Estados Unidos como grande potência mundial, e o alastramento do movimento comunista a nível mundial (Sares, 1997). Para as teorias da modernização o desenvolvimento é um processo de transição entre o modelo tradicional e o moderno. Este processo implica transformação nos valores e estruturas tradicionais da sociedade de forma a conduzir a valores e estruturas modernas. O sector tradicional é nesta perspectiva considerado obstáculo ao desenvolvimento, tornando-se fundamental a modernização, isto é, a sociedade tem melhores condições para o avanço quanto maior for a aposta na modernização da sua estrutura económica e organizativa e quanto mais se conseguir afastar dos seus elementos tradicionais⁵.

As sociedades tradicionais caracterizam as regiões subdesenvolvidas, nomeadamente os meios rurais, e as sociedades modernas caracterizam as zonas desenvolvidas e urbanas. Esta transição já foi realizada pelas sociedades desenvolvidas da Europa Ocidental e, como se supõe que todas as sociedades têm de passar por um processo igual para atingirem a modernidade, então os países subdesenvolvidos deviam seguir o mesmo caminho já percorrido por aqueles países. A transposição de modelos era válida; paradigmas teóricos que explicam a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa ocidental foram importados para o caso dos países menos desenvolvidos que enfrentavam pobreza e dificuldades económicas com o fim da 2ª Guerra Mundial e o processo de descolonização (Sares, 1997).

⁴ Amaro (2005)

⁵ Eisenstadt (1991)

Esta teoria de desenvolvimento etnocêntrica⁶ incidiu a sua análise no geral e no abstracto, não dando importância à análise de casos concretos e históricos de cada experiência, criando desta forma, padrões gerais e universalistas do desenvolvimento.

Por oposição, as teorias da modernização que surgiram nos anos 60 na América Latina, as **teorias da dependência**, surgiram como resposta à falência do programa de desenvolvimento desta região e como contestação da estratégia de desenvolvimento da comissão económica para a América Latina, baseada na industrialização por substituição das importações. Este fracasso mostrou a incapacidade demonstrada pelas teorias da modernização em explicar o fosso crescente entre os países ditos “desenvolvidos” e os “subdesenvolvidos”.

A teoria da dependência parte do pressuposto que a mudança social se encontra dependente do contexto internacional em que o país se insere. É a dependência colonial, financeira, industrial e tecnológica que explica os problemas fundamentais que enfrentam os países subdesenvolvidos. Houve autores que defenderam mesmo a necessidade de uma ruptura dos países do 3º mundo com os do centro, de forma a adoptar um modelo próprio baseado na adopção de medidas estratégicas endógenas, auto centradas, de base popular e fundamentadas na crítica à ordem internacional estabelecida de carácter capitalista e causa da dependência, com o objectivo de conseguirem autonomia, independência e desenvolvimento nacional. Segundo So (1990), as relações comerciais entre a metrópole e as colónias traduzem-se em relações de aproveitamento de força de trabalho e de exploração de recursos naturais, provocando o desenvolvimento de uns, as metrópoles, e o subdesenvolvimento de outros, os periféricos.

Este isolamento dos países periféricos devia dar-se somente em relação ao sistema capitalista, devendo os países periféricos manterem-se em contacto, em termos de igualdade e benefícios mútuos, com outros países que estivessem nas mesmas condições.

André Frank⁷ foi mais um autor que contribuiu para fundamentar esta teoria da dependência. Na sua perspectiva, a interacção entre os países do terceiro mundo e os países industrializados é a causa principal do subdesenvolvimento. O terceiro mundo devia tentar a via da autonomia de modo a quebrar as relações de dependência e dominação com os países industrializados e assim alcançar o desenvolvimento. Essa ruptura só poderia ser feita através de uma revolução socialista.

⁶ Por considerar que a Europa e os E.U.A. eram os modelos a seguir

⁷ Sares, (1997).

As reflexões deste autor levam aos pressupostos básicos dos estudos clássicos da teoria da dependência: a dependência é um processo geral aplicável a todos os países do terceiro mundo; a dependência é uma condição externa imposta pela troca desigual e pela herança colonial; a dependência é essencialmente um fenómeno económico e uma componente da polarização regional da economia global; a dependência é incompatível com o desenvolvimento. Esta foi a primeira abordagem da teoria da dependência; no entanto apareceram novos estudos que centraram a sua explicação do subdesenvolvimento na análise das estruturas internas, de classe e do modo de incorporação do mercado mundial que faz com que a dependência seja experimentada de diferentes formas e em diferentes países, embora as condições de mercado internacional e as estratégias do capital internacional possam ser comuns. O que faz pensar que alguns países podem ter estratégias de desenvolvimento dependente, enquanto outros não (Cardoso 1979)⁸.

Com este autor⁹, o conceito de dependência ganha novas dimensões: é utilizado como uma metodologia para analisar as situações concretas do terceiro mundo através do método histórico-estrutural; enfatiza as estruturas internas da dependência interessando-se pela análise dos aspectos sociopolíticos de dependência, como a luta de classes, conflitos de grupos e os movimentos políticos; a dependência passa a ser vista como um processo que pode ter vários fins, visto que para uma estrutura de dependência similar pode haver várias respostas possíveis dependendo das interacções políticas-internas. Assim a dependência e o desenvolvimento não são mutuamente exclusivos, podendo coexistir.

A partir da teoria da dependência surge a teoria do **Sistema Mundo**¹⁰, que veio propor uma análise que criticava a ideia de mundo polarizado; esta teoria aboliu a distinção externo-interno e adopta o conceito de sistema-mundo como unidade de análise. Segundo Wallerstein¹¹, a economia-mundo capitalista não pode ser pensada pelas teorias da dependência dadas as características particulares das regiões do mundo tão diferentes e com experiências históricas díspares como foi o caso da experiência de crescimento económico no Este Asiático, a crise nos estados socialistas e a crise do capitalismo nos E.U.A. Os principais pressupostos desta teoria explicam o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento através de

⁸ Cardoso (1979).

⁹ Sares (1997).

¹⁰ Immanuel Wallerstein é o precursor desta teoria, focou a sua reflexão na análise e descrição da denominada economia mundo capitalista, visão global e análise enquanto todo.

¹¹ In So (1990)

uma existência de uma estrutura económica mundial, de natureza capitalista dividida em três áreas: centro, semi-periferia e periferia – a economia mundo¹².

Esta teoria é trimodal, apresentando uma maior complexidade, realçando uma relação sistémica entre o centro, a periferia e a semi-periferia com um olhar global do mundo, baseado na mobilidade vertical das economias. Este último conceito de “semi periferia” foi introduzido por esta teoria, onde se pode analisar a complexidade e características de mudança da economia-mundo capitalista, com os movimentos ascendentes e descendentes dos países em direcção ao centro e à periferia. Os sectores centrais oferecem o conhecimento e a informação, a semi periferia combina a tecnologia, capital e trabalho e a periferia fornece a força de trabalho (Gama, 2005). Este paradigma defendia que em períodos de quebra da procura efectiva mundial, o enfraquecimento do centro era uma oportunidade para o desenvolvimento autónomo e independente em periferias do terceiro mundo (So, 1990).

Todas estas abordagens do desenvolvimento aqui expostas foram criticadas ao longo dos anos por serem limitativas e não promotoras de desenvolvimento integrado e articulado. As duas primeiras interpretações dominaram o pensamento e a acção dos teóricos e planeadores do desenvolvimento. Reduziram o desenvolvimento ao conceito de crescimento económico, não deram relevância e não fizeram a articulação de várias dimensões que nos dias de hoje são fundamentais para explicar o desenvolvimento. A ideia de que era preciso produzir e consumir cada vez mais levou a que valorizassem a quantidade em detrimento da qualidade.

Em contrapartida aos progressos¹³ ocorridos ao longo desses processos de mudança de desenvolvimento, surgiram também alguns atrasos e privações que vieram pôr em causa a adequação dessas contribuições. Amaro (2003:49) apontou alguns desses “retrocessos” e “privações” que persistiram nos 30 anos após a Segunda Guerra Mundial:

- A não generalização dos progressos para todos os países e regiões;
- Diversas formas de “mal-estar” e carência absoluta em muitos dos países do terceiro mundo, como por exemplo: taxas de analfabetismo elevadas, principalmente nas mulheres; fomes e subnutrições graves, levando à morte; surtos de epidemia como malárias, cólera, tuberculose; as baixas esperanças de vida à nascença; etc;
- O aparecimento de novas formas de mal-estar social, ligadas à solidão, à insegurança, ao stress afectivo e profissional, à competição agressiva; a quebra de laços

¹² Esta divisão é, quer do ponto de vista ocupacional e funcional, quer sob o ponto de vista geográfico, na medida em que a gama de tarefas económicas não está distribuída uniformemente por todo o sistema mundial. Esta distribuição desigual se deve, por um lado às considerações ecológicas e por outro à organização social do trabalho, que leva a que certos grupos recebem uma maior parte dos excedentes de produção.

¹³ O aumento da produção e da eficácia produtiva, uma melhoria nos níveis de escolarização e nas condições de saúde, os avanços da ciência, as novas oportunidades de eficiência produtiva e de conforto.

comunitários, o individualismo, as desestruturas familiares, gerando novas formas de pobreza e exclusão social;

- O aparecimento globalizado de novas doenças públicas como HIV/Sida e a Hepatite;
- A desumanização do trabalho, principalmente nos processos tayloristas e fordistas de trabalho;
- Especialização do trabalho, pondo de lado a visão de conjunto e da complexidade, perdendo-se de certa forma a noção de sinergias entre as diferentes componentes da realidade;
- A profunda degradação da natureza, associada ao desenvolvimento; o uso desmesurado dos recursos naturais, a poluição, etc., tem contribuído para a destruição do ambiente e para a alteração do clima;

A relação entre crescimento económico e desenvolvimento não é linear. Os países até podem crescer do ponto de vista económico, mas isso não é condição suficiente para garantir o bem-estar da população.

2 – Novas Abordagens do Desenvolvimento

Como foi referido o conceito de desenvolvimento surgiu após a 2ª Guerra Mundial, associado à ideia de crescimento económico que estava ligado aos progressos da indústria. Com o passar dos anos essa abordagem entrou em crise dada a inoperacionalidade dos modelos unicamente tendentes ao crescimento, dando lugar a uma nova interpretação do conceito, surgindo vários contributos cada vez mais virados para o bem-estar das populações e para a realização das necessidades básicas.

Perroux, nos anos 50, foi um dos autores que se debruçou sobre este novo conceito, lançando as bases para o futuro conceito do Desenvolvimento Humano (Amaro, 2003). O autor distinguiu o desenvolvimento económico e o processo global da sociedade. Posteriormente Perroux (anos 80) reforçou a sua reflexão ao considerar o desenvolvimento numa perspectiva mais alargada do que qualquer das perspectivas anteriormente abordadas. O desenvolvimento passa a ser visto um *processo global, integrado e endógeno*. É global porque enquanto processo pressupõe a existência de um conjunto de dimensões ou factores diversos que o constituem; integrado porque implica uma inter relação entre os factores diversos que a constituem; endógeno, porque parte de características e potencialidades internas. Nesta perspectiva o desenvolvimento adquire um carácter sistémico por articular as partes constituintes num todo.

Nos anos 60, os técnicos da Nações Unidas que trabalhavam e apoiavam projectos de desenvolvimento no terceiro mundo, deram um importante contributo ao introduzirem o

conceito de “Desenvolvimento Comunitário” que, segundo Amaro (2003:51), se baseava em três ideias fundamentais: o diagnóstico de necessidades faz-se com a participação das populações; a resposta a essas necessidades deve começar pela mobilização das capacidades da própria comunidade; os problemas e soluções devem ser abordados de forma integrada, articulando conhecimentos e sectores de intervenção.

As acções de desenvolvimento comunitário passam pela junção de esforços das populações de um país ou de uma região com o poder público no sentido de melhorar a sua condição económica, social e cultural da sua colectividade, através da identificação das suas necessidades e potencialidades, aproveitando-se dos recursos locais.

A década de 70 foi marcada por acontecimentos importantes que acabaram por provocar uma viragem na abordagem do conceito de desenvolvimento. Para além dos efeitos positivos da “globalização” começou-se a prestar mais atenção aos aspectos negativos que este progresso acarreta¹⁴. Os aspectos que mais contribuíram para mudar o rumo da definição do conceito de desenvolvimento foram as seguintes:

- Preocupação crescente face à provável e rápida esgotabilidade dos recursos naturais devido ao intenso padrão de consumo desses recursos pelo ocidente. A publicação do estudo do clube de Roma intitulado “os limites do crescimento”¹⁵ veio mostrar a necessidade de repensar e por limites ao uso dos recursos naturais, e consciencializar os países ocidentais da poluição que o “mal-desenvolvimento” acarreta. Esta preocupação pelo ambiente veio apelar para a questão do desenvolvimento sustentável;
- Disparidades cada vez mais acentuadas entre os países e regiões. Por um lado os países que estavam incluídos no sistema global e por outros os excluídos. A capacidade ou não de concorrência e competitividade é que determinava essa inclusão ou exclusão;
- O aparecimento de sintomas de “mal-estar social”¹⁶ nos países desenvolvidos, como por exemplo: a solidão dos velhos; o abandono dos mais novos; o enfraquecimento dos laços sociais e de vizinhança; aumento do stress e das depressões de origem profissional e afectiva; o aumento das taxas de suicídio e o surgimento dos “sem abrigo”; etc. É neste mal-estar que se inscrevem as novas formas de pobreza presentes nos países mais desenvolvidos, e a necessidade de formulação de um novo conceito, o de exclusão social¹⁷;

Proposto no seio da OIT em 1977, a perspectiva do “Basic Needs” foi um outro conceito que surgiu nesta conjuntura de “novas formulações do conceito de desenvolvimento”, onde as necessidades básicas eram o meio prioritário para o desenvolvimento de um determinado país

¹⁴ Grupo de Lisboa (1994)

¹⁵ Relatório Meadows (1972)

¹⁶ Amaro (2003)

¹⁷ *Ibid.*

(Oman 1991), partindo do princípio que o desenvolvimento devia ser promovido não apenas do ponto de vista físico do indivíduo mas também mental e no que respeita ao bem estar social. Esta definição mostra que independentemente do nível de riqueza e desenvolvimento de um país existe um conjunto de necessidades fundamentais que tinham de ser satisfeitas para toda a população do mundo, destacando que competia ao Estado identificar as carências básicas como alimentação, saúde, habitação, vestuário, educação e adoptar estratégias que permitissem a sua satisfação (Gama 2004).

Segundo Samater (1986) o “Basic Needs” apresentava alguns pressupostos para aplicação: existência de lógicas redistribuição de riquezas e bens; a necessidade de orientação da produção para o consumo da população e satisfação das suas necessidades, e a capacidade de oferecer e facilitar o acesso à população de um leque variado de serviços públicos.

Esta perspectiva também tem as suas limitações, dado que as necessidades visadas pela estratégia respeitam, exclusivamente, a uma dimensão física e material do problema, e as necessidades imateriais acabam por ficar pouco definidas e de forma explícita – necessidades como a questão dos recursos humanos e da segurança ou mesmo da efectiva participação popular no poder político ou no próprio processo de desenvolvimento (Samater, 1986).

Na década de 80, o desenvolvimento passou a ser visto com outras dimensões, devido ao agravamento do fosso entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, levando a uma maior investigação por parte de economistas e das organizações internacionais a investigarem novas formulações do conceito no sentido de tentar suavizar cada vez mais os desequilíbrios entre os países e as regiões. Passou a ser um objecto de novas polémicas, capaz de novas formulações e desafios, um conceito crítico e complexo, que exige continuidade, renovação e incerteza, tornando-se aberto à interdisciplinaridade, à análise integrada, à mutabilidade dos processos e modelos, à participação e à valorização do ser humano.

O desenvolvimento deixa de ser visto como um processo exclusivamente quantitativo para passar a ser perspectivado a partir de indicadores qualitativos e de ordem eminentemente social, recorrendo à integração de todas as dimensões que o constituem. Só pode ser analisado e perspectivado quando se levar em conta uma multiplicidade de variáveis em constante relação. Um processo crítico e complexo, implicando continuidade e uma margem de incerteza.¹⁸

¹⁸ Brito (2004:54).

Do ponto de vista estratégico, as novas abordagens do conceito de desenvolvimento trouxeram novas propostas adaptadas à realidade: a ideia da adopção de medidas sectoriais com base nas características locais; a revisão do protagonismo na condução do processo; importância atribuída às necessidades sentidas pela população; revalorização das capacidades reconhecidas às comunidades e das potencialidades endógenas de cada local; o empowerment e o reforço das competências; a participação e o protagonismo activo da população; a revalorização dos recursos naturais e a preocupação com a preservação do ambiente.

A Organização das Nações Unidas (ONU), através do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, passa a prestar uma atenção particular à problemática da pobreza, publicando anualmente o Relatório do Desenvolvimento Humano e criando um índice compósito que procura aferir o desenvolvimento, caracterizando-o como um processo complexo e pluridisciplinar, através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁹ (Ferreira 2005)²⁰.

Segundo Amaro (1991), o desenvolvimento não se pode desligar do ser humano nas suas dimensões fundamentais: a individual, a colectiva e a ambiental. O desenvolvimento deve procurar articular estas dimensões numa perspectiva sistémica e global do ser humano como um todo, ou seja o desenvolvimento integral e integrado.

Um aspecto extremamente importante e que marca profundamente o conceito actual de desenvolvimento é o seu carácter “sustentável”. O desenvolvimento deve reconhecer as necessidades do presente sem comprometer a possibilidades das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades e desencadear o seu próprio processo de desenvolvimento. Para haver desenvolvimento de facto é preciso respeitar algumas vertentes do social. O desenvolvimento pressupõe harmonia, justiça social, equilíbrio, a preservação de aspectos qualitativos visando o bem-estar presente e perspectivando o bem-estar das gerações vindouras. Um crescimento centrado nas pessoas, nas suas necessidades, na maneira com encaram o futuro, atendendo às potencialidades e especialidades do local onde estão inseridas. Implica uma luta contra a pobreza e a exclusão social, levando os pobres, excluídos e marginalizados, como objecto de programas ou estratégias contra a pobreza, mas que, abrandando a sua condição de excluídos e marginalizados, se convertem em actores do seu próprio desenvolvimento, participando das decisões fundamentais que o impulsionam e dos

¹⁹ Medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros factores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil.

²⁰ Ferreira (2005).

benefícios que geram. A sustentabilidade é um conceito norteado pelo trinómio “sensibilização”, “educação” e “preservação”.

Em termos conceptuais, actualmente existem diferentes definições sobre desenvolvimento, mas em quase todas as definições está implícito que desenvolvimento é um processo de melhoramento de cinco dimensões indispensáveis: crescimento económico; melhoria da qualidade de vida; afirmação de valores e da identidade, incluindo a igualdade étnica, de classes e de género; a cidadania e democracia como valores individuais e colectivos; e o equilíbrio ecológico.

Com essas novas formulações do conceito, nos finais do século XX, vão aparecer pelo menos seis novos conceitos, com fundamentação científica e reconhecimento institucional (Amaro 2003:56): Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado.

Organiza os conceitos em “fileiras ou famílias conceptuais” deixando o conceito de desenvolvimento integrado à parte, pois na opinião do autor este seria um conceito transversal. Embora com forte interacção e muitas vezes sobreposição entre eles, divide-os em: “fileira ambiental”; “fileira das pessoas e das comunidades” e “fileira dos direitos humanos”.

A “**fileira ambiental**” é a que integra a consciência ambiental, afirmada institucionalmente em 1972 na conferência de Estocolmo e estudo do clube de Roma, numa tentativa de articular o desenvolvimento com a conservação da natureza. Na sequência deste evento, anos mais tarde (1980), a União Internacional para a conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), publicou um relatório – “Word Conservation Strategy” – onde a sustentabilidade é definida como uma abordagem integrada de conservação e do desenvolvimento realizada a partir de três vectores: manutenção de ecossistemas, preservação da diversidade genética e utilização sustentada dos recursos naturais.

Esta perspectiva serviu de antecedente para o conceito do Desenvolvimento Sustentável pela Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento, estabelecida em 1983 pelas Nações Unidas para formular a “Agenda Global para a Mudança”. A comissão publicou o seu famoso relatório intitulado “O Nosso Futuro Comum” ou Brundtland²¹ em 1987 (Mapa 2000). Este relatório define desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que reconhece as

²¹ O documento foi também assim designado pelo facto, de ter sido a presidente da Comissão Gro Harlem Brundtland, encarregue de preparar o relatório.

necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Na conferência do meio ambiente celebrada no Rio de Janeiro em 1992, Maurice Strong (1992) definiu desenvolvimento sustentável como um desenvolvimento que busca soluções específicas aos problemas particulares de cada região, levando em conta as condições culturais e as necessidades da população a curto e longo prazo. (CNUMAD, 1992)²².

Nos anos noventa, o PNUD mudou o programa de desenvolvimento sustentável com o de desenvolvimento humano, convertendo-o para o desenvolvimento humano sustentável. Este conceito inclui as dimensões sociais, económicas e ambientais do desenvolvimento, que no final do milénio foram complementadas pelas dimensões políticas de “bom governo” e “empowerment”. (World Bank, 2001).

Segundo Amaro (2003:56), o desenvolvimento sustentável implica três exigências: a solidariedade intergeracional; a da integração da gestão dos recursos naturais²³ nas estratégias de desenvolvimento; a da durabilidade dos processos de produção e consumo inerentes ao desenvolvimento.

A “**fileira das pessoas e das comunidades**” pretende colocar as pessoas e as comunidades locais no centro do protagonismo do desenvolvimento. Por isso pode ser designada de “fileira da participação e da cidadania”. Esta fileira engloba o desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo.

O desenvolvimento local é entendido como “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal neste processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2003:57). O conceito surge com as contribuições do paradigma territorialista e das diversas experiências de terreno.

Muito ligado ao conceito de desenvolvimento local surge o conceito de desenvolvimento participativo, um modelo de desenvolvimento que privilegia uma relação dialéctica entre o processo de melhoria das condições das populações e a participação efectiva dessas populações nas acções a elas direccionadas²⁴. Nos últimos anos o conceito de participação tem vindo a ser um conceito chave no campo do desenvolvimento. À medida que se mostra a

²² CNUMAD (1992).

²³ da reserva limitada dos não renováveis e do ritmo de reprodução dos renováveis

²⁴ Jesus (2005: 61).

importância da participação da população no desenvolvimento, também cresce o reconhecimento de que as iniciativas comunitárias devem ser participativas.

O desenvolvimento participativo foi desenvolvido por Friedmann²⁵, que se baseava em ideias anteriores como Desenvolvimento Comunitário e Basic Needs. O autor partiu da análise do “desenvolvimento alternativo” entendido “*não apenas como uma melhoria genuína e duradoura das condições de vida e de existência, mas também como uma luta política pelo empowerment das unidades domésticas e dos indivíduos*” (Friedmann; 1992:33). É uma estratégia de desenvolvimento assente no empowerment e que coloca a ênfase na autonomia das tomadas de decisão de comunidade territorialmente organizadas, na auto-dependência local (mas não na autarquia), na democracia directa (participativa) e na aprendizagem social pela experiência.²⁶

Considerando a pobreza como (dis)empowerment, Friedmann defendia que seria necessária uma maior aposta na cidadania e na participação das pessoas nas diversas áreas da vida social de modo a promover uma humanização do sistema económico baseado na acumulação de capital, através de um reconhecimento dos direitos dos indivíduos, reforçando a sua capacidade de intervenção nos diversos aspectos da vida social, política e económica. O desenvolvimento participativo vem no sentido de assegurar o “empowerment” dessas comunidades.

Este modelo propõe a identificação do ideal estratégico participativo entendido como o principal mecanismo promotor de inovação, de mudança e de diversificação de iniciativas, através do exercício da cidadania e do desenvolvimento comunitário, pela consciencialização da existência de direitos e de deveres (Brito 2004: 56). Criando condições para o crescimento económico eficaz virado para a igualdade de género e para a inserção dos mais pobres nos processos de desenvolvimento. As mulheres desempenham um papel importante no seio do desenvolvimento participativo, uma vez que em muitas sociedades pouco desenvolvidas, são elas que assumem as funções de sustento da família e de garantia das suas necessidades básicas.

A “**fileira dos direitos humanos e da dignidade humana**” associa o desenvolvimento ao respeito pelos direitos humanos fundamentais e ao compromisso de garantir limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana (Amaro 2003). Composto pelos conceitos de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Social.

²⁵ Na sua obra “Empowerment: The Politics of Alternative Development”, publicada em 1992.

²⁶ *Ibid.*

O conceito do Desenvolvimento Humano apareceu pela primeira vez em 1990 no “Relatório sobre o Desenvolvimento Humano” do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Este relatório começa com estas palavras “*este relatório é sobre as pessoas e como o desenvolvimento aumenta as suas alternativas*”, apontando claramente a aspiração que o caracteriza. Cada ano se publica um relatório com um tema diferente, todos considerados os “Indicadores do Desenvolvimento Humano”.

O Desenvolvimento Humano é definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento como “*um processo para aumentar as opções das pessoa*”. As mais críticas dessas opções são viver uma vida longa e saudável, educar-se e ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno. As opções adicionais incluem a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o auto-respeito (PNUD 1990).

O Desenvolvimento Humano concentra-se nas pessoas e no seu papel no processo de desenvolvimento. “*As necessidades e os interesses das pessoas devem-se guiar na direcção do desenvolvimento e as pessoas deveriam participar plenamente no esforço para o crescimento económico e o progresso social*” (PNUD, 1990).

O Desenvolvimento Humano pode aplica-se a todos os países e compreende aspectos sociais, económicos e políticos. Por esta razão os relatórios cobrem uma variedade de elementos, desde as opções pessoais às relações internacionais.

Um indicador importante é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que proporciona dados sobre a situação do desenvolvimento de um país determinado. É uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros factores para os diversos países do mundo. É uma forma padronizada de avaliar e medir o bem-estar de uma população.

É um desenvolvimento que procura manter uma perspectiva integral do desenvolvimento. As recomendações dadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento são várias: promover a acção governamental eficiente, especialmente no campo das políticas sociais; os governos têm uma tarefa e uma responsabilidade clara no campo da educação e da saúde, devem fazer mudanças nas despesas públicas, orientadas para estas áreas; incentivar níveis mais altos de participação comunitária. Em geral, devia-se dar prioridade à educação e à saúde primária, à água, à higiene e a subsídios de alimentação para os sectores mais pobres (PNUD, 1991).

O conceito de Desenvolvimento Social, também englobado nesta fileira, foi concretizado pela Cimeira de Copenhaga em 1995 e surge a partir da constatação do aumento preocupante do nível de pobreza a escala mundial com maior incidência na África, nas Caraíbas e América Latina, e que a situação de pobreza tendia a aumentar nos centros urbanos e que incidia sobre uma determinada faixa etária, etnias ou grupos específicos das populações (Jesus 2005: 55). Reflete o objectivo central de contribuir para a igualdade de oportunidades e garantir condições de vida dignas e direitos de cidadania para todos. Esta ideia pressupõe a tomada de consciência colectiva dos problemas existentes, a mobilização dos actores sociais para a resolução dos mesmos e a promoção do desenvolvimento apoiado nas redes locais e nas forças endógenas que estas consubstanciam. A intervenção em rede constitui, assim, o motor dos processos de desenvolvimento social local.

As Nações Unidas consideram que o Desenvolvimento Social em todos os seus aspectos é um desafio tanto para os países em desenvolvimento como para os desenvolvidos. Todas as sociedades enfrentam uma maior ou menor grau de problemas de desemprego, fragmentação social e pobreza persistente. Como muitos outros problemas sociais, só se podem enfrentar de forma efectiva através da cooperação internacional. Como por exemplo a imigração inevitável, o uso indevido de drogas, a delinquência organizada e a propagação de doenças.

O Desenvolvimento Social assenta nos seguintes pilares: erradicação da pobreza, dando especial urgência às situações de pobreza absoluta; promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho e dirigindo esforços para a redução do desemprego; integração social, salientando-se a necessidade de implementação de medidas destinadas a reforçar a coesão social, reconhecendo a importância da família e da comunidade.

E, por fim, o **desenvolvimento integrado** que não está directamente em nenhuma fileira e que mesmo não tendo o peso científico e institucional dos anteriores, é referido de forma transversal em todos os outros (Amaro 2003). Este desenvolvimento procura cobrir o máximo possível de dimensões da vida colocando-as ao mesmo nível. É um quadro teórico fundamental à ideia de que o processo de desenvolvimento deve contemplar os aspectos económicos, na medida em que é preciso fazer crescer a economia; os aspectos políticos, no sentido em que é necessário promover as participações democráticas nas decisões políticas, e no sentido de promover a cidadania, a integração social e a igualdade de oportunidades, independentemente do género, etnia, religião, etc. É preciso que a relação com a natureza seja sustentável; é preciso que haja mais e melhor educação, mais e melhor formação técnica; mais e melhor saúde; e que tudo isso abranja o maior número possível de populações. É preciso a

aplicação de estratégias eficientes de comunicação e de marketing social que possibilitem um fluxo permanente de informação, é preciso mais solidariedade²⁷.

Este desenvolvimento visa a melhoria das condições de vida das populações e isso requer a redução da pobreza, que passa necessariamente pelo fortalecimento da cidadania e ainda pela promoção de um ambiente político assente nos princípios da democracia, dando a devida atenção aos contextos históricos culturais e institucionais específicos (*ibid.* 2005:64).

3 – O Conceito de Desenvolvimento Local

Uma das primeiras perguntas que se colocam quando se fala de desenvolvimento local é acerca da sua relação e vínculos com a globalização. Qual é o sentido e os conteúdos desta categoria conceptual quando uma primeira leitura reflecte um sobrevalorização dos âmbitos locais em relação às dinâmicas globais.

São várias as respostas a esta pergunta e Arocena (1999) fez uma análise e agrupou essas respostas em três ideias diferentes. Segundo o autor, uns afirmam o carácter determinante do global sobre o local e os processos de “desterritorialização”. Nesta óptica o local está subordinado às dinâmicas globais. O que nos leva a concluir que o trabalho a nível local não tem sentido, já que a globalização nos impede de pensar a este nível. Outros mostram o local como alternativa dos “males” da globalização. O Local é visto como a única alternativa perante a análise da uma globalização que mostra exclusão, pobreza e injustiça. O desenvolvimento local é visto como uma política compensatória, como uma resposta às dinâmicas globais. Finalmente uma terceira resposta, que destaca a articulação local – global dentro de uma compreensão complexa da sociedade contemporânea. Esta é a resposta de difícil compreensão e por vezes até contraditória. Tentando articular categorias que aparecem como incompatíveis. Mas segundo o autor, é a única que define o significado do desenvolvimento local. É a articulação entre o local e o global que faz a própria definição de desenvolvimento local. E se algo se define como local é porque pertence a um global.

O global está presente em cada processo de desenvolvimento. Não se pode analisar um processo de desenvolvimento local sem referir a sociedade global em que está inserido. A nível local encontram-se aspectos que lhe são específicos e que não são simples reproduções dos determinantes globais.

²⁷ Jesus 2005: 64

Esta ideia foi reforçada por Greffe em 1989 quando defende que não é possível separar o local do global, que o desenvolvimento é a conjugação de iniciativas quer do âmbito local como nacional, numa complementaridade de factores endógenos como exógenos, não deixando que o local por isso perca a sua pertinência, mas sim, que dependente da natureza das decisões deve prevalecer ao nível local e não nacional e vice-versa. E uma das missões do poder político é ajudar nas decisões que podem prevalecer a nível local e potenciar os seus efeitos.

O desenvolvimento local aparece na década de 70 como uma nova forma de olhar e actuar desde do território, que requer, em simultâneo, capacidade de visão global e capacidades de acompanhamento ao nível mais próximo possível do terreno. Também designado por desenvolvimento endógeno, comunitário, auto-centrado.

3.1 – Apresentação do Conceito

Desenvolvimento local poderia começar por ser definido como um processo de crescimento económico e de mudança estrutural que conduz a uma melhoria do nível de vida da população local. Este processo implica diferentes dimensões de desenvolvimento, do ponto vista geral só se pode conceber o desenvolvimento de um território levando em conta quatro dimensões básicas: *Económica* – tem a ver com a organização dos factores produtivos locais no sentido de os tornar competitivos, vinculada à criação, acumulação e distribuição de riqueza; *Social e Cultural* – deve-se servir dos valores e instituições locais como base no sistema de desenvolvimento, preocupa-se com a qualidade de vida, a equidade e a integração social; *Ambiental* – tem a ver com os recursos naturais e com a sustentabilidade dos modelos adaptados no médio e longo prazo; *Política* – as políticas territoriais devem criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das potencialidades locais e na definição de um projecto colectivo específico, autónomo e sustentado nos próprios actores sociais. Esse desenvolvimento local é visto como um processo sistémico, multidimensional e integrado.

De acordo com Amaro (1990:40), o desenvolvimento local tem a sua base num grupo humano territorialmente enraizado, e essa territorialidade deve ser encarada numa perspectiva flexível, ou seja, o território é entendido como “um espaço apropriado, organizado e reconhecido de um ponto de vista político, social, económico e ideológico, por um grupo ou classe social (supostamente) em nome da população que nele habita e trabalha e que com ele se identifica”.

Este conceito de território tem implícitas três dimensões importantes²⁸: identidade de pertença territorial, solidariedade territorial e autonomia territorial. A identidade territorial é gerada

²⁸ In Silva, (2002).

pela ideologia da classe dominante, podendo no entanto, existir outro tipo de identidades, como as que se geram ao nível dos grupos minoritários, nomeadamente de base local. A solidariedade territorial está intimamente ligada a noção de identidade, ao ser orientada para os interesses do grupo dominante, tendendo desta forma para a uniformização. A autonomia territorial é entendida como a capacidade de regulação endógena dos conflitos locais e de reacção à pressão heterónoma. Surge assim uma territorialidade “tipo lego” que resulta de várias articulações e solidariedades encaradas como provisórias e desmontáveis, construídas e reconstruídas de acordo com as lógicas espaciais envolvidas. Esta noção de território traz subjacente uma noção de espaço multidimensional onde se articulam diferentes níveis: económico, social, cultural, histórico, de comunicação e de informação, político, administrativo, jurídico, ideológico e geográfico.

Assim sendo, Amaro (2003:57), definiu desenvolvimento local como “*o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades assumindo aquela o protagonismo principal neste processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas*”.

Houée (2001:108) apresentou as características comuns de qualquer dinâmica de desenvolvimento local:

- *É global e transversal*, por levar em conta os diferentes aspectos da vida colectiva, em detrimento de lógicas sectoriais e temáticas habitualmente valorizadas;
- *É territorial*, por estar fundado sobre ancoradouros locais. Esses locais até podem ser vastos mas devem ser suficientemente próximos para despertar o sentimento de pertença e as solidariedades vividas, favorecendo um processo de participação activa na tentativa encontrar uma certa autonomia;
- *Sustenta-se do partenariado*, associando-se em redes e actores de natureza distinta, com posições e funções diferentes mas complementares.
- *Prospectivo* – projecto elaborado em concertação, que faz sentido e tem coerência no seu todo, que anima os agentes e as comunidades envolvidas no esforço de atingir as metas propostas e que é capaz de aliar o desejável, o possível e o prioritário.

Amaro, em 2004²⁹, numa síntese mais actual, aprofundou a definição do desenvolvimento local. Segundo o autor, o desenvolvimento local é todo o processo de mudança, de base comunitária³⁰, desencadeado a partir da constatação de que há necessidade de resolver problemas fundamentais, surgidos no seio da comunidade ou em certos grupos específicos, para os quais a comunidade mobiliza as suas capacidades numa pedagogia e dinâmica de

²⁹ *In*, Contributo para a Historia do Desenvolvimento Local em Portugal, (2004: 80)

³⁰ Segundo o autor “comunidade” é um grupo humano territorialmente enraizado, que se reconhece numa identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedades activa para resolver problemas.

participação, recorrendo sempre que necessário às capacidades exógenas no sentido de reforçar as endógenas e numa perspectiva multidimensional e integrada, que exige uma lógica de trabalho em parceria e partilha de perspectivas e recursos, com impacto tendencial em toda a comunidade e segundo uma grande diversidade de protagonistas, processos, caminhos e resultados.

As iniciativas de desenvolvimento local têm vindo a ganhar força desde dos anos 80, tanto nos países Europeus, Norte Americanos e na América Latina. São várias as razões que explicam a emergência do tema, essencialmente devido a mudanças estruturais, quer em relação à lógica que fundamentava as actividades industriais, quer ainda em relação às mudanças estruturais na organização social do trabalho, nas formas de mobilização e gestão de mão-de-obra e no aumento substancial do desemprego que levou os governos locais a buscar alternativas para enfrentar o problema. Por outro lado (Amaro, 1991) a crise financeira e ideológica do Estado-Providência contribuiu também para a crise do Estado Nação; a pobreza; a degradação ambiental; a falência dos mecanismos de regulação macroeconómica e nacional; a necessidade de organizações mais flexíveis, compreendendo diferentes níveis de autonomia devido a inadequação dos modelos organizativos tradicionais, rígidos e hierarquizados; a emergência das PME's devido à necessidade de responder a novos desafios, oportunidades e inovações, a desvalorização das economias de escalas e externas como critérios principais, etc. Todos esses acontecimentos impulsionam uma tendência para a valorização dos governos locais como agentes de renovação das políticas públicas.

Este contexto vem descredibilizar as abordagens estruturalistas que consideram o Estado Nação e as grandes empresas como agentes únicos de desenvolvimento económico, cabendo às esferas locais apenas a gestão de equipamentos e serviços públicos e a regulação de actividades, naquilo que é considerado do seu peculiar interesse. “O desenvolvimento local torna-se possível e efectivo, reforçando a afirmação de uma territorialidade local (ou regional), no sentido da existência de uma identidade assumida, de uma rede (formal ou informal) de solidariedades operacionais e eficazes e concretização de uma certa margem de autonomia e de decisão e acção” (Amaro, 1992: 16).

Jesus (2005) realçou 3 aspectos fundamentais no que concerne aos pressupostos teóricos de desenvolvimento local. Primeiro, o processo de desenvolvimento local centra-se na satisfação de necessidades e de melhorias das condições de vida de uma comunidade local (alimentação, emprego, habitação, educação). Assim sendo, o poder local assume-se como um dos protagonistas, tendo em conta a sua capacidade de aglutinação ou mesmo de articulação de

interesses e dinâmicas empreendedoras. Segundo, a participação da sociedade civil na definição e gestão do seu próprio projecto de vida, envolvendo vários tipos de actores sociais (públicos ou privados), tendo por base uma lógica de parceria, é um factor fundamental para a concretização das dinâmicas necessárias à instigação do processo de desenvolvimento local. Terceira, a exploração das capacidades locais, efectivas e potenciais, assumam-se neste processo como uma estratégia capaz de proporcionar as condições favoráveis ao crescimento de uma localidade.

Em forma de síntese podemos referir o desenvolvimento local como um processo em que uma sociedade local, mantendo sua própria identidade e seu território, cria e fortalece suas dinâmicas económicas, sociais e culturais, facilitando a articulação de cada um desses subsistemas, alcançando uma maior intervenção e controle entre eles. Para que este processo siga em frente, é fundamental a participação dos agentes, sectores e forças que interagem dentro dos limites de um território determinado, no qual devem contar com um projecto comum que combine: concepção de crescimento económico, equidade, mudança social e cultural, sustentabilidade ecológica, enfoque de género, qualidade e equilíbrio espacial e territorial, com a finalidade de elevar a qualidade de vida e o bem-estar de suas populações.

White e Gasser (2001) falam em aspectos importantes que caracterizam as estratégias de desenvolvimento local: a participação e o diálogo social; assentes no território; implicam a mobilização dos recursos e mais-valias de cada local; realizados e geridos localmente.

A perspectiva de desenvolvimento endógeno integra o social com o económico. A distribuição de riqueza e o crescimento económico, não são processos que aparecem e tomam forma de maneira paralela, adquirem uma dinâmica comum devido às decisões que os actores públicos e privados tomam, orientadas para resolver problemas locais, das empresas e da sociedade. O local é um espaço onde as iniciativas dos diversos sectores da sociedade se organizam e se tornam realidade.

Segundo Vázquez Barquero³¹, o desenvolvimento local é uma combinação do desenvolvimento em três dimensões: as que denomina como hardware, software e orgware económico.

O hardware refere-se a aspectos como as infra-estruturas básicas, redes de comunicação e transporte, assim como o espaço industrial, e infra-estruturas com fins educativos, de saúde e cultura.

³¹ Barquero (1999).

O software refere-se ao desenho e implementação de estratégias integrais de desenvolvimento local. Isto inclui o diagnóstico de quais são as vantagens competitivas e as fraquezas de cada espaço, assim como a articulação de quatro áreas: a melhoria da competitividade das empresas locais, a atracção do investimento externo, a melhoria do capital humano e da formação de mão-de-obra e construção de infra-estrutura. O objectivo básico aqui é a construção de uma estratégia de desenvolvimento local equilibrada e que contribua para a concepção de um desenvolvimento sustentável e a criação de emprego de acordo com as necessidades locais.

O orgware refere-se à capacidade das instituições e organizações de desenhar, pôr em pratica e controlar toda a estratégia de desenvolvimento. É importante que esta dimensão vá mais além de uma mera coordenação vertical e horizontal dos diferentes níveis de governo e dos actores públicos e privados, pois implica dar um papel mais destacado à sociedade local, no sentido de incentivar mais voz e voto no que refere ao seu próprio destino. Contudo, o fortalecimento das sociedades locais, segundo o mesmo autor, não deveria ser considerado a meta principal ou única de qualquer estratégia de desenvolvimento económico local, mas sim como um meio de conseguir o fim de alcançar um desenvolvimento sustentável, gerando emprego e um maior dinamismo económico.

Como se pode aferir, todas as comunidades locais dispõem de um conjunto de recursos que constituem o seu potencial de desenvolvimento endógeno e sobre as quais se pode articular o crescimento económico e a melhoria do nível de vida da população. Segundo Sares (1997) para que o desenvolvimento territorial aconteça é preciso ter em consideração alguns componentes:

- A criação de emprego através de iniciativas locais, usando as capacidades e recursos locais para ir de encontro às necessidades locais;
- A criação de infra-estruturas que sirvam a região e a comunidade;
- Existência de uma rede de serviços e instituições comunitárias de suporte, como a saúde básica, cooperativas de produtores e consumidores, serviços de educação;
- A educação é muito importante, devendo-se promover uma consciência de identidade local, dos problemas e dos interesses locais. As pessoas devem desenvolver as suas capacidades de aprendizagem trabalhando na sua comunidade. Só assim é possível mobilizar as forças produtivas locais para fornecer trabalho e capital para o desenvolvimento local;
- O controlo territorial da economia local é essencial e, para que isso aconteça, é necessário que as unidades de produção sejam de pequena escala e que produzam para as necessidades da população local. O capital acumulado deve ser mantido localmente;

- Repensar o papel e a conservação dos recursos naturais, devem ser usados para a satisfação das necessidades de produção local no âmbito de uma estratégia de descentralização e desenvolvimento igualitário. A sustentabilidade ecológica e o respeito permanente pelo ambiente é outra preocupação do ponto de vista do desenvolvimento local. O desenvolvimento deve ser prosseguido mas dentro de determinados limites que não ponham em causa o equilíbrio ambiental e, de resto, as gerações vindouras.

Um dos desafios mais importantes que se coloca ao desenvolvimento local é o de procurar substituir uma mentalidade passiva e “assistencialista” que se apodera de uma sociedade de actores sociais e economicamente activos, solidários e capazes de colocar as suas competências e as suas práticas ao serviço ao serviço da comunidade³².

Este desenvolvimento de carácter endógeno significa uma aproximação à realidade dos indivíduos: integra preocupações de solidariedade, de desenvolvimento económico, de luta contra a exclusão e de preservação do património ecológico, social, recreativo e cultural; articula à escala do território de proximidade a indispensável capacidade da iniciativa local e a necessária coerência das políticas nacionais, reconhece a contribuição específica das mulheres, nomeadamente do seu trabalho, por vezes invisível, para o bem-estar dos mais próximos e da comunidade local³³.

Actualmente, existem muitos exemplos de iniciativas locais bem sucedidas, que foram essencialmente impulsionadas localmente e orientadas para a mobilização dos recursos locais, para a diversificação económica e introdução de novos produtos, aumento das capacidades e introdução de novas formas de organização das actividades económicas, culturais e de formação. Para que isso aconteça³⁴, é necessário partir das possibilidades dos agentes, que devem de dispor de um grau significativo de autonomia.

3.2 – Principais Implicações para a Acção

Cada vez mais existem boas razões para pensar que o desenvolvimento que ocorre no local é um processo complexo onde é possível encontrar fortes ligações entre crescimento e equidade, entre desenvolvimento económico e desenvolvimento social. É, de uma forma concreta, uma resposta efectiva para a identificação de políticas destinadas a superar a pobreza e a exclusão social das comunidades. E qualquer estratégia de desenvolvimento local deve ter em conta uma série de aspectos importantes para que atinja os seus objectivos.

³² Lemos (2003:66)

³³ *Ibid.*

³⁴ Sares (1997)

Vamos apontar estes aspectos dando ênfase aos que, ao nosso ver, são mais relevantes para a análise que aqui se propõe:

❖ São processos de natureza endógena

Emergem de dentro na medida em que existem, estão desenvolvidos ou se podem desenvolver as capacidades que permitem seu surgimento como resposta à situação actual. Revalorizam o conjunto de recursos locais e buscam uma utilização óptima do seu potencial. São processos normalmente impulsionados de uma forma consciente, desencadeados por um actor local e a activação do potencial endógeno entende-se como uma possibilidade certa de ser alcançada.

O Local não deve ser visto como uma mera demarcação administrativa, mas sim como um espaço geográfico com umas características similares que se traduzem numa problemática socioeconómica comum. Seus problemas e necessidades, suas tradições e cultura, valorizadas do ponto de vista de potencialidades do desenvolvimento.

O desenvolvimento deve aproveitar e fortalecer a identidade cultural da comunidade, num mundo onde esta tem vindo a ser absorvida pelos processos de globalização. A cultura pode ser um factor indutor de iniciativas de desenvolvimento local através do aproveitamento inovador dos recursos culturais materiais, como património edificado e natural ou instrumentos de trabalho ligados às artes e ofícios tradicionais e imateriais, como saber-fazer, que fazem parte das identidades locais. Fortalecer a identidade cultural permite uma maior adaptação à realidade local e facilita enfrentar os desafios que o desenvolvimento levanta. Por outro lado, também incute um sentimento de pertença que irá sustentar a construção de confiança e de solidariedade.

Esta ligação a um determinado espaço é um meio de favorecer um processo de participação activa e também de encontrar procedimentos que conduzam a uma nova autonomia na governância dos mesmos. O desenvolvimento local significa necessariamente uma democracia autêntica, ou seja, uma democracia participada por todos, que facilite a aproximação entre os cidadãos, os seus eleitos, as estruturas administrativas e os seus modos de decisão, assegurando uma informação adaptada a todos ou facilitando o acesso a serviços necessários ao quotidiano dos cidadãos³⁵. Esta ligação ao território também facilita o acesso da população aos serviços de atendimento prestados, favorece a criação de pontos de encontros da comunidade, conhecimento mais profundo e real das necessidades e aspirações

³⁵ Lemos, (2003:66).

da população, no sentido de adoptar melhor as acções à realidade, uma mais atempada capacidade de reorientação e correcção das actividades³⁶, etc.

O território deve ser encarado como um espaço geográfico dinâmico cujas fronteiras reais são determinadas por três características: identidade (sentimento de pertença), solidariedade (entre os membros da mesma comunidade) e autonomia (face ao exterior)³⁷.

❖ Respondem a uma vontade de gestão partenarial ou associativa entre os representantes públicos e privados

Isto é possível com a identificação prévia de necessidades delimitadas territorialmente que fazem com que haja identidade. O partenariado associa autoridades públicas, locais e supra locais, empresas, centros de formação e associações diversas. A associação entre os diferentes actores para a realização de fins comuns é um dos principais valores do desenvolvimento local, ou pode-se mesmo dizer que é o motor de todo o processo. É o que activa um desenvolvimento local, baseado principalmente na cooperação, ao invés de privilegiar a competência.

A nível local, a associação deve definir-se como uma coligação de interesses e compromissos de um conjunto de parceiros em torno de um objectivo comum. Que os co-responsabiliza de forma efectiva e onde estes firmam um contrato com vista ao desenvolvimento futuro de uma acção conjunta.

“Partenariado”, conceito definido por Estivill como mais abrangente que a parceria, é “o processo pelo qual dois ou mais agentes, de natureza distinta, preservando a sua especificidade, se põem de acordo para realizar qualquer coisa, num dado tempo, que é maior que a soma das suas acções, ou que não poderiam fazer sós, ou que é distinta do que já fizeram e que implica riscos e benefícios”.

Jordi Estivill (1997) defende que com as inovações que traz o alargamento do conceito “partenariado”, com objectivos que ultrapassam a dimensão económica, surgem alguns desafios e respostas à sociedade actual:

- O partenariado pode ser uma forma de conceber as relações ponte entre as corporações (organizações de empresários, sindicatos, multinacionais e igrejas, etc.), procurando de certa forma recuperar os mecanismos de solidariedade e participação e romper com o isolamento dos indivíduos e dos grupos pequenos;

³⁶ Amaro (Org: 2003).

³⁷ Fernandes, (2006).

- Pode ser uma forma de socializar a produção e acabar com o modelo de concentração do poder e a distanciação do mesmo relativamente aos indivíduos. Motivando desta forma a participação dos cidadãos nos processos de decisão que poderiam mudar as suas vidas;
- O partenariado pode ajudar no estabelecimento de pontes entre os espaços políticos, económicos e sociais e criar espaços de diálogo e de decisão que, de certa forma, os obrigue a conhecerem-se melhor e a partilharem esforços no sentido de resolverem os problemas, onde cada um contribui com o seu ponto de vista;
- Oferecer oportunidade a concretização de novas formas de respostas multidimensionais face à complexidade e à dimensionalidade dos fenómenos;
- O partenariado pode vir a ser uma forma de aproximação de cima para baixo, de baixo para cima, do local para o europeu e vice-versa. Esta aproximação dos âmbitos passa por criar um fluxo informativo que alimenta todos os elos da cadeia comunicacional e de decisões;

São esses alguns dos desafios gerais perante os quais o partenariado pode ser uma resposta nova e inovadora e é entendida como um contexto relacional horizontal em que se abrem novas oportunidade de diálogo entre os actores sociais com interesses diversos.

Em torno das questões da luta contra a pobreza e a exclusão social a nível local, as parcerias tornam-se uma estratégia chave na cooperação para o desenvolvimento no limiar do séc. XXI. Numa verdadeira parceria, a direcção de operações deve ser progressivamente deixada aos intervenientes locais, devendo os parceiros externos limitar-se a apoiar os esforços desenvolvidos por estes últimos.

❖ Pressupõe liderança e animação de base local

Dinamizar e dirigir os actores socioeconómicos é fundamental para o surgimento de iniciativas, assim como a sua integração dentro dos objectivos estratégicos, para motivar a sua participação no processo. Esta liderança requer um suporte político e institucional. Normalmente são as instituições governamentais que têm esses atributos e nesta medida podem ser adequadas para dirigir o processo de animação e direcção do desenvolvimento local. Mas não são só estas as instituições com competências para tal, também há casos em que as empresas, sindicatos, universidades, agências públicas e privadas podem tomar a iniciativa de dinamização e de liderança dos processos locais, ou mesmo colaborar para que tenham sucesso.

Este processo de dinamização é muito importante uma vez que permite articular e conduzir as forças e recursos da localidade. Requer esforços de participação dos cidadãos e o uso adequado dos instrumentos de gestão local.

❖ Encaradas numa perspectiva integrada

O desenvolvimento local para além de considerar os recursos humanos, físicos e financeiros do local, também deve considerar os recursos exteriores. Este carácter integrador mostra-se com estruturas que valorizam a estratégia dos actores e a solidariedade entre eles. Trata-se de manter uma atitude permanente de diagnóstico, controlo e seguimento do que se está fazendo e do que se pode fazer para incorporar no processo todas as potencialidades endógenas disponíveis e estimular a capacidade de atracção das exógenas que sejam importantes para este contexto.

James³⁸ é da opinião que o conceito de integração designa simultaneamente “um estado, uma medida do grau de integração das partes no todo e um processo baseado na interacção entre indivíduos e entre o indivíduo e a sociedade”. Esta integração dos indivíduos e dos grupos é essencial, na medida em que condiciona os processos cognitivos das aprendizagens individuais e colectivas e a qualidade do funcionamento das mediações e das redes que se estabelecem no interior das comunidades e entre estas e os agentes do desenvolvimento externos.

A importância da integração de uma estratégia de desenvolvimento local passa também por:

- Determinação de objectivos estratégicos a partir do conhecimento do potencial económico local, análise dos recursos e potencialidades de cada local, assim como das principais carências e obstáculos que podem existir para que surjam e se desenvolvam actividades económicas;
- Criação de meios que envolvam todos os agentes económicos no processo, introduzindo uma dinâmica de parceria e cooperação, no sentido de ajudar as iniciativas e acções do desenvolvimento;
- Criação de condições gerais de infra-estrutura adequadas para permitir e facilitar o surgimento das iniciativas económicas tendo em conta as necessidades detectadas e os objectivos perseguidos, criando assim um ambiente favorável para as empresas e negócios;
- Medidas de acompanhamento relacionadas com formação dos recursos humanos adequada às exigências do mercado de trabalho que não-de surgir, informação contínua de quais são e de como utilizar os programas de promoção do desenvolvimento lançados por qualquer nível institucional e, sobretudo, melhorar os aspectos que podem afectar as potencialidades do desenvolvimento;
- Medidas de acompanhamento relacionadas com programas de índole social, subsídios específicos e aspectos relacionados com a saúde e educação.

³⁸ James (2001:61).

Roque Amaro³⁹ define desenvolvimento integrado como “um processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando por exemplo a articulação entre: o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação acção; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão; etc..”

❖ Impõe participação da população

A participação activa, a responsabilização e opinião dos beneficiários é imprescindível para qualquer programa de desenvolvimento local. O envolvimento da população no processo de mudança tanto individualmente como em grupo passa a ser considerado como uma exigência e, mais de que um direito, um dever de cada cidadão enquanto membro da sociedade.

A participação passa pela escolha e pela tomada de decisões e, para que estas sejam possíveis, é imprescindível que a população esteja suficientemente informada acerca das diferentes hipóteses existentes. A participação da população é portanto uma questão crucial nas políticas de desenvolvimento, sendo que não há desenvolvimento sem que as colectividades locais manifestem a vontade de assumir o seu próprio futuro⁴⁰. É fundamental a participação na fase de diagnóstico da situação e definição de objectivos e estratégias como na fase de execução das acções previamente definidas e na avaliação dos resultados.

Segundo Torres⁴¹, a participação passa pela detenção das questões identitárias presentes no seio dessas populações, pela identificação do universo de valores que as caracteriza e diferencia os seus comportamentos e estratégias de vida, pela disponibilização dos recursos e capacidades nelas presentes.

Por seu lado, Henriques⁴² define a participação nos projectos de desenvolvimento como “o envolvimento das populações nas resoluções dos seus próprios problemas em torno da criação de «comunidades de interesses»”. A participação é entendida como uma organização autónoma e voluntária para a defesa de interesses ou para a concretização de objectivos comuns.

³⁹ (2003:59)

⁴⁰ Nóvoa, et al.(1992)

⁴¹ Torres (1993:698).

⁴² Henriques (1990:27).

A participação é muito importante porque põe em acção as pessoas como actores e supervisores do seu próprio desenvolvimento. Para além disso, também ajuda a criar e manter democracias estáveis e bom governo assim como o crescimento económico. Segundo Guzman (1997), quando as pessoas pobres e excluídas participam em projectos de desenvolvimento adquirem habilidades e desenvolvem atitudes que lhes possibilitam uma contribuição mais significativa na sociedade em geral. A participação fomenta a estabilidade financeira e a sustentabilidade dos projectos. Segundo a autora, a participação é importante porque:

- Melhora o desenho do projecto ao reduzir o custo da obtenção de dados sobre os factores ambientais, sociais e culturais, assim como as necessidades e prioridades dos actores chaves do projecto;
- Um projecto participativo bem desenhado pode ajudar a resolver ou manejar conflitos ao criar uma base comum e de negociação entre os grupos interessados. O detectar e resolver os pequenos conflitos nas primeiras fases do projecto, ajuda, mais tarde, a reduzir o custo da supervisão;
- Os processos participativos são uma oportunidade para a aprendizagem social e inovação porque favorecem um compromisso com as mudanças sociais. Em primeiro lugar as pessoas identificam um propósito comum generalizado, compartilhando e analisando informação que lhes permite estabelecer prioridades e desenvolver estratégias. Também cria novas formas de fazer as coisas com o fim que deve ir de encontro com os objectivos comuns. As pessoas chegam a dar conta de como cada uma delas, de forma individual ou colectiva, devem mudar a sua conduta para que as prioridades possam ser entendidas apropriadamente;
- A participação ajuda a fortalecer as instituições locais na sua capacidade administrativa, autogestão, confiança, transparência, responsabilidade e acesso aos recursos. Esta maior capacidade das instituições vai proporcionar uma maior estabilidade ao projecto;

Com a evolução da participação por parte das pessoas envolvidas no projecto, elas dão-se conta se os benefícios e alcances do projecto se dão de forma equitativa e lhes permite tomar medidas correctivas quando são necessárias. As ideias de justiça e compromisso em relação ao projecto se reforçam mutuamente. A participação aumenta a credibilidade da avaliação, dado que as pessoas confiam na informação que elas próprias geram e que também os fortalece como actores e promove a cidadania.

Trabalhar com uma comunidade exige instrumentos participativos e normalmente um contacto longo e permanente com essa comunidade, pode-se dizer, uma convivência. Os técnicos externos devem partilhar as condições de vida da comunidade e conhecê-la em termos informais. Os métodos participativos incluem um amplo leque de técnicas de visualização, facilitação, entrevista, amostragem para os quais é impossível fornecer regras rígidas de aplicação. O seu sucesso depende do grupo em questão, da qualidade da facilitação e do contexto de aplicação (Mapa 2000).

A filosofia que está por detrás dos métodos participativos é que as pessoas precisam de estar envolvidas nos projectos e motivadas. A aprendizagem só se dá nestas condições. E essa aprendizagem só é válida se:

- As pessoas se envolverem de livre e espontânea vontade, sem constrangimentos e concretizarem experiências. É preciso estarem conscientes das suas necessidades e das formas de intervenção na vida social tendo em conta a sua identidade individual, social e regional (Guerra, 2002).
- Reflectir sobre e observar essas experiências de muitas perspectivas. Criar conceitos que de certa forma integram a observação em teorias lógicas. E usar essas teorias para tomar decisões e resolver problemas.
- A construção dos mecanismos de comunicação deve estar previamente estabelecida e de forma clara. Porque toda a gente pode participar mas nem toda a gente pode decidir tudo. Devem ter-se em conta as questões das redes de comunicações mas também as questões do poder. Nos processos de desenvolvimento local ou endógeno a comunicação deve ser baseada tendo em conta os objectivos e não a hierarquização, no sentido de fomentar a cooperação e a valorização das formas de expressão individual e colectiva, apoiando as lideranças locais.

A pesquisa participativa activa foi inspirada por Paulo Freire (1968), usou o diálogo e a pesquisa para aumentar a confiança das pessoas em situação de pobreza no sentido de os encorajar a agir. A contribuição importante para o desenvolvimento dos métodos participativos é o reconhecimento de que os menos privilegiados são criativos e capazes de encontrar soluções para si próprias.

As técnicas utilizadas nos métodos participativos são várias, de acordo com as situações, com as pessoas envolvidas e com os objectivos a atingir. As mais conhecidas e usuais são: trabalho em grupo, o debate, a assembleia, os diagramas de visualização, entrevista semi-estruturadas e abertas, etc.

É também importante distinguir os níveis e canais de participação. Assim, num primeiro nível, o grupo recebe informação que pode ser caracterizada por “participação informativa”, fase onde se fica com o conhecimento da acção. Essa informação deve circular rapidamente, ser verdadeira, transparente e completa para dar a máxima amplitude à participação. A quantidade de informação e o tipo de informação, através de que canais e meios chega, como é recebida, como se utiliza e para que serve. O segundo nível refere a qualificação e a organização para a participação. Participar significa compreender aquilo que se vai decidir, avaliar as consequências, conhecer os meios, delegar, representar e controlar. O terceiro nível situa a consulta, que não implica uma intervenção na decisão, mas a possibilidade de condicionar essa decisão. Pode ser chamada de co-decisão porque se entende que vão existir

diferentes actores a participar nela. Em redor de uma acção que quer combater a exclusão é muito raro que todas as pessoas tenham história, cultura, capacidade, interesses, valores, estratégias, etc. que sejam iguais ou mesmo parecidas. Logo, é preciso ter em consideração esta diversidade. O último e quarto nível é o que se poderia qualificar de participação global, através do qual o conjunto dos implicados toma as decisões fundamentais. É o momento que culmina o processo participativo e é o que permite passar de uma participação, mais ou menos parcial e formal, para uma real e global. Nesta fase não se trata apenas de implicar os indivíduos e fortalece-los a nível individual mas também de reforçar o papel do grupo, das suas capacidades de expressão de organização, de interlocução e negociação com outros grupos.

Cada acção local deve saber seleccionar a modalidade participativa que é mais coerente com a sua história, com a sua cultura, com a sua situação, com a relação de forças que está presente e com a estratégia que foi seleccionada. O objectivo último do envolvimento e da participação das comunidades nos seus processos de desenvolvimento é a sustentabilidade das suas propostas e a autogestão das mesmas.

Essas questões sobre participação servem de alerta para processos de empowerment. Entretanto, é preciso ter claro que são conceitos diferentes. Enquanto empowerment pode ser considerado um fim em si mesmo, participação são meios para se atingir fins, e esse fim pode ou não ser o empowerment das pessoas excluídas e vivendo em pobreza. Se as metodologias participativas não ficarem limitadas ao nível micro e forem capazes de romper o isolamento de alguns grupos sociais, elas podem impulsionar processos de empowerment fundamentais para mudar relações sociais, políticas e económicas e de criar identidades positivas e para as pessoas vivendo em pobreza.

❖ Pressupõe sustentabilidade

A sustentabilidade de um projecto de desenvolvimento local tem a ver com o padrão de organização que se mantém ao longo do tempo em virtude de haver adquirido certas características que lhe confirmam capacidades de auto gestão. Um desenvolvimento local sustentável é aquele que é capaz de auto-organizar-se, de reproduzir e auto-gerir as condições para a sua continuidade.

Para ser sustentável qualquer projecto de desenvolvimento local deve ser flexível e diverso⁴³. É necessário que os conjuntos de acções endógenos e exógenos se tornem eficazes para que

⁴³ Franco (1995).

essas experiências possam ser reconhecidas como experiências de desenvolvimento integrado e sustentável. Este conjunto de acções deve contemplar: a capacitação para a gestão local; fomento da participação; um diagnóstico e uma planificação participativa; criação de uma agenda local de prioridades de desenvolvimento; o fortalecimento da sociedade civil; criação de modelos de gestão de políticas públicas, governamentais e não governamentais adequadas; etc.

O desenvolvimento deve significar melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), do grupo (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que irão viver amanhã (desenvolvimento sustentável). E promover o desenvolvimento significa investir em todos os factores (riqueza, cultura, conhecimento, poder, meio ambiente, etc.) de uma região em simultâneo. Esta integralidade é fundamental para a sustentabilidade, porque vai gerar condições para que o fenómeno do desenvolvimento ocorra: o surgimento de novos e múltiplos laços de retro-alimentação positiva que faz aumentar o capital humano (conhecimento), gerando mais capital social (empowerment), que gere mais capital empresarial (riqueza) e assim sucessivamente.

O desenvolvimento local sustentável deve ser instituído em qualquer programa de desenvolvimento local uma vez que estamos confrontados com o desafio da superação da pobreza e dos fenómenos que a acompanham, onde uma política compensatória não seria suficiente nem eficiente para resolver o problema, uma vez que é quase impossível abarcar toda a população pobre e excluída. O desenvolvimento local sustentável é uma forma de superar a pobreza enquanto incide sobre as condições da vida das populações que vivem na pobreza. Também potencia o impacto das acções governamentais e não governamentais, a todos os níveis, empenhados para a melhoria das condições de vida destas populações. Criando novos recursos mediante a promoção de crescimento económico, apoiando na dinamização do potencial endógeno, do desencadeamento de acções colectivas de voluntariado e as associações.

❖ Implicam uma planificação

E a planificação projecto de desenvolvimento local implica um processo composto por várias fases: conhecer o território, traçar objectivos e metas, traçar a estratégia local de desenvolvimento e por fim trabalhar o projecto de mudança.

O primeiro passo é o **diagnóstico**, que deve proporcionar a informação que permite conhecer a capacidade de desenvolvimento, as oportunidades e potencialidades. O conhecimento dos

recursos naturais, políticos, sociais e económicos é imprescindível para os poder aproveitar de forma eficiente e sustentável. Este conhecimento da realidade local, constrói-se de baixo para cima mediante um processo de solidariedade entre os actores com o seu território e que fazem dele seu núcleo de identidade básica, onde a cooperação pública e privada é essencial. Faz parte do diagnóstico definir a amplitude, capacidade ou característica especial que tem a localidade para o seu desenvolvimento (por exemplo que recursos próprios tem e como aproveitá-los, se tem vocação turística ou se reúne condições para ser um centro de serviços), ver quais são as percepções colectivas que têm os seus habitantes em relação ao seu passado, suas tradições, competências e sua estrutura produtiva, seu património cultural, seus recursos materiais, seu futuro – sua identidade.

O objectivo fundamental de todo o processo de recolha, tratamento e difusão da informação é a elaboração de um diagnóstico que sirva de base aos agentes locais para estabelecerem e porem em marcha a estratégia de desenvolvimento. Para a realização de um diagnóstico deve-se recorrer à realização de entrevistas a informantes chaves e à observação directa, à recolha de dados e à análise de informações, assim como à própria experiência dos participantes.

O segundo passo é **delinear objectivos e metas**, que deve ser feito pela comunidade a partir dos recursos e capacidades que lhe oferece o seu território, dos problemas levantados pelo diagnóstico, e devem incorporar expectativas sobre o futuro da comunidade, buscando acordos que permitam uma maior qualidade de vida dos seus habitantes e das gerações futuras.

Para a fixação de objectivos é importante ter presente as seguintes considerações: definir objectivos viáveis de ser alcançados, apoiados na informação obtida sobre os pontos fortes e débeis que foram detectados; determinar sectores chaves na economia local que possam ter uma função importante referentemente a postos de trabalho, vendas, impostos pagos e em relação a outras indústrias; identificar relações entre o local com o exterior de tal forma que se estabeleçam relações entre a economia local e a regional, nacional e internacional; assegurar o potencial local para o crescimento e a estabilidade económica e identificar as possíveis contingências que podem comprometê-lo. De uma forma geral, qualquer processo de desenvolvimento local deve assentar sobre os seguintes objectivos principais: redução do desemprego, erradicação da pobreza e da exclusão social, elevação do nível de vida da população, diversificação da economia e melhoria do nível de infra-estruturas.

Depois de definidos os objectivos, o passo seguinte é saber como chegar a eles, isto é, que linhas de acção e de intervenção são necessárias para chegar as metas propostas. O terceiro

passo é a **estratégia local de desenvolvimento** que se define como o caminho seleccionados para alcançar os objectivos propostos. O plano de desenvolvimento local é a carta de navegação definida em conjunto entre a comunidade e o governo local e é o meio que a comunidade tem para fiscalizar o cumprimento dos objectivos.

Para materializar os objectivos do desenvolvimento, através da estratégia seleccionada, é preciso **identificar e seleccionar os projectos de mudança** que irão concretizar de forma efectiva o plano de desenvolvimento. Os pontos da acção estratégica que podem ser propostos para a identificação de projectos são os seguintes: infra-estruturas (aspectos de infra-estruturas físicas que vão ser melhoradas como rede de transportes, comunicações em geral, etc.); empresas locais (neste ponto analisam-se todos os aspectos e serviços que podem oferecer suporte ao desenvolvimento das empresas, como ajuda à inovação, serviços de assessoria e criação de meios de financiamento, etc.); os recursos humanos locais (incluem-se aqui todos os aspectos relacionados com a formação de trabalhadores e desempregados, assim como os meios necessários para motivar e fazer participar a população na estratégia); o desenvolvimento institucional da comunidade (impulsionar as iniciativas socioeconómicas existentes na comunidade, de tal forma a serem as próprias associações a contribuírem para o desenvolvimento).

III – POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

A pobreza é, dos problemas que a humanidade actualmente enfrenta, um dos que requer maior urgência na sua resolução. No ano 2000, quase metade da população mundial vivia com menos de \$2 diários e um quinto vivia com menos de \$1 diários (World Bank 2001:3). A gravidade da situação foi reconhecida pelos países membros das Nações Unidas na Declaração do Milénio celebrada em Setembro do mesmo ano. Nesta declaração aprovaram os oito objectivos do desenvolvimento do Milénio sendo um deles reduzir a pobreza extrema para a metade durante o período de 1990 a 2015⁴⁴.

Neste capítulo abordar-se-á, num primeiro ponto, o estado da pobreza no mundo apresentando o panorama nos países onde a situação é mais flagrante. Num segundo ponto, discutir-se-á os conceitos de pobreza e exclusão social e, por último, apresentar-se-ão algumas das estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social.

1 - A Pobreza no Mundo Actual – Algumas Perspectivas

Apesar de todos os esforços levados a cabo, até à data, a desigualdade entre ricos e pobres continua a aumentar. Hoje, mais de 3.000 milhões de pessoas carecem de uma vida digna devido à pobreza. Fome, SIDA, analfabetismo, discriminação de mulheres e meninas, acesso desigual à tecnologia, deslocação massiva de pessoas devido aos conflitos, migrações provocadas pela falta de equidade na distribuição de riqueza a nível internacional são as diferentes facetas do mesmo problema: a situação de injustiça que afecta a maioria da população mundial⁴⁵.

Segundo o subdirector geral das ciências sociais e humanas⁴⁶ da UNESCO, numa reunião internacional em Lisboa, “acabar com a vergonha da pobreza é, do ponto de vista dos direitos humanos, fundamental e urgente”

É inquestionável que a pobreza existe hoje como uma questão mundial, não se podendo dizer que esta situação seja específica de uma determinada realidade, país ou continente. É visível em qualquer região, tornando-se talvez mais evidente nos países em que as disparidades socio-económicas e políticas são mais marcadas. A erradicação da pobreza e a luta contra a exclusão social, são duas das principais preocupações dos países e dos seus governantes e um dos principais desafios do desenvolvimento e dos direitos humanos. Estas são, hoje,

⁴⁴ UNDP (2003:1).

⁴⁵ Albino (2004)

⁴⁶ Pierre Sane (2006).

reconhecidas como problemas sociais e realidades que reclamam acções e políticas de integração (ou inclusão) social. ⁴⁷Passaram a integrar as agendas políticas nacionais e internacionais de várias cimeiras e reuniões, que no fundo procuram encontrar estratégias comuns para gerir as grandes preocupações actuais do planeta: as ameaças e os riscos ambientais, a insegurança, o emprego, a explosão demográfica, os conflitos armados e, claro, a pobreza e a exclusão social.

Em relação à pobreza no mundo, o que se pode dizer é que a situação dos países mais pobres do mundo está a piorar, mais do que se poderia imaginar. As próprias instituições capitalistas reconhecem esta evidência. De acordo com o relatório da conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento ⁴⁸, o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia nos 49 países mais pobres do mundo - principalmente em África, duplicou nos últimos 30 anos, chegando a 307 milhões, o que equivale a 65% da população mundial. As estimativas apontam para que este número possa chegar a 420 milhões em 2015.

Esses 49 países foram classificados pela conferência das Nações Unidas como “economias menos desenvolvidos” sendo o nível de desenvolvimento social medido por um indicador composto que inclui a mortalidade infantil, a esperança de vida, o consumo calórico, a taxa de escolarização e o grau de analfabetismo. Três desses países “menos desenvolvidos” estão na África Sub-Sahariana, nove na Ásia e no Pacífico e um no Caribe (Haiti).

Apesar do crescimento económico apontado pelos grandes dados macroeconómicos na Ásia, dois terços da população viviam com menos de 2 dólares por dia, na segunda metade da década de 90, tendo uma média de consumo diário de 1,42 dólares ⁴⁹.

Nos países mais pobres de África - que inclui 34 dos 49 países mais pobres do mundo - quase nove entre cada dez pessoas vivem com menos de 2 dólares por dia, em comparação com o consumo *per capita* de 41 dólares por dia nos Estados Unidos ⁵⁰.

O Congo é o país que regista os piores índices, com 90,5% da população vivendo com menos de um dólar por dia. Na Ásia, o país em pior situação é Myanmar, a antiga Birmânia, onde esta taxa equivale a 52,3%.

Apesar dos avanços experimentados na Índia e na China, grande parte dos países estão fora da trajectória necessária para alcançar o 1º Objectivo do Milénio – Reduzir para metade a pobreza extrema e a fome, e a provisão de que em 2015 seria superado o problema, também

⁴⁷ Amaro (Org) (2003:10).

⁴⁸ UNCTAD (2006)

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ *Ibid.*

parece vir a ser um fracasso. No caso da África Sub-Sahariana, o incumprimento terá uma margem grande, pois verificam-se retrocessos, tanto a nível da sua renda *per capita*, como no seu desenvolvimento social nomeadamente em questões de ordem sanitário e de esperança de vida, consequência das guerras civis, da malária, da SIDA, etc. Se a situação não se alterar, a pobreza em África vai aumentar de uma forma drástica.

A globalização, que diminui as barreiras internacionais para o comércio e o investimento, "está agravando a armadilha da pobreza internacional", segundo reconhece o documento.

Nos países pobres predominam as situações de escassez de recursos, levando à insatisfação das necessidades básicas (privação), em termos absolutos, e à marginalização face a padrões de vida mínimos. Nesses países, muito frequentemente, os laços comunitários assentes nas redes familiares de vizinhança, que se mantêm activos, evitando assim a exclusão social, pelo menos na proximidade⁵¹.

Nos países mais ricos a escassez verifica-se em termos relativos (comparativamente ao padrão de vida dominante), embora as situações de privação absoluta tenham aumentado nos últimos anos (caso dos sem abrigo). Em contrapartida, as situações de exclusão social têm vindo a aumentar devido à quebra dos laços sociais como é o caso dos idosos, das crianças, dos jovens em famílias desestruturadas, dos desempregados de longa duração, das minorias étnicas, etc.⁵²

O reconhecimento das dimensões de pobreza no mundo tem levado cada vez mais aos países, estudiosos e ONG a reflectirem sobre as vias para abordar o problema, explorando soluções que o aliviem substancialmente e situações que diminuam e terminem com a marginalização dos seres humanos⁵³. O combate à pobreza tem sido um dos factores chave de toda a discussão sobre estratégias de desenvolvimento.

Muito tem sido feito pelas ONG, e não só, que têm desenvolvido importantes acções no alívio de situações de desesperante miséria e na assistência aos mais pobres. São atitudes que merecem admiração e apoio, no entanto, os esforços para encontrar soluções técnicas para o subdesenvolvimento não podem parar por aí. Nenhum país ou região consegue sair da pobreza através de doações ou da ajuda incondicional a fundo perdido, procedente do exterior. É preciso encontrar formas mais eficazes e sustentáveis que permitam a participação de toda a sociedade de forma permanente no progresso global.

⁵¹ Amaro (Org), (2003:13).

⁵² *Ibid.*

⁵³ Toribio (2001).

2 – Conceitos de Pobreza e Exclusão Social

Pobreza e exclusão social não querem dizer a mesma coisa. Embora haja muitas coincidências entre os dois conceitos, é possível ser pobre e não ser excluído e nem todos os excluídos são pobres. Mesmo “distintos, os dois conceitos visam atingir um conjunto de desvantagens que alguns indivíduos detêm, face a uma dada norma, definida em termos de satisfação de determinadas necessidades consideradas básicas ou, relativamente a um padrão social dominante de bem-estar”⁵⁴.

Segundo Levitas, o “pobre” ou o “excluído” é visto sempre como alguém a quem falta alguma coisa, sendo que muitas vezes é o rendimento quando a pobreza tem como pano de fundo o problema da redistribuição de rendimentos; outras, é o trabalho, quando se dá a exclusão face ao mercado de trabalho e ao conjunto de recursos que ele proporciona e ainda, a autonomia e competências culturais, se o discurso da pobreza salienta a condição moral da “subclasse”, umas vezes “dependente”, outras “perigosa”⁵⁵.

2.1 - Pobreza

O conceito de pobreza é complexo, multifacetado e multidimensional, e o seu estudo implica o recurso e a complementaridade de várias ciências. Pode ser definida a nível do indivíduo, do agregado familiar, da comunidade, da região ou mesmo do país. A conjugação dos diferentes níveis é importante, mas na prática as unidades de análise mais utilizadas na conceitualização da pobreza são os indivíduos e o agregado familiar⁵⁶.

Como se viu, as privações que levam à pobreza podem ser analisadas de diferentes pontos de vistas, que muitas vezes se complementam:

❖ *Perspectiva Subsistência*

Esta perspectiva está na base dos primeiros trabalhos sobre a pobreza, que a defendiam a nível da subsistência⁵⁷. Está centrada no rendimento e no consumo, que define uma linha de pobreza em termos absolutos e relativos ou segundo um determinado tipo de rendimento e/ou consumo, sendo considerados pobres os que estão abaixo desta linha⁵⁸.

Esta perspectiva foi bastante criticada por defender as necessidades humanas apenas como físicas: abrigo, comida e vestuário, sem contemplar as sociais e psicológicas: desempenho dos

⁵⁴ Amaro (Org.), (2003:15).

⁵⁵ Capucha, (2004: 38).

⁵⁶ Pereira (2000).

⁵⁷ Rowntree e Bowley nos finais do sec. XIX.

⁵⁸ Amaro (Org.), (2003).

diferentes papéis sociais, que cada vez mais são consideradas tão importantes e elementares como as necessidades físicas e, segundo Ferge (1987), podem ter a mesma força obrigatória. Mas esta perspectiva veio pôr em evidência um importante elemento a ter em conta na análise da pobreza – a desnutrição –, que é um conceito fundamental nos países em desenvolvimento.

❖ *Necessidades Básicas*

A abordagem centrada nas necessidades humanas básicas, considera que para prevenir doenças, mal nutrição e ignorância era necessário um nível mínimo relativamente a essas necessidades: alimentação, vestuário, abrigo, água potável, saneamento básico, e educação (*ibid.*). Neste caso, a identificação da pobreza implica a definição de um conjunto de necessidades básicas e a análise da incapacidade em satisfazer minimamente essas necessidades.

Segundo Pereira (2000), este é claramente um alargamento do conceito de subsistência, verificado a três níveis: o nível das necessidades, ultrapassando o leque mínimo à subsistência física, incluindo a educação como necessidade básica; o nível de análise, considerando as necessidades do indivíduo e do agregado familiar, bem como as da comunidade local; o nível dos recursos, deixando de se considerar apenas o rendimento para englobar outras categorias de recursos, como os fornecidos pelos serviços públicos.

❖ *Privação Social*

Esta lógica aproxima-se do conceito de exclusão social, uma vez que põe em evidência a natureza social da pobreza. É centrada no conceito de pobreza humana, nas consequências a nível da exclusão social e da abordagem participativa. A primeira, mostra a pobreza como incapacidade de desenvolver uma vida longa, saudável, digna, com liberdade etc.; a segunda defende que os pobres não têm recursos necessários para fazer face às condições de vida e de conforto considerados normais (padrão de vida dominante) e para participar nas actividades sociais e culturais da sociedade a que se pertence; e a terceira mostra a falta de dignidade, auto-estima, segurança e justiça que impedem a participação, sendo esta falta de participação a que gera a pobreza⁵⁹.

Esta abordagem que põe a tónica na privação social em vez de necessidades, mostra a importância da criação das condições de vida dos próprios indivíduos, alegando que os pobres devem ser encarados como agentes e não com beneficiários (Pereira, 2000).

⁵⁹ Amaro (Org), (2003).

O conceito de pobreza deixou de ser visto como sendo um problema de subsistência e passou a ser considerado de uma forma muito mais abrangente. Hoje é um conceito multidimensional que, para além das necessidades materiais, também leva em consideração as necessidades sociais e culturais dos indivíduos.

Bruto da Costa (1998) definiu a pobreza como uma situação de privação resultante de falta de recursos. A privação traduz-se em más condições de vida e normalmente trata-se de privação múltipla, isto é, em diversos domínios das necessidades básicas em que umas suscitam outras: alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política.

Friedmann aborda a problemática da pobreza fazendo referência a três conceitos: privação, pobreza e linha da pobreza. A privação é quando o indivíduo não consegue satisfazer alguma das suas necessidades básicas (por exemplo: água potável, electricidade, alojamento, serviços saúde, etc.). A pobreza é o estado em que existem um conjunto de necessidades individuais não cobertas por incapacidades, também individuais. Logo, a pobreza, é um estado de privação. No entanto, privação não tem necessariamente que ser sinónimo de pobreza. A linha da pobreza baseia-se na despesa que é preciso efectuar para que um individuo possa adquirir um padrão mínimo no que diz respeito a nutrição e a satisfação de outras necessidades. Esta linha de pobreza varia de país para país e de região para região, em função das características da população e da economia nacional.

O mesmo autor em 1992 definiu a pobreza como “(dis)empowerment”. É um dos conceitos mais recentes da pobreza e constitui uma variante da Teoria das Necessidades Básicas. Friedmann define pobreza como a falta de acesso às bases do poder social, o que tem subjacente a ideia de que as famílias com menos recursos não têm poder social para melhorar as condições de vida dos seus membros.

Este modelo considera como unidade central - a economia doméstica, e considera que existem oito bases de poder social para cada unidade doméstica produzir as suas próprias condições de vida: espaço de vida defensável, tempo excedente, conhecimento e técnicas, informação adequada, organização social, redes sociais, instrumentos de trabalho, condições de vida, e por fim, recursos financeiros. Estas bases do poder social são consideradas distintas mas interdependentes na medida em que todas constituem um meio de obtenção ou de aumento do poder das unidades domésticas na sociedade, sendo praticamente dominadas e influenciadas pela acção do Estado.

Segundo o autor, a pobreza absoluta existe quando as pessoas precisam de ajuda para saírem desta situação. A melhoria do acesso às redes do poder social passa, assim, por um esforço auto baseado da unidade doméstica na luta pelo acesso a quatro bases essenciais: espaço de vida, tempo excedente, organização social e redes sociais. Apenas a garantia de acesso a estas bases, permite que as unidades domésticas lutem pelo acesso às restantes (conhecimento, técnica e informação, instrumentos de produção e recursos financeiros).

A luta contra a pobreza exige a transformação do poder social em poder político, uma vez que o Estado controla a maioria dessas bases e que, para chegarem a estas, é necessário enveredar por uma acção colectiva de reivindicações junto do mesmo, no sentido de melhorar as condições de acesso.

Outra questão a ter em conta quando se fala de pobreza é a distinção entre privação relativa e privação absoluta. Em termos absolutos poder-se-ia definir um conjunto de elementos mínimos sem os quais os indivíduos não teriam uma vida decente e estariam portanto numa condição de pobreza. Neste caso tratar-se-ia das *condições* (objectivas) de privação. Para avaliar a pobreza relativa é preciso ter em conta o limiar de pobreza, avaliado em função dos padrões contemporâneos vigentes da sociedade em análise. Esta situação leva à pobreza, quando os indivíduos têm recursos abaixo da *linha da pobreza* e são privadas de seguir os padrões de vida, costumes e actividades comuns na sociedade. Para dois indivíduos em duas sociedades diferentes com exactamente o mesmo défice absoluto, a percepção da pobreza não será a mesma, caso as duas sociedades apresentem um número diferente de pessoas com défices menores.

Townsend (1993), um dos autores que se debruçou sobre o assunto, defende que a existência de uma linha de pobreza pressupõe que, à medida que os recursos vão diminuindo, existe uma redução proporcional das formas de participação no padrão de vida comum na sociedade, podendo tornar-se desproporcional e impossibilitando a manutenção das várias formas de participação.

2.2 – Exclusão Social

O termo exclusão social, de origem Francesa, surge no Livro “Les Exclus” da autoria de Lenoir, com o objectivo de mostrar os excluídos como aqueles indivíduos concebidos como resíduos dos trinta anos gloriosos de desenvolvimento. Segundo o autor, apesar do desenvolvimento económico, do crescimento e do bem-estar nas sociedades modernas, ainda havia um importante sector da população à margem do benefício desse progresso.

Segundo a União Europeia, em 1995, a exclusão é um processo mediante o qual os indivíduos e os grupos são total ou parcialmente excluídos de uma participação plena na sociedade em que vivem, vendo-se privadas de uma ou várias opções consideradas fundamentais para o desenvolvimento humano.

A exclusão está relacionada com a insatisfação e o mal-estar de todo o ser humano, quando se encontra em situações nas quais não pode realizar aquilo que deseja e ambiciona para si próprio e para a sua família. Partindo deste ponto de vista, a exclusão teria uma certa carga subjectiva, apoiada em acções materiais. Será igualmente necessário recordar que, por vezes, a exclusão segue determinadas modas, hábitos ou ideias dominantes⁶⁰.

O Observatório Europeu sobre as políticas de combate à Exclusão Social⁶¹ considera que, “os indivíduos estão em situação de Exclusão Social, quando: sofrem desvantagens generalizadas em termos de educação, formação profissional, emprego, habitação, recursos financeiros, etc; as suas possibilidades de acesso às instituições sociais que asseguram essas oportunidades de vida são substancialmente menores do que as que tem o resto da população; essas desvantagens e reduzido acesso persistem ao longo do tempo”.

Para Amaro (2003), a exclusão social é um conceito mais recente que o de pobreza e é entendida como o mais abrangente, considerando-se que há exclusão numa situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pelas sociedades. É um conceito multidimensional e exprime-se em vários níveis: ambiental, cultural, económico, político e social. A nível individual manifesta-se em 6 dimensões principais do quotidiano real dos indivíduos:

- Do ser: da personalidade, dignidade e auto/estima, bem como do auto reconhecimento individual;
- Do estar: das redes de pertença social, como a família, vizinhança, grupos de convívio e de interacção social e da sociedade em geral;
- Do fazer: das tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, quer sob a forma de emprego, quer sob a forma de voluntário, não remunerado;
- Do criar: da capacidade de empreender, de assumir as iniciativas, definir e concretizar projectos, inventar, criar acções, etc;
- Do saber: do acesso à informação (escolar ou não, formal ou informal);
- Do ter: do rendimento, do poder de compra, do acesso aos níveis de consumo mínimo da sociedade e da capacidade aquisitiva.

⁶⁰ CIARIS – Centro Informático para Aprendizagem e de Recursos para a Inclusão Social. (www.ciaris.com)

⁶¹ Programa de Pobreza III (1994).

Considera-se excluído socialmente um indivíduo numa situação de não realização de algumas ou todas essas dimensões. É o “não ser”, o “não estar”, o “não fazer”, o “não criar”, “o não saber” e/ou “o não ter”.

Definida assim a exclusão social, podemos dizer que a pobreza apresenta-se como uma forma de exclusão social, na medida em que o pobre é excluído de alguns dos sistemas sociais básicos aos quais se aplica a definição de “exclusão social”. A privação dos recursos, que define a pobreza, leva a que o indivíduo que se encontra nesta situação seja um excluído das dimensões “do fazer”, “do criar”, “do saber” e “do ter”. É uma exclusão caracterizada⁶² por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário⁶³, actividade no domínio da economia informal, etc.

Capucha (2004) é da opinião que estar em situação de exclusão social significa: não possuir emprego, ou possuir com má qualidade, mal remunerado, instável e inseguro, quase sempre sem condições de higiene e de segurança; possuir baixas qualificações, quase nulas ou obsoletas face às necessidades de adaptação e às rápidas mudanças tecnológicas e organizacionais da sociedade do “conhecimento”; ter experimentado o insucesso escolar ou carreiras escolares muito curtas e não aceder a oportunidades de actualização profissional e de formação ao longo da vida; não possuir equipamentos e actividades culturais satisfatórias. Estar em exclusão também significa: possuir um estatuto social desvalorizado, e uma identidade negativa; ser mais vulnerável às doenças e beneficiar dos piores cuidados de saúde, ou não beneficiar deles de todo; viver em habitações degradadas, ou mesmo nas ruas; não encontrar na família os apoios estratégicos que garantam suporte para projectos de vida estáveis, material, relacional e emocional e pertencer a comunidades onde predomina a carência, a marginalidade, a violência, a pobreza, para além de não usufruir de rendimentos necessários a uma vida digna.

O que o levou a concluir que estar numa situação de exclusão, não é ser um “não membro” da sociedade, mas sim um “não cidadão” ou seja um membro da sociedade a quem foram retirados, objectivamente, direitos de cidadania, uma vez que o conceito de exclusão social refere-se mais a uma dimensão relacional, enquanto ausência de integração social de indivíduos. Pereirinha (1996) é da opinião que se deve considerar um caso de exclusão social sempre que se verifique a falta de uma das seguintes quatro situações: integração cívica, integração económica, integração social e integração interpessoal.

⁶² Bruto da Costa (1998) na definição dos tipos de exclusão social – tipo económico.

⁶³ O autor define emprego precário como sendo instável, sem contrato, mal remunerado e/ou em más condições de trabalho

A exclusão é assim considerada sob duas perspectivas: a exclusão dos sistemas sociais básicos e a perda de poder. Em qualquer uma delas poderá conduzir a um problema de perda de cidadania, como é o caso dos sem-abrigo que é, sem dúvida, a forma mais grave e complexa de exclusão social.

Quando se fala de exclusão, a meu ver, é importantes falar dos grupos de risco, há pessoas e grupos mais propensos a sofrerem um processo de exclusão social. Fazendo um apanhado geral da literatura consultada sobre o tema, podem distinguir-se cinco grupos de risco:

- Pessoas com deficiências psíquicas e o seu agregado familiar são passíveis de exclusão social. As suas habilidades e experiências não são aproveitadas nem reconhecidas como produtivas para o sistema. São várias as razões que podem levar a esta exclusão, por exemplo: quando essas pessoas não têm um acompanhamento regular, quando não têm recursos económicos e educativos suficientes, quando são pessoas com problemas de comunicação, solidão, isolamento, etc. As famílias destas, muitas vezes, são arrastadas para a exclusão devido a grande carga emocional e esforço, quando não têm apoio do sistema sanitário;
- Os sem abrigo – Compreende o grupo social em que poderíamos incluir: os sem recursos económicos; sem habitação; sem apoios sociais; com problemas de alcoolismo e drogas; com elevado índice de patologias mentais; falta de acesso aos recursos sanitários e sociais; os isolados; os presos; marginais; etc. Os sem abrigo foram considerados, por Bruto da Costa uma das formas mais extremas e visíveis de exclusão social, aquela em que o carácter da privação múltipla é patente e, por vezes, contrasta fortemente com o meio ambiente em que se apresenta. É, do ponto de vista técnico, das questões mais complexas e difíceis de resolver;
- O emigrante – Trata-se de um grupo especialmente vulnerável. Por um lado, devido aos fenómenos de racismo e xenofobia e por outro, ao facto do processo migratório estar ligado geralmente a condições precárias como: condições económicas (exclusão por pobreza), ambientais, sanitárias, sociais e, principalmente, aspectos culturais. Segundo Bruto da Costa (1998), em Portugal, uma boa parte dessas minorias sofre de dois ou três tipos de exclusão: a pobreza (privação por falta recursos); exclusão do tipo territorial (quando vivem em bairros onde se concentra a população imigrante); e cultural (mesmo que não tomem a forma de racismo, os aspectos culturais suscitam relevantes problemas de integração);
- Idosos - São pessoas muito vulneráveis e, por razões várias, carecem de apoio social por viverem isolados socialmente: problemas físicos (incapacidades) e problemas de geração (carências sociais e culturais). Segundo o mesmo autor, tanto a sociedade e o quotidiano que vivemos actualmente, estão organizados de tal modo que os idosos não têm lugar, nem protagonismo, na vida social, podendo tornar-se em casos mais graves sob a forma de total solidão. Esta exclusão pode verificar-se a nível familiar e a nível da sociedade;
- Os desempregados de longa duração - São os indivíduos que perderam o vínculo com o sistema social designado por mercado de trabalho. O emprego acaba por ser nos dias de hoje a melhor forma de nos integrarmos socialmente porque, para além de nos fornecer uma rede de ligações interpessoais, também nos dá o sentimento de participar na vida económica do país;

- Outros grupos sociais – Também são considerados grupos de risco: mulheres, muitas vezes discriminadas a vários níveis; os jovens sem formação ou qualificação a procura do 1º emprego; os toxicodependentes; doentes com SIDA; os que exercem a prostituição; os alcoólicos; os ex - presidiários, etc.;

Segundo Bruto da Costa em 1998, o exercício pleno da cidadania implica, e traduz-se, no acesso a um conjunto de sistemas sociais, acesso esse que deve entender-se como uma forma de relação. Aquele conjunto de sistemas pode ser mais ou menos amplo, conforme o conceito de cidadania que esteja subjacente.

Para reduzir e eliminar a exclusão de grupos sociais e avançar na conquista da integração, há que apostar em estratégias orientadas: participação social, empowerment das populações e na auto-estima e participação social.

A título de síntese pode-se dizer que: *“o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo ou família dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenómeno (e a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Enquanto o conceito de exclusão social acentua aspectos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social”* (Pereirinha 1992:170).

O conceito de exclusão social enquadra algumas dimensões retratadas na evolução do conceito de pobreza. Concebe-se a pobreza como um dos fenómenos integrantes da exclusão social, sendo aquela mais uma forma do que o resultado desta última, uma vez que a exclusão abrange formas de privação não material, ultrapassando a falta de recursos económicos.

3 – Estratégias de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social

As questões ligadas a esses dois problemas, pobreza e exclusão social, converteram-se, nos últimos anos, as questões chave para os organismos internacionais, quer sejam os governos dos diversos países, os vários estudiosos que se têm debruçado sobre esses assuntos, ou os técnicos e intervenientes que procuram no terreno enfrentar e minimizar essas situações (Roque Amaro, 2003). São problemas cada vez mais intolerantes e mais injustos, constituindo uma das maiores ameaças à paz e ao desenvolvimento do mundo actual.

Por adoptarem formas complexas, pluridimensionais e heterogéneas, obrigam a recorrer a estratégias que levam em conta a especificidade de cada região ou país e dos seus grupos. O combate à pobreza e exclusão social deve ter em consideração a evolução do mercado de trabalho, os dados demográficos e geográficos do território, as vivências, os vínculos sociais,

o nível de escolaridade e instrução da população, a saúde, a informação, a comunicação, a cultura e as respostas institucionais. A luta contra a pobreza e a exclusão social, mais do que uma preocupação do tipo social, cultural e político, tem-se convertido numa componente essencial, e inevitável, do desenvolvimento económico.

Segundo Dutrenit (s.d.) a luta contra a pobreza e a exclusão social deve garantir a individualidade de direitos fundamentais, bem como o acesso a todos esses direitos, e reconciliar através de políticas públicas o desenvolvimento social, económico, a competitividade e a solidariedade. Implica mudanças tanto no plano humano como no económico, a fim de permitir que, pessoas em situação de pobreza e exclusão, se expressem e participem nesses exercícios, a fim de serem conscientes das suas experiências de vida para que possam expor o seu ponto de vista sobre a sua própria situação.

As estratégias tradicionais de luta contra a pobreza fracassaram pelo facto de não levarem em consideração toda essa complexidade e pluridimensionalidade da pobreza. Inicialmente, as soluções gerais para a luta contra a pobreza oscilavam em três grandes vectores: a promoção de um crescimento que reduz a pobreza, o desenvolvimento dos recursos humanos através de um aumento na quantidade e qualidade dos serviços sociais, e, por fim, o estabelecimento de redes de assistência destinadas a apoiar os grupos mais pobres⁶⁴. Hoje, podemos apontar algumas críticas⁶⁵ a esta abordagem, como por exemplo: a confiança exclusiva no Estado, o facto de não focar suficientemente as barreiras que os pobres enfrentam no acesso a recursos e porque apesar da pluridimensionalidade não ser integrada, não promovia o envolvimento dos pobres como agentes na luta contra a pobreza, não considerando assim a complexidade, heterogeneidade e especificidades do fenómeno, indo mais ao encontro das manifestações da pobreza do que combatendo as suas causas.

A implementação das estratégias, assim como as políticas e instrumentos usados, devem ser escolhidas de acordo com as condições do país pois, não existem receitas universais, uma vez que as condições não o são. Só com um estudo aprofundado das características e causas da pobreza num país se conseguirá vislumbrar quais as estratégias, políticas e instrumentos mais adequados.

Hoje, falar de luta contra a pobreza é tratar de ajustar a nova definição do papel do Estado nos campos da protecção social, da economia e da inserção no emprego. E situa-se na era de novas práticas comunitárias e numa nova fase de luta, nunca terminada, pela equidade, pela

⁶⁴ Gama (2004)

⁶⁵ Pereira (2005)

solidariedade e pela justiça social. As medidas que estimulam uma responsabilização colectiva partilhada entre os diferentes parceiros políticos, económicos e sociais, exigem a construção e a manutenção do que se pode chamar de tecido social relacional sólido, para que se preserve, e se fortaleça, a identidade de todos e de cada um, em todas as situações do funcionamento social. No capítulo das novas propostas de combate à pobreza, o Banco Mundial (2001), por ex., recomenda combater a pobreza levando a cabo acções em três áreas:

- Promover oportunidades materiais propiciando o crescimento económico, a criação de trabalho, escolas, crédito, serviços de água e saneamento básico, saúde e educação;
- Facilitar o empowerment dos pobres, fortalecendo a sua participação e fazendo com que as instituições estatais sejam mais acessíveis e prestem contas. Também eliminar barreiras sociais resultantes da discriminação por género, raça, religião ou estatuto social;
- Melhorar a segurança dos pobres para reduzir a sua vulnerabilidade perante doenças, ajustes económicos e desastres naturais;

Por seu lado a UNDP (2003) afirma que, para sair da pobreza, é necessária uma abordagem multifacetada, que vá mais além das políticas requeridas para manter a estabilidade e o crescimento económico, assim como um clima político estável. Foram propostas um conjunto de políticas:

- a) Investir no desenvolvimento humano: saúde, educação, nutrição, saneamento e água, fomentar a criação de uma força de trabalho produtiva;
- b) Investir em infra-estruturas: electricidade, estradas, portos;
- c) Implementar políticas de desenvolvimento industrial dirigidas às pequenas e médias indústrias;
- d) Promover a equidade social e os direitos humanos para que os pobres e excluídos, incluídas as mulheres, tenham liberdade e voz para influenciar as decisões que afectam as suas vidas;
- e) Promover a sustentabilidade ambiental e uma boa gestão das cidades, promovendo ambientes seguros;

Estudar as estratégias de luta contra a pobreza serve para promover as questões actuais sobre os desafios da protecção social do cidadão, o lugar dos actores locais em geral e dos participantes em particular, na construção de laços sociais e de solidariedades sociais. Partimos da hipótese que os mecanismos que serão inventados, e reinventados, nos contextos de luta contra a pobreza, devem facilitar o acesso dos indivíduos e dos grupos a um nível de vida decente em que se valoriza o respeito e a dignidade, com o objectivo de construção de uma verdadeira cidadania, de transformação da acção do estado democrático e de reforço da participação (social, política, económica e cultural) do cidadão.

Pereira⁶⁶ mostrou quatro vectores consensuais de máxima importância nas estratégias de redução da pobreza na actualidade⁶⁷: **(a)** a necessidade de aumento das oportunidades dos pobres através do crescimento económico⁶⁸, gerando desta forma rendimentos e facilitando aos pobres o acesso à terra, ao crédito, às infra-estruturas e tecnologia, à melhoria dos acesso sociais, ao aumento da mão-de-obra e à procura de bens e serviços; **(b)** melhorar as capacidades dos pobres através da promoção das suas condições de vida⁶⁹, de um maior acesso a activos humanos, físicos, naturais e financeiros como educação, saúde, rede de água potável, saneamento, habitação, etc, pela criação de parcerias entre o estado e o sector privado, os beneficiários pobres e as suas organizações locais de desenvolvimento; **(c)** o imperativo do empowerment dando voz e poder aos pobres⁷⁰, promovendo a sua participação na concepção e implementação das estratégias de luta contra a pobreza e pela melhoria do acesso dos pobres aos activos naturais, humanos, físicos, sociais, financeiros e políticos; e **(d)** a importância da redução da vulnerabilidade dos pobres que passa, por um lado, pelo estabelecimento de mecanismos que diminuam a exposição ao risco dos indivíduos, agregados familiares e comunidades pobres que assistam os pobres na gestão do risco, e, por outro lado, pela protecção dos indivíduos que não têm possibilidade de criar as suas próprias condições de vida – idosos, deficientes e doentes.

Qualquer governo dos países pobres é consciente de que a luta contra a pobreza e contra a exclusão social deve ser hoje mais do que nunca uma prioridade e que, os progressos económicos e sociais tenham por base os valores de justiça, equidade e solidariedade. Através da mobilização das diferentes categorias de actores e da sociedade civil, deve-se tentar criar entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social uma sinergia, cujo objectivo é organizar uma sociedade onde todos tenham um lugar. Qualquer estratégia nacional de luta contra a pobreza deve elaborar um projecto comum que ofereça a todos, os meios para poderem participar na vida da sua comunidade, zelar pelo progresso económico e social nos valores de justiça, equidade e solidariedade e garantir a coesão social. Em última instancia o que se pretende é que os indivíduos gozem de autonomia económica e financeira de forma a fazer, da luta contra a pobreza, uma forma de acção sustentável no tempo.

⁶⁶ (2005:74)

⁶⁷ Dentro do contexto Africano.

⁶⁸ Apesar de não existir uma estratégia universal de crescimento a favor dos pobres, existe um consenso sobre a ideia de que este crescimento gera emprego, até o menos qualificado e promove o desenvolvimento agrícola (Banco Mundial, 2001)

⁶⁹ Surgiu com a teoria de Sen em 1992, colocando a ênfase no desenvolvimento das capacidades dos indivíduos para a criação das suas próprias condições de vida.

⁷⁰ Desenvolvido por Friedmann.

É uma luta que exige sobretudo medidas inovadoras que impliquem, tanto a experiência e os conhecimentos técnicos, como a imaginação e a criatividade, medidas inovadoras que alcancem a igualdade de direitos e de cidadania de forma integral.

Henrique Rattner⁷¹ mostrou algumas formas de lutar contra a exclusão social e, conseqüentemente, contra a pobreza:

- Alargar e fortalecer os canais de participação social, apostando no esforço contínuo dos pobres e excluídos em prosseguir na construção de uma sociedade que reconheça o seu direito a ter direitos – os direitos humanos em toda sua plenitude, civis, políticos e sociais;
- Investir fortemente na qualificação e emancipação dos movimentos sociais, ONG, e de outros sectores da sociedade civil para que desenvolvam acções capazes de fazê-los participar eficazmente nas negociações e deliberações;
- Qualificar agentes governamentais, em todos os níveis, a fim de transmitir e fortalecer neles uma cultura democrática, participativa e solidária;
- Capacitar grupos para implementar políticas inovadoras quanto à melhoria das condições de vida de toda a população;
- Inspirar e potenciar acções políticas, institucionais em todos os sectores da sociedade para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania;
- Aos pobres, a luta passa por dar-lhes ferramentas e condições para colmatarem esta privação, e aos excluídos, a estratégia deve passar pela inclusão política, social e cultural;

⁷¹ (s.d) numa reflexão sobre a exclusão social e as políticas de inclusão.

IV – EMPOWERMENT COMO INSTRUMENTO DE LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

O empowerment é um conceito que tem vindo a ganhar expressão na última década como um dos principais paradigmas do desenvolvimento e tem mostrado um grande potencial na luta para a redução da pobreza, na prevenção de conflitos e na construção da paz. É considerado um conceito ambíguo devido a falta de uma definição comum e universal e é entendido de diversas formas segundo o contexto sócio cultural e político.

Neste capítulo abordar-se-á o empowerment como um instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social. Mostrando alguns significados e implicações do conceito, a forma como o conceito se tem vindo a desenvolver, os significados para os diferentes estudiosos desta área, as suas dimensões e seus fundamentos. Num segundo ponto, analisar-se-á como o empowerment poderá ser útil na luta contra a pobreza e a exclusão social. Por último, abordaremos a relação do empowerment com o desenvolvimento local aproveitando esse ponto numa espécie de síntese desta primeira parte do trabalho uma vez, que é um ponto que faz a interligação dos conceitos chave – pobreza e exclusão, empowerment e desenvolvimento. É um ponto que vai servir de base para ajudar a analisar o projecto de “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos”, na perspectiva do desenvolvimento local que objectiva o empowerment da população e de certa forma, analisar se esta experiência vai de encontro à revisão de literatura sobre o tema.

1 – Significados e Implicações do Conceito Empowerment

John Friedmann é quem surge como o mais demarcado apologista deste conceito na perspectiva do desenvolvimento⁷². Em 1979 lançou, conjuntamente com Weaver, as suas ideias de base sobre o desenvolvimento participativo ou “empowerment”, traduzidas numa organização funcional do poder exercido de baixo para cima. Considera o empowerment uma estratégia alternativa à forma tradicional de promover o desenvolvimento. Interpreta esta noção pondo ênfase na melhoria das condições de vida da maioria excluída. Segundo o autor o empowerment trata de humanizar o sistema e, o seu objectivo a longo prazo, é transformar a sociedade incluindo as estruturas do poder.

A noção, tradução literal do termo inglês empowerment, emprega-se para expressar o exercício real do poder por parte da cidadania. Rappaport (1981) propôs no contexto de actuação na psicologia comunitária o conceito de empowerment como “detenção de poder”.

⁷² Entretanto, ao longo do texto vamos abordar outros autores que debruçaram sobre esta questão e que marcaram o conceito.

Numa perspectiva ecológica pressupõe uma qualidade fundamental de interacção das pessoas com o seu contexto relacional e físico (Sánchez, 1996). Etimologicamente o conceito permite capacitar, autorizar, ou dar poder sobre algo ou alguém ou para fazer algo. Conceptualmente refere-se ao processo ou mecanismo através da qual pessoas, organizações e comunidades adquirem controlo ou domínio sobre os assuntos ou temas de interesse que lhes são próprios⁷³.

Trata-se de um conceito cada vez mais utilizado que relaciona as questões de poder político e participação em geral, mas que surgiu de experiências realmente concretas circunscritas ao próximo, ao quotidiano, às necessidades sociais que requerem satisfação social. Aparece como uma necessidade de abertura de linhas de acção, desde a reclamação de poder e voz para poder desenvolver planos, programas ou projectos específicos na perspectiva de promover a plena integração das comunidades locais até a participação social prática.

Segundo Gita Sen⁷⁴, o empowerment define-se como uma mudança nas relações de poder. Poder esse, com dois aspectos centrais; controlo dos recursos (controlo externo) e controlo da ideologia (controlo interno). Se o poder significa controlo, o empowerment é o processo por onde se ganha esse controlo. O empowerment, portanto inclui dois tipos de poder e raramente é possível sem ambos. A contribuição mais significativa e original de Sen é a sustentabilidade do empowerment. O empowerment só será sustentável se o indivíduo conseguir alterar a percepção de si mesmo e tomar controlo sobre sua vida. Isto envolve um processo exclusivamente interno, onde os agentes externos se reduzem a meros canalizadores.

A UNICEF define empowerment como o processo através do qual as pessoas tomam controlo e acção com fim de superar os obstáculos. O empowerment significa uma acção colectiva de todos os afectados no sentido de ultrapassarem os obstáculos de desigualdade estrutural que previamente os colocou numa situação de desvantagem⁷⁵. O Banco Mundial entende o empowerment como uma maior participação dos pobres nos processos políticos e na tomada de decisão a nível local, para fortalecer a sua capacidade de influenciar as instituições públicas. Este modelo foi inspirado no marco “empowerment da mulher” da UNICEF (2002) utilizado para explicar as desigualdades estruturais da mulher e que inclui os seguintes elementos: bem-estar, controlo, acesso, participação e consciencialização. De acordo com a UNICEF, as mulheres devem obter um acesso equitativo aos recursos e serviços para garantir o seu bem-estar. Para que se produza empowerment, as mulheres devem ser conscientes de

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ (1997)

⁷⁵ UNICEF: www.unicef.org

que as desigualdades não se devem a debilidades individuais, mas sim a um sistema de discriminação contra elas como grupo. Precisam compreender e identificar as causas subjacentes da sua situação e promover acções colectivas. Outro passo importante é o controlo ou a habilidade de dirigir acções para a defesa dos seus interesses como grupo. Somente quando a igualdade no controlo é conseguido através da participação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, se pode dizer que há igualdade de género.

Friedmann (1996) relaciona o empowerment com o acesso e controlo de três tipos de poderes, que acabam por ser uma síntese das ideias agora apresentadas pelos autores:

- o *social*, entendido como o acesso à base de riqueza produtiva - a informação, o conhecimento, e as técnicas, a participação em organizações sociais e os recursos financeiros;
- o *político*, o acesso dos indivíduos ao processo de tomada de decisões, sobre tudo aquilo que afecta o seu próprio futuro. Não é apenas o poder de votar mas também o poder da voz e da acção colectiva (participação em associações políticas, como partido, movimento social, grupo de interesse, sindicato de trabalhadores ou agricultores);
- o *psicológico*, entendido no sentido de potencialidade e capacidade individual, muitas vezes é o resultado de uma acção vitoriosa nos domínios social e político, podendo resultar de um trabalho inter subjectivo;

Segundo Villacorta e Rodríguez (2003:47), o empowerment é uma perspectiva que coloca as pessoas excluídas dos processos prevaletentes de desenvolvimento e do poder (sua distribuição e exercício) no centro do processo de desenvolvimento, colocando as instituições económicas e as políticas ao serviço desses grupos.

Esses mesmos autores definem o empowerment como:

- Parte do entendimento de que a situação de pobreza e dominação experimentada por milhões de pessoas em todo o mundo é um impedimento ao desenvolvimento que tem, em sua base, o poder de uns poucos sobre os recursos e sobre as potencialidades de existência social de outros;
- É basicamente um processo de criar e ganhar poder de e, para, os sectores pobres e excluídos, através do desenvolvimento de capacidades inexistentes e redistribuição do poder existente;
- É o processo de obter acesso e controlo sobre si mesmo e sobre os meios necessários para a sua existência;
- É um processo de construção e/ou ampliação das capacidades que têm as pessoas e grupos pobres e excluídas para: assumir o controlo dos seus próprios assuntos; produzir, criar, gerar novas alternativas, mobilizar as suas energias para o respeito dos seus direitos; mudar as suas relações de poder; obter controlo sobre os recursos físicos, humanos e financeiros e também, sobre as ideologias (crenças, valores e atitudes); poder discernir como escolher; levar a cabo suas próprias opções;

- É um processo interno (relacionado com a auto estima, auto percepção) a que Friedmann denominou empowerment psicológico e externo (controle ou influência sobre o meio que o rodeia);
- É pessoal e organizacional. Não pode ser feito de fora para dentro, mas pode ser facilitado através de acções estimulantes criando um ambiente favorável. Implica acções simultâneas e complementares de cima para baixo e de baixo para cima. Esta teoria veio reforçar a de Sen que diz que o empowerment parte do indivíduo e da alteração da percepção que este indivíduo tem de si;

Segundo Costa (2000:7) o empowerment é *“mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controlo dos seus próprios assuntos, da sua própria vida e do seu destino, consciencializando-se da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir”*.

Como se pode ver, o empowerment tem fundamentalmente duas dimensões: uma individual e outra colectiva e a tónica das abordagens aqui apresentadas, privilegiam a dimensão individual, uma vez que é a partir daí que todo o processo se desencadeia.

A **nível individual ou intrapessoal**⁷⁶, o empowerment implica um processo de transformação pelo qual o indivíduo vai obtendo poder e controlo, elevando os seus níveis de confiança, auto estima e capacidade para responder às suas próprias necessidades, alcançando os objectivos propostos. A isto, Friedmann chamou “empowerment psicológico”. Trata-se de um meio para alcançar o fim como por exemplo, a redução de pobreza, ou um fim em si mesmo, um indivíduo “empowered”, ou seja, com poder. Tem a ver com a tomada de consciência do indivíduo, dos seus próprios interesses, como estes se relacionam com os dos outros e como a união de todos podem trazer maior influência na tomada de decisão. É a capacidade do indivíduo escolher uma opção dentro das várias alternativas, estando consciente das existentes.

Segundo Zimmerman (2000), neste nível a unidade de análise são os indivíduos isolados ou em grupos. Inclui crenças acerca da própria competência, esforços para exercer controlo e uma compreensão do ambiente socio-político. Estas pessoas adquirem competências relativamente à tomada de decisão e na administração dos recursos. O autor é da opinião que o processo tem uma componente interpessoal (percepção de locus de controlo, de auto-suficiência, motivação de controlo no âmbito pessoal, interpessoal ou sócio político), uma componente cognitiva que realça a forma como as pessoas usam as suas capacidades analíticas para influenciar o seu meio ambiente e uma componente do comportamento, que

⁷⁶ Zimmerman (2000)

implica o realizar de acções para exercer controlo, participando em organizações e actividades da comunidade.

Empowerment individual não é um traço de personalidade estático mas sim um “construto dinâmico contextualmente orientado”⁷⁷. Está fortemente influenciado por factores psicológicos (auto estima, temperamento, traumas e experiências) e é relacional, na medida em que resulta da percepção que os indivíduos têm de si de e em suas interacções com os ambientes e as demais pessoas (Spreitzer, 1995)

Ocorrerá empowerment intrapessoal se as pessoas sentirem que são competentes em determinada situação, que sua presença é relevante e que têm mais oportunidades e recursos para agir sem constrangimentos e limitações. A própria participação e o exemplo de lideranças locais podem constituir fontes importantes de empowerment intrapessoal, não sendo raro encontrar, em pesquisas, pessoas que relatam ter aprendido a participar, participando, sendo arrastadas, enfim, a posicionar-se em instâncias públicas e colectivas.

No que se refere ao empowerment como desenvolvimento da capacidade de “ser pessoa” (dimensão intrínseca), implica a construção de⁷⁸:

- Sujeito com capacidade de integrar o seu sentir, o seu pensar e a sua acção; com capacidade de pensar o que sente, de sentir o que faz, de pensar sobre o que faz e de saber sobre o que pensa;
- Sujeito com capacidade de relacionar com o outro como sujeito igual mas diferente: com capacidade de reconhecer-se nos outros e de diferenciar-se como uma pessoa singular;
- Sujeito capaz de conceber-se como sujeito histórico-social: produto e produtor de seu tempo histórico, que pode apropriar-se da sua história que é ao mesmo tempo, pessoal, familiar e social;
- Sujeito com capacidade de visualizar-se como ser político, consciente que sua palavra e suas acções têm efeitos políticos;
- Sujeito com grau de autonomia que lhe permita decidir, e incidir, em temas do seu bem-estar. Um sujeito implicado em seu tempo e na sua realidade histórica e social.

Este conceito de autonomia (nas suas diferentes dimensões: social, política, afectiva e económica) está relacionado com a ideia de que a pessoa desenvolve a sua capacidade de identificar, conhecer e dar significado às próprias necessidades e buscar formas de as satisfazer, tomando-as suas próprias decisões. Implica um grau elevado de auto conhecimento

⁷⁷ *Ibid.* (1990)

⁷⁸ Sen (1997)

e auto valorização para a tomada de decisões informadas, voluntárias e responsáveis em diferentes faces da existência.

O empowerment baseado na transformação interior motiva a pessoa melhorar a sua própria vida e a dos outros. A autoconfiança é uma das áreas de mudança mais importantes para o empowerment, mas também uma das mais difíceis de avaliar. A autoconfiança é um conceito complexo relacionado tanto com a percepção das próprias capacidades, como com o nível de aptidões e competências.

Todo este processo parte do indivíduo e, só através da forma como encara a realidade consegue mudar as estruturas de poder. É um processo complexo e exige uma análise de alguns conceitos importantes para entender o empowerment⁷⁹:

- **Processo de transformação** - O empowerment implica uma evolução ascendente contínua, através da qual o indivíduo passa de uma etapa a outra, tomando consciência e controle das suas decisões e contribuindo para transformar o rumo da sua própria sociedade. Este processo de transformação é visto como um ciclo de reflexão e acção.

- **Poder** - Compreender o que é empowerment passa indubitavelmente por compreender o que é o poder. O poder está no cerne de qualquer processo de transformação e é a dinâmica fundamental que determina as relações sociais e económicas. Falar de empowerment equivale a sugerir que há grupos que estão totalmente à margem do poder e que necessitam de apoio.

Uma revisão do conceito no contexto do desenvolvimento revela quatro tipos de poder. Cada um deles está relacionado com o empowerment de uma forma distinta. Em relação ao “poder sobre” o empowerment significa integrar as pessoas que estão fora do sistema de tomada de decisão, dando especial ênfase na participação dos indivíduos em todas as esferas da sua vida. Quanto ao “poder para” e ao “poder com”, o empowerment faz referência aos seus próprios interesses, como estes se relacionam com os dos outros. O “poder interno” vai mais além do empowerment entendido como participação, é quando o indivíduo ganha confiança para tomar decisões e passa a dirigir o seu próprio desenvolvimento.

Por sua vez, Costa (2002:01) ao discutir os nós do poder afirma que “... o poder não é, o poder exerce-se. E exerce-se em actos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, nem preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transformá-lo em actos repetidos ou simultâneos, fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-

⁷⁹Iório (Org:2003)

se a ideia e o acto”. Nesse sentido, o poder pode ser visto como aspecto inerente a todas as relações económicas, sociais e pessoais, e o exercício do poder pode ser entendido enquanto processo de empowerment.

- **Recursos** - São as condições materiais, humanas e sociais do indivíduo. Os recursos económicos abrangem desde os bens mais convencionais (como terra, tecnologia) até outros menos tangíveis (segurança económica, política, entre outros), mas também importantes. Os recursos humanos plasmam-se de forma individual e compreendem valores, como os conhecimentos, a auto confiança, a auto estima e a criatividade. Os recursos sociais, como a capacidade organizativa, as expectativas e as reivindicações, permitem melhorar a situação individual e as oportunidades. Em termos de empowerment é muito importante analisar se um indivíduo, ou grupo, tem, ou não, recursos e em que circunstâncias os tem.

A **dimensão colectiva** do empowerment baseia-se na ideia de que as pessoas vulneráveis têm mais capacidade de participar e defender os seus direitos quando se unem com objectivos comuns. A frequência do agrupamento em torno de um projecto concreto e limitado no tempo (ex. micro créditos) pode dar origem a um processo de empowerment, consistente com a tomada de consciência sobre, por exemplo, situações de injustiça e opressão em que se vive e a consequente procura de mudança.

Zimmerman (2000) falou em empowerment organizacional e comunitário. O organizacional verifica-se quando a organização possibilita que seus membros, ou público-alvo, participem, de forma mais ou menos directa nas decisões estratégicas e operacionais. O comunitário, defende que este processo capacita os grupos sociais desfavorecidos para a articulação de seus interesses e participação comunitária, visando a conquista plena dos direitos de cidadania, a defesa de direitos e influenciar acções do Estado.

O processo de empowerment individual avança na medida em que o indivíduo toma consciência das suas possibilidades, aumenta a sua capacidade de decisão e ganha confiança em si mesmo. Este empowerment tem uma relação recíproca com a actividade social e neste sentido, um indivíduo com elevada auto-estima, capacidades desenvolvidas e seguro de si mesmo pode contribuir de forma mais activa na acção colectiva. Da mesma forma, a acção colectiva permite que os indivíduos tenham maior acesso aos serviços e haja maior difusão da informação, apoiando assim o empowerment individual. Participando activamente em organizações, os indivíduos podem expressar mais facilmente suas preferências. Para além de

desenvolver as capacidades individuais, o empowerment desafia as sociedades⁸⁰ a buscarem mudanças favoráveis e a ampliar a voz colectiva⁸¹.

Falamos do processo de empowerment de pessoas, de grupos e comunidades. O empowerment não é um acto, mas sim uma construção de ordem individual e colectivo. Normalmente quem intervêm no social, tem a tendência de minimizar a dimensão individual da mudança. Esta concepção foi fortemente questionada pelo movimento de mulheres e feministas, ao considerarem que o pessoal é político, enfatizando a importância da construção da autonomia pessoal das mulheres como factor relevante na luta para transformar a condição de género das mulheres em suas dimensões sociais, colectivas e individuais. “Esta mudança interna, esta consciencialização, embora catalizada em processos grupais é profunda e intensamente pessoal e individual” (Sen, 1997).

O empowerment (na articulação com as suas dimensões) constitui uma das ferramentas de construção da cidadania e de aprofundamento da convivência democrática, favorece o reconhecimento das pessoas como sujeitos de direitos e promove a sua capacidade de incidir na transformação das suas condições existenciais e na construção de novas formas de relacionamento social sobre bases de equidade e justiça social. Existem várias estratégias de empowerment e o êxito depende das circunstâncias concretas do cenário onde ocorrem, assim como das condições individuais. Mas, em geral, a experiência tem demonstrado que os esforços que têm sido feitos para dar poder aos pobres em diferentes contextos, compartilham quatro elementos chave⁸² (dimensão extrínseca):

❖ Acesso à informação

A informação é poder. Os cidadãos informados estão melhor preparados para aproveitar as oportunidades, obter serviços, zelar pelos seus direitos, negociar eficazmente e controlar as acções da esfera pública (política e social) e privadas (emprego e Ong.). Sem informação relevante e oportuna, é impossível a actuação dos pobres. A informação pode ser difundida de várias formas, através de discursos de grupo, poesia, contos, debates, teatro público entre outras formas culturais apropriadas.

⁸⁰ A nível do colectivo está-se a falar por exemplo, de mudanças nas relações de entre ajuda na comunidade local, aprendizagem da capacidade de auto organização da acção colectiva, valorização da identidade cultural da comunidade local, etc.

⁸¹ *Ibid.*

⁸² Pereira (s.d)

❖ Inclusão social e participação

Uma organização social activa é uma ferramenta chave para pressionar, facilitar mudanças e tomar decisões. A inclusão dos pobres e de outros grupos excluídos da sociedade no estabelecimento de prioridades e na tomada de decisão é fundamental não só para que os escassos recursos públicos fiquem ao serviço das prioridades locais, como também na assunção de um compromisso para a mudança. Para ter uma inclusão sustentável e uma participação informada é necessário criar espaços em que os pobres podem debater diferentes assuntos, como também participar directa e indirectamente no estabelecimento de prioridades locais e nacionais. Dirigir a participação e alcançar consensos nem sempre é fácil e em muitas ocasiões é necessário incluir mecanismos de resolução de conflitos.

❖ Capacidade de organização local

Refere a capacidade das pessoas trabalharem juntas, organizar e mobilizar recursos para solucionar problemas de interesse comum. A capacidade de organização local é fundamental para o desenvolvimento. As organizações, as associações, as federações, os grupos e os movimentos sociais dos pobres são actores importantes nos movimentos sociais de um país. É graças a eles que o indivíduo se sente representado e apoiado socialmente reforçando assim a sua auto-estima e suas capacidades.

❖ Responsabilidade (accountability)

A responsabilidade refere-se ao poder de chamar os oficiais do Estado, empregados públicos ou actores privados a entregar contas, pedindo que sejam responsáveis pelas suas políticas, acções e uso de fundos. Se as instituições forem abertas e transparentes, permitem o correcto funcionamento dos sistemas de rendição de contas, do fluxo da informação, promovem a distribuição equitativa dos recursos e estabelecem mecanismos adequados para fortalecer a capacidade organizativa da sociedade civil.

2 – Processos de Empowerment como Instrumentos de Luta Contra a Pobreza.

É um consenso generalizado na literatura que o empowerment é um elemento essencial na estratégia, na política e nos programas de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Os indivíduos que vivem na pobreza acabam por sofrer em todas as vertentes da sua vida, desde a privada à pública. A não satisfação das necessidades básicas aliadas à falta de oportunidade de emprego corta radicalmente a liberdade de acção e de escolha. Com isto é

fácil entender a pobreza como (dis) empowerment⁸³. Segundo Friedmann (1992), o poder não é só uma dimensão importante da pobreza mas também uma das suas causas. Os pobres são pobres porque lhes falta poder para sair da pobreza e as famílias pobres não têm poder social para melhorar as condições de vida dos seus membros.

Os pobres são considerados indivíduos com baixo nível de auto-estima, de capacidade de decisão, de poder e de confiança neles próprios e nas suas capacidades. Para saírem desta situação necessitam adquirir poder e capacidade para tomar decisões em todas as esferas de suas vidas: económica, política, social, pessoal, organizacional e psicológica. O modelo do (dis) empowerment defendido por Friedmann tem como unidade de análise central a economia doméstica e considera que existem oito bases do poder social distintas e interdependentes, constituindo os principais meios disponíveis para a unidade doméstica produzir as suas próprias condições de vida: espaço de vida defensável, tempo excedente, conhecimento e técnicas, informação adequada, organização social, redes sociais, instrumentos de trabalho e condições de vida, e recursos financeiros. Segundo o autor, a pobreza absoluta existe quando as unidades domésticas necessitam de ajuda para sair desse nível. A melhoria do acesso às bases do poder social passa, assim, por um esforço auto baseado da unidade doméstica na luta pelo acesso às quatro bases essenciais: espaço de vida, tempo excedente, organização social e redes sociais. Só com o acesso a estas quatro bases é possível às unidades domésticas lutarem pelo acesso às restantes (conhecimentos, técnicas, espaço de vida defensável e recursos financeiros). Algumas dessas bases são influenciadas pela acção do Estado e, muitas vezes, para melhorar o acesso a estas bases é necessário uma acção colectiva de reivindicação junto deste. O que implica que a luta contra a pobreza “exige a transformação do poder social em poder político, capaz de transformar reivindicações políticas em direitos legítimos”⁸⁴.

O empowerment é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza⁸⁵. É um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população, superar as principais fontes de privação das liberdades, construir e escolher melhores opções e mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local. Mas o empowerment também é um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. O empowerment necessita constantemente

⁸³ Conceito recente defendido por Friedmann constituindo uma variante das “necessidades básica”.

⁸⁴ Friedmann, (1992: 75)

⁸⁵ Pereira (2005).

ser renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza.

No combate à pobreza, o empowerment dos pobres e de suas organizações orientam-se para a conquista da cidadania, isto é, a conquista da plena capacidade de um indivíduo ou colectivo de usar seus recursos económicos, sociais, políticos e culturais para actuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as acções dos governos na distribuição dos serviços e recursos.

O empowerment promove-se através de várias formas como a educação e formação profissional, o trabalho digno e remunerado, o acesso a informação, a participação no âmbito público e nas organizações sociais, a nível da auto-estima e auto percepção individual. E qualquer política de intervenção que tenha como objectivo o combate à pobreza deve ter um vínculo com o empowerment.

O processo de empowerment é uma estratégia adequada para a redução da pobreza quando inclui:

- A criação de espaços institucionais que permitam a participação dos sectores excluídos nos assuntos públicos;
- Formalização de direitos legais e vias para assegurar seu reconhecimento e respeito através de estruturas organizacionais, mediante as quais a população excluída pode participar e influenciar estratégias adoptadas pela sociedade;
- Transmissão de habilidades que permitam o exercício da cidadania e da produção, incluindo as destrezas básicas e todas as outras necessárias para a análise das dinâmicas económicas e políticas mais relevantes;
- Criação de acesso e controlo sobre os recursos e bens (materiais, financeiros e de informação) para permitir aos excluídos o uso afectivo das oportunidades, direitos e habilidades para competir ou acompanhar outros actores da cena social;
- Uma questão pertinente na elaboração de estratégias sobre o empowerment é: quem dá o poder a quem. Como já se tinha dito anteriormente o empowerment não pode ser feito em nome das pessoas, mas isso não quer dizer que as pessoas que vivem na pobreza consigam enfrentar sozinhas este desafio. Para que o processo siga em frente são precisos agentes intervindo como dinamizadores destes processos. Esses agentes podem ser de dois tipos (Iório: 2003):
 - a) Agentes externos (como ONG, agências de desenvolvimento, governos) podem contribuir na criação de um meio ambiente favorável ao empowerment;
 - b) Agentes internos - dentro do grupo, através de organizações de base, como são os movimentos sociais, onde o agente pode ser uma liderança interna ao grupo.

O mesmo autor, propôs a seguinte tipologia: empowerment por ONG, por movimentos sociais, por ONG e governo e por multilaterais. Cada um desses catalisadores do empowerment tem as suas fortalezas e debilidades específicas.

As experiências baseadas nas ONG têm a vantagem de serem inovadoras e flexíveis, e são organizações que tem um conteúdo e um método de intervenção mais adequado aos indivíduos, grupos e comunidades. Isto deve-se ao facto de, normalmente serem pequenas e de estarem mais próximas do grupo. O que também levará a serem mais fechadas entre si, muitas vezes com dificuldades de negociar com o governo e políticos.

O empowerment que ocorre dentro do grupo, através de organizações de base ou movimentos sociais já não é tão fechado entre si como as ONG. As relações com o governo ainda que conflituosas são necessárias uma vez que estes são vistos como responsáveis pelo status que e como capazes de alterar a situação de pobreza em que vive o grupo. Podem ser grupos grandes e tem a vantagem de perseguirem as questões que realmente interessam. Vão directamente as causas da sua falta de poder e trabalham para mudar e transformar a situação.

O empowerment estimulado pelas ONG e governo tem mostrado bons resultados em muitos casos, uma vez que resolve o problema de escala da intervenção, do impacto e também a questão da replicabilidade, aumentando a protecção do grupo e diminuição de conflitos.

Tão importante como saber quem detém o poder de dirigir o processo de empowerment, é saber como, e com que meios, este processo deve ser dirigido.

Sen (1997), falou em algumas vias através das quais é possível, ao governo, às ONG e aos outros actores envolvidos, promoverem o processo de empowerment: nos campos do enquadramento institucional legal; da informação; da cultura institucional; e da construção de capacidades - participação;

Campo do enquadramento institucional legal - no campo das políticas, num contexto onde existe democracia, poderão ser implementadas medidas que contribuam para a criação de um ambiente favorável à mudança como a aprovação de novas leis que apoiem as iniciativas dos pobres e excluídos. Estas podem cobrir uma gama de acções importantes que dependem do contexto específico, como a legislação contra a discriminação, a reforma dos códigos civis e heranças, a protecção de áreas comunais de acesso aos recursos, a facilitação de acesso a créditos em bancos públicos, etc. Nenhum desses exemplos só por si constituem uma dádiva de bem-estar, mas eliminam barreiras e libertem as capacidades das comunidades pobres para o empowerment.

Para além de leis que vão no sentido de potenciar o empowerment, é necessário fomentar processos grupais nos programas contra a pobreza, tentando transformar programas rígidos e com muitas pessoas, noutros mais criativos, flexíveis e que dêem respostas. Também é

importante a promoção e implementação de processos participativos na gestão das políticas, devendo o governo assegurar canais para que os grupos e pessoas que vivem na pobreza possam fazer parte de instâncias de definição, implementação e monitorização de políticas mais gerais (como orçamentos participativos, conselhos de políticas sociais, segurança alimentar, previdência em conselhos de saúde, educação) e também dentro de programas de luta contra a pobreza e exclusão (mas não somente nestes espaços). A descentralização também, muitas vezes, é uma forma de facilitar a participação dos grupos sociais. É uma forma de devolver poder às instituições locais, podendo ser a forma de envolver as populações na resolução dos seus problemas, aumentar o seu empenho e criar novos fóruns de discussão onde se possam encontrar soluções criativas e participativas para a luta contra a pobreza. Para que a descentralização tenha efeitos positivos sobre os pobres, é importante que o processo se inicie ao mesmo tempo, ou que se tenha iniciado um processo de empowerment dos grupos mais favorecidos, com apoio das estruturas centrais de poder.

Campo da informação – é preciso eliminar as barreiras do acesso à informação aos pobres. A informação é frequentemente um dos recursos mais guardados e controlados nos programas de desenvolvimento. Controlar a informação e a falta de transparência é o principal mecanismo para maximizar vantagens e a corrupção. É próprio dos poderosos e muitas vezes serve para marginalizar os que não o têm. Com a informação, as pessoas e os grupos têm a oportunidade de saírem da condição de “beneficiários” para passarem a ser agentes activos do processo. Os pobres envolvidos nos processos devem saber que fundos se encontram disponíveis, como são canalizados, quais são as regras e procedimentos do programa e como se tomam as decisões. Com acesso facilitado à informação os pobres aumentam as suas escolhas e oportunidades, dando-lhes a possibilidade de conhecer e reivindicar direitos e exercer pressão sobre as instituições. O controlo sobre o conhecimento e informação pode levar à mudança nas relações de poder e, por tanto, estratégias de geração de conhecimentos e difusão de informações sobre o nível local, regional e global, são fundamentais como mecanismos de empowerment.

Campo da cultura institucional - o que obstaculiza, geralmente, um programa de empowerment de se tornar eficiente, é a mentalidade no controlo e na tomada de decisão de cima para baixo, de pouca ou nenhuma prestação de contas, de posturas arrogantes e arbitrarias por parte dos governos, organizações privadas e dos agentes do desenvolvimento. As mudanças nas instituições e na cultura institucional desses agentes são das mais difíceis de

realizar. A cultura institucional dos grandes actores do desenvolvimento tem hoje um impacto brutal, e em geral negativo, nos processos de empowerment de grupo.

Apesar de existirem movimentos que integram práticas participativas e burocracias governamentais, a maioria dos funcionários do governo tem pouco entendimento e simpatia pelas técnicas participativas e, ainda, tendem a não acreditar na capacidade das pessoas que vivem na pobreza de pensar, e propor, políticas de desenvolvimento. Esta participação, muitas vezes, é neutralizada pelos funcionários do governo que operam dentro de um contexto que desvaloriza as opiniões e contribuições, particularmente das mulheres em assuntos públicos.

Um governo que decide implementar mudanças nesta área, deve fazê-lo devagar e com análises cuidadosas, orientando os protocolos de capacitação para os funcionários governamentais, de forma a poderem incorporar novos métodos e enfoques na gestão de programas de luta contra a pobreza.

Campo da construção das capacidades: participação - cada vez mais a participação das pessoas beneficiadas e afectadas é considerada um elemento importante para a qualidade e efectividade dos projectos. O acordo entre naturezas diferentes para atingir um objectivo específico de luta contra a pobreza tentando obter um resultado que represente mais do que a soma das partes, também é importante. Actualmente, nas pesquisas sobre desenvolvimento, têm-se produzido inúmeras análises sobre os processos participativos. A participação tem-se tornado uma das palavras-chaves para os agentes do desenvolvimento, incluindo as instituições como o Banco Mundial, agências oficiais de cooperação e governos. A capacidade de organização local é essencial, não só para mobilizar recursos na resolução de problemas comuns, melhorando os seus acessos aos activos, mas também porque a probabilidade das suas vozes serem ouvidas é mais elevada.

A participação pode ser entendida como o processo através do qual as pessoas, e entidades, que têm interesse legítimo em exercer influência, participam no controlo das iniciativas de desenvolvimento e nas decisões e recursos que os afectam. O conceito de participação, que tem dimensões económicas, financeiras, sociais, políticas e culturais não é unívoco e está repleto de conotações e sentidos implícitos. De facto, foi utilizado para designar desde situações de auto organização de um grupo e de uma comunidade, circunstâncias onde se dá apenas uma informação restrita, passando por iniciativas onde se consultam os membros, até outras, onde cada colectivo elege os seus representantes e estes tomam as decisões de forma paritária.

Em qualquer caso, a participação pode ser um processo através do qual as pessoas, os grupos e os territórios excluídos se (re) apropriam dos seus recursos e da sua identidade, intervêm na vida social, política e cultural e fazem ouvir a sua voz com mais força nas instâncias de decisão. Nas acções locais contra a pobreza e exclusão, o objectivo é fazer com que a população e os excluídos se sintam envolvidos e intervenham nas decisões colectivas, respeitando sempre a vontade de poderem não o fazer.

O processo de empowerment é visto como estreitamente relacionado ao de participação. Experiências em diversas partes do mundo têm mostrado que processos de participação possibilitam processos de empowerment, assim como também estas metodologias favorecem importantes possibilidades para se estabelecer políticas e práticas de desenvolvimento que contemplam as necessidades das pessoas vivendo na pobreza.

A participação é entendida como um valor, faz parte da estratégia e é um instrumento. Como um valor vai de encontro aos direitos humanos (expressar, fazer-se ouvir, organizar-se, decidir e exigir que os direitos sejam cumpridos). Faz parte da estratégia, por exemplo, dos excluídos que têm todo o interesse em procurar a inclusão na sociedade em que estão inseridos, pois são estes que sentem e que conhecem, melhor do que ninguém, as suas dificuldades. Como instrumento tem a ver com as questões de intervenção das pessoas e grupos numa situação de precariedade. Neste caso, a participação tem funções motivadoras, pedagógicas, sociais, políticas e culturais. É até possível referir que, sem esta participação, é difícil avançar de forma duradoura e, até certo ponto, sustentável, na erradicação da exclusão, especialmente quando estas tentativas são realizadas à escala local.

O poder da participação reside na capacitação das comunidades, permitindo o desenvolvimento das capacidades de auto-ajuda, solidariedade e acção colectiva. De forma a intervir de modo mais directo nas iniciativas de desenvolvimento, a participação adquire uma forma activa e dinâmica que permite à população jogar com a sua importância crescente nas actividades de desenvolvimento.

A participação é essencial para o desenvolvimento sustentável. Se as pessoas se comprometerem e se virem afectadas, são elas que tomam as decisões em todos os níveis do ciclo do projecto, sendo mais provável que os problemas do desenvolvimento passem a ser vistas de uma forma integral fazendo com que as soluções sejam mais eficazes.

As metodologias participativas que visam o empowerment de grupos não devem subestimar a complexidade e a tenacidade das estruturas do poder local. É preciso estar atento à

multiplicidade de factores que produzem e reproduzem a exclusão e a pobreza. A participação modifica a natureza do acesso e do controlo dos recursos, mas também as questões relacionadas com a tomada de decisão. A participação induz a necessidade da equidade na distribuição. Nesta possibilidade está implícita a partilha do poder, que implica a transferência de poderes. Para que esta transferência se realize, é fundamental que a população deixe de se sentir excluída e insignificante, na sua relação com os detentores dos poderes, e que possa ser ouvida para que as suas necessidades sejam reconhecidas. É necessário que a população seja empowered⁸⁶

3 – Empowerment e Desenvolvimento Local

O empowerment é um conceito com vínculos bastante fortes com o desenvolvimento local. É um tema particularmente importante dado que, quando falamos de desenvolvimento local nos referimos, por exemplo, a conceitos como: poder, participação e inclusão. Todos esses conceitos estão vinculados ao que entendemos por empowerment.

Friedmann foi um dos primeiros autores que viu o processo de empowerment como “a expressão de uma sociedade civil militante” (Friedmann 1996:x), colocando a tónica na autonomia das tomadas de decisão de comunidades territorialmente organizadas, na auto-dependência local (não na autarquia), na democracia directa (participativa) e na aprendizagem social pela experiência. Este desenvolvimento (participativo), só faz sentido e é viável na condição de haver uma articulação conciliatória entre os objectivos da auto – afirmação ou empowerment das comunidades desfavorecidas, por um lado, e os da descentralização gradual do poder, em condições de estabilidade político – social e de dignidade dos detentores do poder, por outro (Milano 2003)⁸⁷.

Como já tínhamos visto, o conceito de empowerment vai mais além da mera participação popular, já que pretende uma posição ética e política de que só a própria população pode identificar suas necessidades e os caminhos de solução. O conceito de empowerment comunitário tem sido conhecido, empregue e utilizado, em diversas práticas comunitárias. As acções que levam ao empowerment fazem todo o sentido dentro de uma comunidade, uma vez que permite às comunidades adquirirem os conhecimentos necessários para elas próprias implementarem e gerirem os projectos de desenvolvimento, de modo a usufruírem igualmente dos seus resultados. O empowerment individual leva ao empowerment colectivo e vice-versa.

⁸⁶ Sares (1997:61)

⁸⁷ Milano (2003).

Empowerment é um conceito psicossocial com implicações políticas: falamos de poder, de transferência de poder. Destaca-se, aqui, a importância vital do empowerment no desenvolvimento local, quando se fala de luta contra a pobreza e a ruptura dos mecanismos psicossociais que a reproduzem, tendo por base estruturas sociais objectivas. As pessoas que vivem em condições de pobreza não têm controlo psicológico, material e político nas questões quotidianas, além de uma escassa, ou nula, incidência na tomada de decisão que se relaciona com políticas que eventualmente podem melhorar as suas condições de vida. O empowerment aumenta a capacidade das pessoas de optar e expressar suas opções e transformá-las em actividades e resultados desejados.

A capacidade das pessoas de participar nas decisões a nível local, bem como na prestação de serviços locais, não só está determinada pela detenção de recursos individuais como dinheiro, informação, atitudes, como também pelo capital social que serve de base para as actividades colectivas tendentes a dar resposta às suas preocupações comuns. As práticas deste fenómeno são o elemento inverso das relações verticais de poder de cima para baixo. A auto-estima, o desenvolvimento pessoal, a dignidade e a tomada de consciência são elementos constitutivos que enriquecem o fenómeno, perseguindo o objectivo de aumentar a participação individual e colectiva em movimentos ou redes sociais activas. Não está alinhado com um contexto estrutural e institucional, na medida em que procura reforçar os actores sociais como sujeitos activos que se convertem em objectivos de estruturas, de instituições e de organizações, dentro do sistema de mudanças nas relações políticas e com um carácter inevitavelmente político de reequilíbrio do poder (Iório:2003).

O contexto propício para o desenvolvimento local inclui instituições formais, como leis, políticas estabelecidas e sistemas institucionais, assim como sistemas informais como valores, normas e práticas sociais que influenciam o comportamento e as decisões das pessoas. A sociedade civil, através do sistema político, tem que buscar um novo pacto, democratizar o estado para que haja uma descentralização funcional e uma gestão transversal do Estado em relação à sociedade para que se fortaleça a participação da população. Uma possível alternativa está, por um lado, em construir um Estado social, e por outro, em consolidar uma sociedade de bem-estar onde o político não fica pelo Estatal, onde o cidadão tenha um conjunto de direitos e deveres abertos à aldeia global desde o seu local.

O político adquire o significado de um espaço dinâmico onde interagem diferentes actores do estado, da comunidade, o mercado com uma lógica e objectivos comuns. Cada vez mais tem-se confirmado que os fundos sociais que utilizam métodos altamente descentralizados e

participativos, como o de desenvolvimento estimulado por uma comunidade, têm bastante êxito no que diz respeito à gestão dos recursos dos beneficiários desejados e na rapidez da sua repercussão.

Mas a experiência tem mostrado que, nem sempre há uma coordenação e integração adequada desses modelos inovadores com a gestão do governo e a prestação do serviço por parte do sector público, no seu sentido mais amplo.

Ao longo do enquadramento temos abordado o empowerment como aumento do poder e da autonomia pessoal e colectiva de indivíduos e grupos sociais nas suas relações interpessoais e institucionais, especialmente daqueles submetidos a relações de discriminação e dominação social; referimo-nos a um processo contínuo e em constante renovação de aumento de poder pessoal, social, político e económico das pessoas, famílias, comunidades e organizações da sociedade civil, contribuindo para o aumento das liberdades em geral. O empowerment é encarado como um estímulo e motor do processo de desenvolvimento local e da superação de pobreza.

A estratégia do empowerment radica na constatação de que é indispensável aumentar o grau de participação e responsabilização observados, e em particular naqueles que são vítimas de discriminação e que dispõem de poucas possibilidades de participar e influenciar as acções que de alguma forma lhes dizem respeito. Neste ponto de vista o empowerment assume-se como um princípio de cidadania activa e como um processo capaz de aproximar, e melhor adaptar, as intervenções às necessidades e expectativas dos grupos alvos (Nunes, 2002: 65). No contexto democrático, uma cidadania integral implica que as pessoas possam aceder harmoniosamente aos seus direitos cívicos, sociais, económicos e culturais (PNUD, 2004). Um dos fundamentos do desenvolvimento local é a cidadania, e a esta relaciona-se com a possibilidade de participação real a incidir sobre os diferentes âmbitos da vida social, no poder das pessoas e grupos em dialogar com o Estado, e com as instituições em geral.

Na situação de pobreza e exclusão social, as condições para que as pessoas se expressem como cidadãos com plenos direitos de maneira igualitária no âmbito público vêm-se fortemente afectadas. Daí a necessidade de ampliação de espaços de empowerment, que permitam habilitar as pessoas para reconhecer suas necessidades e buscar soluções para estas, fazendo frente aos seus projectos individuais e colectivos do desenvolvimento.

Em relação ao capital humano, a participação das pessoas contribui para favorecer capacidade e empowerment individual, no âmbito da auto-estima, habilidades sociais, segurança em si

próprio, entre outras. A participação constitui um espaço próprio para a formação de capital social e este, uma possibilidade para colaborar na diminuição das desigualdades estruturais. A ampliação da cidadania tem um impacto positivo e de forma sustentável no capital humano e social, fortalecendo capacidades individuais e grupais. Esta participação só é possível dentro de um território definido e numa perspectiva de desenvolvimento local.

A participação e o empowerment em projectos de desenvolvimento local constituem meios de organizar e controlar os recursos, contribuindo para a realização, eficiência e sustentabilidade da acção. Os pobres devem organizar-se não só para propor soluções, como também para fazer com que as políticas económicas e sociais lhes sejam favoráveis na sua luta contra a pobreza. Neste sentido a participação comunitária é um elemento chave, uma vez que entendemos como participação comunitária um tipo de acção pessoal e colectiva que agrupa cidadãos decididos a enfrentar uma situação. O grupo estipula as suas relações em função do problema, buscando soluções mediante um projecto de desenvolvimento, de melhorias ou para mudar a sua situação actual. Uma das características da participação comunitária é que procura melhorar o bem-estar dos seus membros da comunidade em função de valores que lhes são próprios, para que o desenvolvimento seja sustentável no tempo. Desta maneira os problemas podem ser resolvidos de forma endógena.

Nas acções de superação da pobreza, os grupos têm um papel importante no campo comunitário, podendo ter um papel dinamizador nesses espaços. Para isso, muitas vezes, é preciso ter uma presença activa e respeitosa na comunidade, capaz de ajudar os grupos no seu empowerment, com os quais trabalha, conectando, medindo, negociando e modelando formas de interacção com outros sistemas sociais a que, habitualmente, as pessoas não têm acesso.

Os agentes do desenvolvimento local devem encarar o território como o fortalecimento da cidadania e do capital social. A confiança e os laços constituem-se cara a cara, num lugar, num território. A importância do território no processo de empowerment advém daí, principalmente porque é no território onde vivemos e onde temos a história, identidade, pertença, memória e, também, a capacidade de imaginar o futuro. Os laços criam-se quando as pessoas verificam que é possível e que faz sentido incidir na vida do lugar. Este associativismo e essa capacidade de actuar em comum fortalecem o grupo.

Rappaport (1998) ante a pergunta de quem teria que definir a realidade dos actores sociais, responde que, a estratégia adequada é a de dar poder às pessoas, de maneira a que elas possam actuar por si mesmas. Esta postura, será a base das teorias de intervenção conhecidas, genericamente, por “empowerment”.

No processo de Desenvolvimento de Lajedos poderemos encontrar resultados que vão de encontro à teoria aqui apresentada. De uma forma resumida espera-se chegar a algumas conclusões. A primeira é que o modelo de empowerment na perspectiva do desenvolvimento local, reflecte o vínculo entre o acesso e controlo sobre os recursos e a redução da pobreza. O acesso e o controlo, sobre os recursos públicos e privados, são imprescindíveis para que os povos mantenham as suas formas de produção e organização social porque, por um lado, permite protegê-los da exploração por outros povos (ex. desenvolvimento levado a cabo sem seu consentimento), e por outro, também os protege da exploração económica e social, já que lhes permite utilizar os recursos assim como os direitos associados ao seu próprio desenvolvimento. A propriedade e controlo sobre os recursos reforçam a autonomia colectiva dos povos, assegurando a sustentabilidade dos seus modos de produção e garantindo uma fonte estável de recursos à disposição da comunidade. A autonomia também é motor para o desenvolvimento da sua própria estrutura social e suas actividades culturais⁸⁸. Assim, o acesso e controlo sobre os recursos conduzem a uma maior autonomia e estilos de vida sustentáveis e, de esta forma, à redução da pobreza.

Também existe uma relação entre participação mais equitativa e a tomada de decisões e redução da pobreza. O desenvolvimento das oportunidades de participação na economia nacional ajuda na sustentabilidade dos seus modos de produção e permite aos povos rurais venderem os seus produtos em condições de mais igualdade, através de melhores canais de comercialização ou infra-estruturas, o que lhes possibilitará participarem nas decisões políticas e económicas que lhes afectam, desta forma privando da marginalização económica, social e cultural. A participação na tomada de decisões facilita a promoção de políticas que reforcem a sua identidade e modos de produção, e facilita a interacção com outros grupos sociais.

O poder é outro conceito muito importante no processo de empowerment e de desenvolvimento local. Friedmann (1992) definiu o poder político como objectivo último do processo de empowerment, ajudando a defender os interesses de um grupo e de actuar mais além do local. E para esta variável o autor utilizou a denominação “poder económico/autodeterminação” que inclui o poder económico e político como forma de conseguir um processo de desenvolvimento baseado na autodeterminação. O vínculo entre autodeterminação e redução da pobreza tem várias dimensões. Quanto maior for o poder económico maior será a possibilidade de influenciar nas decisões económicas e políticas.

⁸⁸ CEPAL - Comissão Europeia para América Latina e Caribe (2001:8)

Maior, também será, a possibilidade de implementar processos de desenvolvimento desejados e a capacidade de determinar os recursos necessários para o seu próprio processo de desenvolvimento, provavelmente contribui para reduzir a pobreza em todas as suas dimensões. Quanto maior for a autodeterminação, maior é a participação das populações no seu processo de desenvolvimento, contribuindo com ideias e experiências. Por volta dos anos noventa, a maior parte dos investigadores destas questões reconheceram que a participação dos beneficiários nos projectos constituía um factor importante na redução da pobreza, uma vez que estes se sentiam donos dos programas o que facilitava a resposta às suas necessidades.

A Declaração da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social (Nações Unidas: 1995:0) resume a importância do empowerment para o desenvolvimento dos grupos excluídos;

“Reconhecer que o empowerment das pessoas, particularmente o das mulheres, para reforçar suas próprias capacidades, é um objectivo primordial do desenvolvimento e seu principal recurso. O empowerment requer a plena participação das pessoas, na elaboração, implementação e avaliação das decisões que determinam o funcionamento do bem-estar de novas sociedades”

PARTE II – ESTUDO DE CASO

A segunda parte do trabalho é dedicada ao estudo do caso “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos” - DCL. Estará decomposta em duas partes: num primeiro capítulo é importante e necessário fazer o enquadramento do seu contexto, ou seja, abordar Cabo Verde segundo a sua situação sócio económica e, de uma forma resumida, ver a questão da pobreza no país e o seu programa de luta - PNLP; num segundo capítulo vai-se caracterizar o Atelier Mar – ONG promotora do projecto – e fazer uma descrição de alguns pontos pertinentes, no sentido de nos ajudar a conhecer o projecto e de facilitar a sua análise. Neste ponto, o projecto será enquadrar o projecto no seu contexto geográfico e social, falar dos seus objectivos, dos beneficiários, das actividades desenvolvidas, das parcerias, da sua organização, gestão e opções metodológicas e, finalmente, dos problemas e dificuldades enfrentados no seu percurso.

O terceiro capítulo destina-se à análise do projecto. É neste ponto que incide o objectivo principal do trabalho. O projecto vai ser analisado tentando responder às quatro questões iniciais, referidas através dos objectivos específicos do trabalho: se o projecto de desenvolvimento de Lajedos é um projecto de desenvolvimento local; se o mesmo projecto luta contra a pobreza e exclusão social, e se objectiva o empowerment da população e, conseqüentemente, a sustentabilidade económica e social.

V – CABO VERDE – SITUAÇÃO SÓCIO ECONOMICA

Este capítulo, está composto por uma breve caracterização de Cabo Verde, no sentido de nos ajudar a entender melhor a situação económica e social, incidindo sobre a questão da pobreza e exclusão social e a forma como é vista no país.

1 - Caracterização Geral

O arquipélago de Cabo Verde, situado na Costa Ocidental da África, com 4033 Km² de área, composto por dez ilhas, sendo uma delas desabitadas, todos de origem vulcânica, forma dois grupos distintos consoantes a posição dos ventos alísios do nordeste. As ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista pertencem ao grupo de Barlavento; e as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava, pertencem a Sotavento. São de tamanho reduzido, dispersas e numa zona de elevada aridez meteorológica. As principais cidades são Praia (ilha de Santiago), onde fica situada a sede do Governo, e Mindelo (ilha de São Vicente).

A República de Cabo Verde organiza-se em Estado de Direito Democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais.

O clima é do tipo Saheliano, fortemente influenciado pelos ventos alísios do norte, apresentando um clima temperado e seco, excepto no verão que é quente e húmido. Os períodos de seca acabam por se sobreporem, o que leva a consequências graves na produção agrícola e um impacto negativo no desenvolvimento do país. Estes não permitem um desenvolvimento agrícola significativo, capaz de garantir a segurança alimentar, de garantir o sustento das populações que dela dependem - e que constituem a maioria dos habitantes das ilhas - e gerar empregos que absorvam a mão-de-obra agrícola disponível. É um factor que levanta problemas importantes, nomeadamente em termos de falta de água. Só 10% do seu território (4033 Km²) é arável, o que leva a uma grande densidade populacional nas zonas de terreno arável.

A taxa anual de crescimento demográfico e a de mortalidade são baixas, comparadas às taxas médias de outros países com rendimento médio. A esperança média de vida é de 68,6 anos para homens e 76,3 para mulheres. A população residente no país é estimada em 496.316 habitantes, sendo uma população jovem com média de idade de 23 anos. A falta de recursos naturais e as escassas chuvas no arquipélago determinaram a partida de muitos cabo-

verdianos para o estrangeiro. Actualmente a população cabo-verdiana emigrada é maior do que a que vive em Cabo Verde⁸⁹.

A população é muito jovem, cerca de 53% da população tem menos de 20 anos e as crianças (0 aos 17 anos) representam cerca de 48% da população residente.

Cabo Verde é um país praticamente desprovido de recursos naturais. Apenas a sua situação geográfica permite o aproveitamento do seu território como plataforma nas rotas aéreas e marítimas. Os recursos económicos de Cabo Verde dependem sobretudo da agricultura e da pesca. A agricultura sofre frequentemente os efeitos das secas. As culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata-doce e a mandioca.

O sector industrial encontra-se em pleno desenvolvimento e podemos destacar a fabricação de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extracção de sal, não descurando o artesanato. A banana, as conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confeções são os principais produtos exportados. A moeda corrente é o Escudo de Cabo Verde. As remessas da emigração, o auxílio externo e a gestão cuidada dos pagamentos ao exterior preservam a estabilidade da moeda cabo-verdiana.

Cabo Verde é um dos países africanos com menores recursos mas que tem gerido e aproveitado de forma sábia as suas escassas potencialidades e os fundos provenientes das elevadas remessas de emigrantes e da ajuda internacional para promover o desenvolvimento social e económico⁹⁰.

2 - Situação Económica

Cabo Verde é um pequeno Estado Africano que tem a particularidade própria dos pequenos Estados, o que não pode ser ignorado na análise da sua estrutura social e económica. Por ser um pequeno Estado, a sua economia é aberta e com forte dependência do comércio e da ajuda externa, assim como das remessas dos emigrantes que estão na diáspora. Tem algumas dificuldades em atrair investimentos externos e o sector público é o principal empregador num mercado de trabalho formal limitado. Sob o ponto de vista económico, pode dizer-se que o país é um pouco frágil. O clima, a pobreza dos solos, a escassez de recursos naturais e a colonização de longos séculos tiveram consequências na sua afirmação como estado.

⁸⁹ INE-CV (2006)

⁹⁰ Cardoso (2005).

Segundo Grassi, “a situação económica de Cabo Verde é caracterizada pela escassez de recursos naturais devido à sua situação geográfica e climática, que determina uma actividade agrícola muito precária”⁹¹.

O desenvolvimento de Cabo Verde tem sido marcado, nas últimas décadas, por avanços e recuos resultantes da vulnerabilidade económica do país, da sua pobreza em termos de recursos naturais, de uma fraca base produtiva e de uma forte dependência em relação aos fluxos financeiros externos, pois o peso da ajuda pública externa ao desenvolvimento e das remessas dos emigrantes torna-se fundamental para sustentar a economia.

De acordo com o documento ‘Programa de Cooperação’ (2002), uma das fragilidades da economia cabo-verdiana, que constitui ao mesmo tempo um indicador da grande vulnerabilidade do país, é o seu grau de dependência do fluxo financeiro externo volátil, designadamente a ajuda pública ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes. Em conjunto, estas duas fontes de recursos externos representavam em 2001 cerca de 29% no PIB. Na primeira metade da década de 90 o seu peso relativo situou-se entre 35% e 55% o que demonstra a sua grande importância para a manutenção dos equilíbrios nas esferas económica e social⁹².

O sector terciário, em termos de peso, é um dos principais sectores de actividades no PIB, considerado o mais importante e o principal impulsionador da economia. O comércio grossista e retalhista e a utilização dos portos e aeroportos internacionais constituem actividades de grande importância⁹³. Cada vez mais é do consenso geral que o futuro da economia cabo-verdiana se encontra no sector de serviços, sendo o desenvolvimento dos serviços internacionais a vertente privilegiada. Aqui entra a importância do turismo como imprescindível para o desenvolvimento do país. É uma actividade em crescente evolução devido às condições geográfica e climática que permitem o seu desenvolvimento e que atraem o investimento externo. De 10,4% em 2005, o turismo passou a representar 18% do PIB em 2006.

O sector secundário é o segundo sector mais importante na estrutura produtiva nacional e é dominado pelo subsector de construção, circunscrevendo basicamente as cidades da Praia e do Mindelo. Mas, segundo os dados do INE, a indústria transformadora, apesar do seu crescimento notável na última década, representa apenas 1% no PIB, o que leva a concluir que

⁹¹ Grassi (2002:108).

⁹² Programa de Cooperação (2002:28)

⁹³ Grassi, (2002)

as pescas, apesar da sua reconhecida potencialidade natural, continuam ainda sub-exploradas.⁹⁴

O sector primário é o que tem crescido menos. A agricultura contribui com 80,5% das riquezas geradas por este sector, representando cerca de 5% do PIB em 2006. Não é a actividade económica principal mas desempenha um papel muito importante no processo de desenvolvimento do país, uma vez que contribui para a criação de auto-emprego e de alternativas de desenvolvimento para muitas famílias, principalmente na ilha de Santo Antão e nas de Sotavento, e para a segurança alimentar dos cabo-verdianos.

A taxa de desemprego era também bastante elevada em 2006, situando-se na ordem dos 18% e, tendo em conta a realidade económica do país, esta percentagem é bastante animadora. Também é preciso levar em conta a dimensão que o sector informal assume.

Apesar de a população cabo-verdiana ser considerada como o principal recurso do país, existe ainda um número considerável de analfabetos, pois cerca de 22% da população em idade activa é analfabeta e tem um baixo nível de qualificação técnica e de formação profissional⁹⁵. O analfabetismo e o baixo nível de qualificação profissional são as duas principais causas do desemprego que atinge as famílias mais pobres do país.

3 – Situação Social

Em termos sociais, uma das principais características de Cabo Verde é a pobreza, que é de natureza fundamentalmente estrutural e que se encontra articulada com a fragilidade da base produtiva e com as próprias características económicas do país. A estrutura produtiva não consegue gerar empregos suficientes que possam absorver a mão-de-obra disponível que, na sua maioria, é pouca qualificada. A pobreza que afecta uma parcela significativa da população cabo-verdiana é determinada por um conjunto de factores que afectam o desenvolvimento humano e que vão para além do rendimento: acesso à educação, saúde, água, saneamento, habitação digna, igualdade de direitos e oportunidades.

Os estudos estatísticos realizados no país apontam o desemprego como a principal causa da pobreza do país, assim como a degradação do meio ambiente, provocada pela escassez da água e da erosão dos solos, que se reflecte na prática da agricultura de subsistência. Apesar de esta prática constituir o principal meio de sobrevivência da população é incapaz de alimentar a população que dela depende.

⁹⁴ Dados retirados do relatório da Câmara de Comercio de Cabo Verde, 2006

⁹⁵ *Ibid.*

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2007, Cabo Verde situa-se no 102º lugar no conjunto de 177 países, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0.736, posição designada por “país com nível de desenvolvimento médio”, um PIB *per capita* de 5.803 dando um índice de 0,678, e um Índice de Educação de 0.763 (dados de 2005). Em comparação, a República das Seicheles ocupa o 50º lugar, com um IDH de 0.843, um PIB *per capita* de 16.106 dando um índice de 0.848, e um Índice de Educação de 0.886. A Guiné-Bissau ocupa o 175º lugar, com um IDH de 0,347, um PIB *per capita* de 827 dando um índice de 0,353, e um Índice de Educação de 0,421.

3.1 - A Pobreza em Cabo Verde

A pobreza tem-se manifestado frequentemente na história de Cabo Verde. É uma questão que remota ao período colonial e que não está dissociada das condições ambientais, como o clima árido e as secas sucessivas, assinalada por fomes e atingindo grande parte da população pobre do país. É um problema de ordem estrutural, ligado aos factores intrínsecos ao país: escassez de recursos, pressão sobre o ambiente, elevada taxa de fecundidade, incapacidade de a estrutura produtiva gerar recursos para absorver a mão-de-obra produtiva, de produzir uma parcela maior na procura interna, pouco aproveitamento dos recursos humanos, etc.

3.1.1 – Caracterização Geral

Dada a escassez dos recursos financeiros, o seu frágil ecossistema, a sua débil estrutura produtiva, a sua atonicidade territorial e a escassez de recursos naturais, incluindo a água, o país tem dificuldades acrescidas de disponibilizar ao conjunto da população meios que permitam a saída da pobreza. Desta forma, a pobreza deve ser encarada numa perspectiva de longo prazo, mas com o reconhecimento a cada momento de que ser-se pobre num país como Cabo Verde é extremamente penoso e passa por não ter acesso à satisfação das necessidades fundamentais.⁹⁶

A partir da década de cinquenta e principalmente na década de sessenta, a mortalidade derivada das secas e fomes deixou de fazer parte da sociedade cabo-verdiana, na mediada em que os programas de emergência começaram a ser implementados pela administração em favor dos pobres, garantindo-lhes o mínimo de rendimento. Após a independência, a garantia de condições mínimas de rendimento à população passou a fazer parte da inquietação dos Governos.

⁹⁶ SENSO (2000)

O Governo de Cabo Verde, em conformidade com o compromisso da erradicação da pobreza assumido na Cimeira para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga em Março de 1995, definiu a luta contra a pobreza como sendo uma das prioridades da política de desenvolvimento do país. Cabo Verde passa a ser, assim como outros países, signatário da Declaração e do Programa Acção aprovados em Copenhaga. Neste âmbito, é tido como um dos principais objectivos, no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a redução da pobreza⁹⁷.

A pobreza de Cabo Verde também se justifica pelo facto de ser um país que possui uma forte dependência exterior, dados os fracos recursos naturais e recursos económicos, ou seja, vive de uma grande parte de remessas provenientes dos familiares residentes no exterior, nomeadamente em Portugal, Estados Unidos, Holanda e França, e da importação de mercadorias.

O tipo de crescimento realizado não tem sido gerador de emprego, sendo que o desemprego está na origem dos grandes problemas sociais, em geral, e da pobreza, em particular. O crescimento tem sido impulsionado do exterior e não por poupanças internas, e tanto a ajuda externa como as remessas dos emigrantes tendem a diminuir ano por ano.

Com base no limiar da pobreza, 172.727 indivíduos são considerados como pobres, isto é, têm uma despesa anual igual ou inferior a 43.250\$ escudos (cerca de €392,00) por ano. Representando 36,7% da população total, os pobres residem na sua maioria no meio rural (62%)⁹⁸.

Em Cabo Verde, a pobreza, segundo os dados estatísticos, atinge particularmente as mulheres, nomeadamente as chefes de família, com maior predominância no meio rural do que no meio urbano. As relações de género desequilibradas fazem com que as mulheres tenham menor participação na vida económica e social. As mulheres apresentam as mais elevadas taxas de analfabetismo, o que lhes dificulta o acesso ao mundo do trabalho. São as que apresentam o maior número de filhos, com baixo nível de escolaridade e sobrecarregadas com os trabalhos domésticos e com a educação das crianças, ficando estas sujeitas a situações de risco pessoal e social⁹⁹.

Em relação à educação, partindo do estudo do INE (2006), cerca de 11 das crianças entre os 6 aos 17 anos que estiveram a frequentar o ano lectivo de 2004/2005 já não o estavam no ano de

⁹⁷ INE-CV (2000)

⁹⁸ INE-CV (2002)

⁹⁹ INE-CV (2006)

2005/2006. As crianças entre os 12 e os 17 são as que mais desistem de estudar (20%), sendo isto mais frequente nas zonas rurais. A maior parte dos estudantes que abandonaram a escola fizeram-no por escassez de meios (32%), outros por falta de interesse (12%) e uma pequena parte, no caso das meninas, porque engravidaram. Mas a taxa de alfabetização tem crescido nos últimos anos: hoje 79% dos cabo-verdianos sabem ler e escrever, ou seja, apenas 21% podem ser considerados analfabetos.

A saúde e a nutrição infantil são os factores mais preocupantes que o QUIBB¹⁰⁰ de 2006 aponta: 8% das crianças com menos de 6 anos tinham insuficiência ponderal e 11% sofriam de má nutrição crónica, com atrasos no crescimento e, de acordo com este estudo, a situação é mais grave no meio rural, onde as crianças “malnutridas” chegam a atingir os 13%.

No que diz respeito ao acesso à água potável, o QUIBB revelou que, no geral, Cabo Verde já realizou o 7º Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento, isto porque, conforme o inquérito, 85% dos cabo-verdianos obtêm água para uso doméstico de “fonte convencionalmente potável”.

Outro factor de grande revelação neste estudo do INE é a diminuição da proporção de famílias que utilizam o gás na cozinha. Notou-se um recuo de 8% em relação ao ano de 2000, quando 66% das famílias cozinhavam com gás, sendo que em 2006 apenas 58% das famílias usam esta fonte de energia. Por sua vez, a lenha está a ganhar terreno, tendo aumentado de 33% em 2000 para 39% em 2006. Este facto é explicado com o aumento do preço do gás que se deu nesta altura. De uma forma geral, 70% da população tem luz eléctrica (89% no meio urbano e 47% no meio rural).

A pobreza em Cabo verde não está distribuída de forma igual no país, dada a descontinuidade do território e as diferentes características naturais, demográficas e urbanísticas, fazendo com que a pobreza também seja assimétrica. Verifica-se que Santo Antão é a ilha onde a incidência da pobreza é maior, com 54% da população a viver abaixo do limiar de pobreza. De realçar que 64% destes são considerados muito pobres, percentagem essa equivalente a 35% da população desta ilha. Contudo, os pobres de Santo Antão representam somente 16% do total dos pobres.

Importante também será analisar a clivagem entre o meio urbano e o meio rural. Praticamente metade (46,1%) da população rural pode ser considerada pobre. A pobreza no mundo rural é ainda maior do que no meio urbano. Porém, quando se considera a pobreza de maior

¹⁰⁰ Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar - QUIBB (2006)

gravidade, isto é, quando se atribui maior peso aos muito pobres, os indicadores equilibram-se. Uma maior solidariedade a nível do campo pode ser uma das explicações para este fenómeno. A conclusão é que a gravidade da pobreza nos meios urbanos atinge valores elevados (*ibid*).

Num estudo feito pela Secretaria de Estado para a Luta contra a Pobreza, tendo em vista a elaboração do Plano Nacional de Luta contra a Pobreza, foram identificados os “grupos vulneráveis”, que são as pessoas e famílias que vivem em situações de grande carência e/ou risco, muitas vezes agravadas pela doença, velhice ou invalidez. São pessoas que comprovadamente não podem, por si só, assegurar a sua subsistência e que vêm beneficiando dos programas de assistência, tanto públicos como privados, estes últimos a cargo de organizações não-governamentais. Trata-se, em grande parte, de pessoas que a literatura especializada classifica de indigentes:

- Crianças dos 6 meses aos 5 anos, oriundas de famílias muito pobres e com problemas de malnutrição moderada ou aguda;
- Crianças em idade pré-escolar, dos 4 aos 6 anos, frequentando estabelecimentos de ensino pré-escolar, oriundas de famílias pobres do meio rural e peri-urbano, e consideradas socialmente de alto risco e com alto grau de vulnerabilidade à malnutrição;
- Jovens, filhos de pais pobres, que frequentam centros de formação profissional que os habilitem a uma integração no mercado de trabalho e, logo, à obtenção de rendimentos e melhoria das condições de vida das respectivas famílias;
- Idosos, doentes crónicos, deficientes e inválidos, sem meios de subsistência, em risco de isolamento e marginalização;
- Famílias muito pobres, com um rendimento inferior a 50 escudos/pessoa/dia;

Os “vulneráveis” apresentam um perfil típico da pessoa pobre e, sobretudo, muito pobre, em Cabo Verde. Assim, o “vulnerável”:

- Não tem instrução, nem formação. Cerca de 80% dos chefes de família são analfabetos e apenas 14% têm o ensino primário; mais de 90% não têm qualquer formação profissional;
- É geralmente desempregado ou tem emprego precário. Perto de 50% não têm ocupação; 10,5% desenvolvem actividades ocasionais tipo “biscates”; 25% trabalham nas FAIMO, ou seja, para o Estado;
- É essencialmente do sexo feminino. Cerca de 83% das famílias “vulneráveis” têm uma mulher como chefe de família;
- Tem uma família numerosa. A família “vulnerável” média tem cerca de 6 elementos. O número de filhos é de 4 a 10;
- Vive em lugares dispersos e, muitas vezes, isolados. Os caminhos de acesso à água e às vias principais são difíceis;

- Habita em casas degradadas, pequenas e promíscuas, sem água e instalações sanitárias, em más condições de higiene;

3.1.2 O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP)

O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP) integra-se no Plano Nacional de Desenvolvimento, bem como nos planos de desenvolvimento regionais e municipais, e tem por finalidade permitir uma intervenção focalizada nas camadas mais pobres da população. A meta global do PNLN é a redução sustentada da pobreza em Cabo Verde. Foi elaborado em Outubro de 1999, depois de um levantamento das situações de pobreza com a ajuda da PNUD, e pretende ser um instrumento integrador dos contributos dos vários agentes nacionais e internacionais: governos, ONG, organizações da sociedade civil, agentes económicos privados e parceiros externos.

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, focalizado nas camadas mais pobres que representam cerca de 30% da população, pretende ser um instrumento catalisador e integrador, que virá dar um ímpeto novo aos esforços que vêm sendo feitos no sentido do combate à pobreza. Trata-se de construir sobre o existente, reforçando, melhorando e explorando novas vias para uma luta mais global e mais eficaz contra a pobreza.

O PNLN constitui ainda um instrumento de actuação descentralizada e participada. Fazer a luta onde estão os pobres e com os pobres é a via escolhida. A sua formulação parte de um vasto trabalho de terreno com a participação das autoridades locais, dos parceiros e das populações e comunidades pobres. Neste contexto, foram elaborados os Programas Municipais de Luta contra a Pobreza, que inspiraram a formulação do PNLN. Esses programas, para além de procederem à integração da dimensão da pobreza nos objectivos de desenvolvimento regional, municipal e local, constituem um instrumento de actuação descentralizada e de reforço do processo de descentralização em curso no país.

O objectivo geral do PNLN é promover a redução durável da pobreza no país. Mais especificamente, são objectivos do PNLN:

- Promover a integração dos grupos e comunidades pobres no processo de desenvolvimento nacional;
- Melhorar os indicadores sociais dos pobres;
- Reforçar a capacidade institucional nacional aos níveis central, municipal e local, para formular, coordenar e implementar políticas e actividades de luta contra a pobreza;
- Estabelecer coerência e criar sinergias entre as intervenções governamentais e não governamentais, direccionadas para a redução da pobreza;
- Facilitar a coordenação entre as instituições governamentais e não governamentais e

demais parceiros intervenientes;

- Promover a mobilização e a coordenação dos recursos internos e externos para o combate à pobreza;
- Seguir a evolução do fenómeno da pobreza no país e habilitar os decisores de elementos que permitam a tomada de medidas adequadas e atempadas.

Os grupos-alvo prioritários encontram-se nos 30% da população que vive abaixo do limiar da pobreza, como as mulheres chefes de família, os jovens desempregados, os grupos em situação de vulnerabilidade e os trabalhadores das FAIMO.

Vendo a pobreza como um fenómeno complexo e pluridisciplinar, o PNLP tem como princípios orientadores: **combater a pobreza de forma durável e sustentada**, que passa por combater a pobreza de forma holística, desenvolver uma visão assistencialista do desenvolvimento, quebrar a ideia do Estado paternal e combater a pobreza cultural; **combater a pobreza no quadro descentralizado**, actividades ligadas essencialmente a nível das comunidades pobres, e **promover a participação e coordenação de esforços**, numa base de diálogo e parceria.

De uma forma resumida, podemos apontar as seguintes estratégias e medidas políticas:

- a) Melhorar a capacidade produtiva dos pobres, facilitando o seu acesso aos meios de produção e a outros recursos, nomeadamente através do micro-crédito; promover a formação para o emprego e auto-emprego através da qualificação; aumentar a produtividade dos pobres no meio rural, através da introdução de técnicas agrícolas mais produtivas e sustentáveis;
- b) Reconversão das FAIMO na óptica do combate à pobreza, direccionando os trabalhadores das frentes para a criação de pequenas unidades produtivas prestadoras de serviços ao Estado, orientadas para uma nova economia rural e local e numa perspectiva de integração na economia pelo emprego e auto-emprego, procurando, assim, a extinção das frentes de trabalho enquanto sistema assistencialista;
- c) Melhorar as infra-estruturas económicas e sociais das comunidades pobres, através da melhoria do fornecimento de serviços para os pobres; criação de uma capacidade local; criação de empregos em resultado da execução dos trabalhos;
- d) Corrigir desequilíbrios na prestação de serviços sociais básicos, facilitando o acesso dos pobres à Educação, incluindo dos adultos; reforço do programa de cantinas escolares para crianças pobres; criação de escolas, incluindo jardins-de-infância, nas comunidades pobres; promoção do acesso à saúde e à nutrição, de forma a melhorar os indicadores de saúde, reforçando programas de vacinação, de planeamento familiar, de informação e melhorando o estado nutricional das crianças pobres e o acesso a medicamentos essenciais; promover o acesso às infra-estruturas de água, saneamento e habitação, nomeadamente habitação social;
- e) Desenvolver a solidariedade e protecção social;
- f) Combater a pobreza no seio das mulheres, particularmente entre as mulheres chefes de família, através da promoção da sua integração nos circuitos económicos, pela

- alfabetização e formação profissional e pelo esforço da educação para a saúde, particularmente para a saúde reprodutiva;
- g) Mobilizar a participação da sociedade para a luta contra a pobreza, através do envolvimento do Governo, autarquias, ONG e demais parceiros para o desenvolvimento;
 - h) Reforçar a capacidade institucional para planificar, coordenar e implementar actividades de luta contra a pobreza;
 - i) Desenvolver um ambiente macroeconómico sustentado e sensível ao programa da pobreza;

As medidas propostas pelo programa podem ser integradas em três vertentes fundamentais: infra-estruturas sociais, infra-estruturas económicas e capacidade empresarial e institucional direccionada para a criação de emprego, rendimento, inclusão social e formação/informação.

São vários os instrumentos de implementação, entre os quais o **Fundo de Apoio às Iniciativas Locais**, que tem por ambição o desenvolvimento participativo através da promoção deste fundo, a fim de financiar iniciativas locais provenientes das comunidades mais pobres. Tem por objectivo: melhorar os indicadores sociais das camadas pobres através do aumento do acesso aos serviços essenciais; criar e reforçar capacidades, a nível local, para uma maior participação das populações no processo de desenvolvimento e apropriação das actividades desenvolvidas, através do desenvolvimento de metodologias participativas, da formação e da informação; melhorar, de forma indirecta, os rendimentos dos grupos pobres das comunidades beneficiadas, através da formação e dos postos de trabalho resultantes da execução das actividades.

O envolvimento da comunidade é crucial para garantir a apropriação e, logo, a sustentabilidade das actividades. Esse envolvimento não deve restringir-se à escolha da actividade, mas sim abranger igualmente o desenvolvimento das capacidades da comunidade, a identificação, a elaboração, a execução, o funcionamento, a manutenção e a avaliação.

O governo propôs implementar um Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Pobreza em Cabo Verde (SAAP) tendo como pivot o Observatório da Pobreza (OP), na dependência da Secretaria de Estado para a Luta contra a Pobreza. Pretende-se com o SAAP criar condições propícias ao acompanhamento sistemático da pobreza no país a nível nacional, regional (concelho) e local (bolsas de pobreza), avaliar o impacto das acções de combate à pobreza junto das comunidades, detectar situações que exijam respostas prioritárias, acompanhar a sua evolução e conceber, construir e gerir um banco de dados sobre a pobreza em Cabo Verde.

VI – O CASO DE LAJEDOS

Este capítulo é dedicado ao estudo do caso de Lajedos - Projecto de Desenvolvimento Comunitário. Começa, num primeiro ponto por fazer uma greve caracterização e história do Atelier Mar, mostrando o percurso que tem feito, os seus objectivos e o porquê da escolha da comunidade de Lajedos. Num segundo ponto, fazer-se-á a descrição do projecto, começando por enquadrá-lo no seu contexto geográfico social, mostrando os objectivos, as parcerias, os participantes, as actividades, os problemas e as dificuldades.

Esta informação foi recolhida no Atelier Mar, através de documentos escritos facultados pela ONG e através de entrevistas feitas a alguns colaboradores. E, foram posteriormente confrontadas no terreno (ver fotografias em anexo).

1 – Caracterização e História do Atelier Mar

O Atelier Mar foi fundado pelo Cabo-verdiano, artista plástico, fotógrafo, cineasta e escritor Leão Lopes em 1979 na ilha de São Vicente. Começou com um perfil jurídico de cooperativa, que ainda se mantêm, e com o objectivo de valorizar a vida cultural e artística do país. Mas muito rapidamente foram desenvolvendo outros campos na sua actuação, voltando para o exterior, fora da ideia inicial.

A actividade principal do Atelier Mar passou a ser a formação, que está dentro do seu perfil jurídico, acabando por sobrepor à cooperativa. O percurso do Atelier Mar foi ditado mais por uma experimentação sistemático, não foi desenhado à partida para ser uma ONG. As próprias circunstâncias e a forma como foi criado, em termos de estrutura física (dentro da casa do seu fundador) acabaram por ditar o seu rumo. No seu início, tinha como principal objectivo a revalorização da cerâmica e a formação profissional, actividades que tinham o objectivo de estimular a auto-realização de jovens e a promoção da cultura cabo-verdiana através de diversas iniciativas de animação cultural.

As formações que o Atelier Mar administrava na altura eram actividades tecnológicas ligadas a arte, dentro do perfil e da formação de base do seu fundador. Eram novas e pouco conhecidas no país, como por exemplo, as cerâmicas contemporâneas, gráficas, actividades tecnológicas ligadas a arte, etc.

O Atelier Mar foi reconhecido como Organização Não Governamental (ONG) em 1987 e desde desta altura, tem vindo a actuar em programas de animação e desenvolvimento local, continuando a alargar a formação noutras tecnologias como a serigrafia, carpintaria,

audiovisuais, design gráfico e de equipamento, design de habitação e fabricação de materiais de construção com tecnologias adaptadas¹⁰¹.

A ideia de partilhar as suas experiências com a comunidade de Lajedos surgiu, devido a uma estadia do seu fundador em Lajedos. Nesta altura não tinham nenhuma experiência na área e nenhuma intenção de o fazer. Foram impelidos, de certa maneira, por um momento histórico, cultural e social do país e, principalmente da região. Pode-se considerar que foi um envolvimento de forma emotiva e afectiva por parte do fundador do Atelier Mar, mais do que outro motivo qualquer. Era a sua vontade pessoal de participar, de colaborar, de por a disposição ou partilhar a sua experiência e a ideia que tinha acerca do desenvolvimento de Cabo Verde, que na sua opinião também passava pelos sectores da arte que dominava. Perante este percurso, muito rapidamente o Atelier Mar passou a ser reconhecido como ONG e uma vez envolvido no projecto, a única opção que restava aos seus mentores, era continuar.

O seu fundador, em vários momentos na história do Atelier Mar, deu por extinto a sua missão, querendo sair e achando que com isso o Atelier Mar dissolveria, mas chegou um momento em que isso já não era possível, ele tinha deixado de ser o Atelier Mar. A ONG já tinha criado uma dinâmica própria, com outras pessoas, com outras vontades, com outros empenhos, engajados moralmente, socialmente e que já não conseguem influenciar direcções dentro do Atelier Mar. Poderão sim, influenciar a introdução de novas ideias, novas experiências mas não o trabalho quotidiano do Atelier Mar e o seu engajamento com o outro. A partir do momento que se criam relações tão complexas como estas, a vontade individual ou a vontade das pessoas deixa de existir. Por outro lado, o Atelier Mar começou a ter um reconhecimento fora do país, pelas Nações Unidas logo no início da sua actividade e, pela União Europeia que hoje é o seu maior co-financiador. Outros projectos independentes dos de carácter social, também, ocuparam um espaço de compromisso até político em Cabo Verde, ligados a arte e a cultura, que lhes levou a criar uma Escola Superior de Arte. Tudo isso ficou de tal forma interligado numa dinâmica própria, que o Atelier Mar foi adquirindo uma estrutura e uma importância nunca imaginado.

O Atelier Mar tem desenvolvido programas de formação e pesquisas para promoção no desenvolvimento das artes e ofícios em Cabo Verde. Mantém um núcleo de actividade no Mindelo, e dois em Santo Antão, um em Lajedos e outro na cidade do Porto Novo.

¹⁰¹ Fonte: jornal “novo Viver na Terra” – jornal de pensar alternativas de desenvolvimento endógeno de comunidades isoladas, rurais e litorais. nº 1, Setembro de 2004. Atelier Mar. Cabo Verde

Dos programas de formação ao longo dos 28 anos de actividade, destacam-se entre outros os de cerâmica, artes gráficas, audiovisuais, madeira e pedra, áreas em que desenvolve uma pequena produção nas suas oficinas em São Vicente. Assegura funcionamento de um centro de animação cultural e tecnologia em programas no sector de Educação (Escola Comunitária), produção de materiais de construção civil com base nos recursos geológicos locais, transformação de alimentos e outras actividades ligadas a cidadania.

Actuando a nível nacional, quando se refere à formação profissional, nos projectos de desenvolvimento local tem privilegiado as ilhas de São Vicente e de Santo Antão. A primeira, pela facto de ser a ilha onde está sedeadada, logo por razões económicos e de logística, a segunda, pela vizinhança com São Vicente e, pela afinidade entre as duas ilhas. O facto do seu fundador ser de Santo Antão também influenciou bastante, como já foi visto.

No seu centro de formação na ilha de São Vicente tem formado, ao longo de 28 anos de actividade, dezenas de artesãos oriundos de várias ilhas do país, nas mais variadas tecnologias.

Na ilha de Santo Antão, as suas intervenções têm desenvolvido o artesanato e outras áreas de produção alternativas, criando actividades para valorizar as potencialidades locais numa perspectiva de economia solidária, que responda com benefícios sociais e culturais aos problemas da pobreza, da exclusão e marginalização que afectam uma significativa parte da população.

Atento aos problemas ambientais e aos fracos recursos hídricos do arquipélago, também promove o sector da agricultura e, na mesma localidade a introdução de novas tecnologias de irrigação, programas de educação ambiental e iniciativas de resgate e reabilitação de terrenos áridos ou abandonados, para as reintegrar no sistema produtivo da região. Actualmente está a trabalhar em dois projectos ligados ao turismo solidário e museologia comunitária.

Uma preocupação constante do Atelier Mar é a sua contribuição na educação, sector onde tem fomentado acções na área da educação básica, concebendo programas para o ensino secundário e formação profissional. Neste momento já tem em funcionamento uma Escola Superior de Arte na ilha de São Vicente.

Nos seus projectos de desenvolvimento e de formação, o Atelier Mar tem tido sempre a preocupação de ser auto financiado, uma vez que, vão desenvolvendo actividades e prestando serviços de cerâmica e consultoria para não ficarem dependentes exclusivamente de financiamentos externos. Também, procuram que a maior parte das pessoas que trabalham

com o Atelier Mar tenham outras profissões. Existe também uma rede de amigos do Atelier Mar, que se junta numa espécie de voluntariado.

Como parceiros do Atelier Mar podemos apontar: Solidarité Socialiste, Instituto Vale Flor (União Europeia), Governo das Canárias directamente e através da Fundascan, Ministério do Trabalho e Segurança Social Português, Agência Espanhola de Cooperação Internacional, Canadá (logo no início, nos anos 80), PNUD, FNUAP. Em Cabo Verde as parcerias têm sido feitas com o Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família.

Actualmente, o Atelier Mar conta com 20 colaboradores: na administração e acompanhamento pedagógico há 2 técnicos superiores, 1 auxiliar serviço administrativo e 2 designers; no artesanato (funciona com autonomia própria) conta com 2 pessoas na oficina da pedra, 3 pessoas na oficina da cerâmica e 1 na oficina da madeira; no projecto de Desenvolvimento “Porto Novo Rural” em Santo Antão conta com 2 engenheiros agrónomos, 3 animadores e 1 secretaria de escritório; no “Projecto Desenvolvimento Comunitário de Lajedos”, 1 coordenador local e 1 voluntária das Nações Unidas; em Salamansa também há uma voluntária (Nações Unidas) a apoiar o projecto de desenvolvimento da comunidade piscatória.

A actuação do Atelier Mar, define-se em grandes linhas de força que envolvem os seguintes objectivos: valorizar os recursos humanos e materiais endógenos, criar alternativas e oportunidades de emprego, actuar a favor do meio ambiente, promover a melhoria das condições de vida dos pobres, promover a participação igualitária e plena de homens e mulheres com vista a sua auto-promoção, divulgar e valorizar a cultura cabo-verdiana.

Nos projectos de desenvolvimento comunitários desenvolvidos, a metodologia de intervenção permite uma abordagem participativa dos grupos beneficiários, desde a concepção dos projectos à sua execução e gestão. Os grupos abrangidos são habitualmente de classes sociais mais pobres, sobretudo jovens e mulheres. Para além dos projectos que realiza com iniciativa própria, também estabelece parcerias com outras organizações nacionais e internacionais como: municípios e serviços descentralizados e outras ONG que actuam com os mesmos objectivos.

2 - Descrição do Projecto “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos”

Pretende-se neste ponto, fazer uma descrição do projecto de “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos”, iniciando com um pequeno historial acerca do surgimento do projecto, os seus objectivos e a população alvo, as actividades desenvolvidas, as parcerias, as estratégias de actuação e a avaliação do ponto de vista de um projecto de desenvolvimento Local que visa o Empowerment.

2.1 – Contexto económico/social e origem do projecto

O projecto teve o seu início em 1989, numa pequena comunidade do concelho do Porto Novo – Lajedos. Porto Novo, é um concelho da ilha de Santo Antão onde está a vila principal. Santo Antão e o Porto Novo são a ilha do país e o concelho da ilha mais atingidas pela pobreza sejam quais forem os indicadores considerados: extensão da pobreza, incidência dos muito pobres, gravidade e profundidade da pobreza, gravidade da pobreza com especial atenção para os muito pobres.

Metade da população da ilha, pode ser considerada pobre e, quase um terço muito pobre, embora a pobreza seja geral, podemos observar que no espaço rural, predominante na ilha, a pobreza é ainda mais extensiva. Entre os concelhos, se pode igualmente observar diferenças, sendo marcante uma maior pobreza no concelho do Porto Novo. Cerca de 18% dos pobres e de 21,6% dos muito pobres do país, vivem em Santo Antão e em situação pior do que na maioria das ilhas¹⁰². O acesso social é deficiente, sobretudo a nível da habitação, do abastecimento em água potável e saneamento básico. A situação nutricional das populações inspira cuidados. O nível de instrução é relativamente baixo, cerca de 97,1% da população possui o nível primário de estudos (4 anos) ou menos, o analfabetismo atinge alguma expressão na camada adulta, a qualificação profissional é muito baixa.

O desemprego e o sub-emprego são significativos, segundo dados do Plano de Desenvolvimento de Santo Antão, a taxa de desemprego atingia em 1990 os 39,4%, sendo 34,3 % para a população masculina e 50,5% para a feminina. Actualmente, estima-se que a taxa de desemprego, atinja cerca de 60% nas bolsas de pobreza, entrando-se em linha de conta todos os que precisam de emprego, incluindo as “donas de casa” (Programa Municipal de Luta Contra a Pobreza - Porto Novo, 2000).

¹⁰² INE-CV (2000)

Lajedos é uma comunidade rural, situada a 17 Km da cidade do Porto Novo e conta com uma população aproximadamente de 900 habitantes, que se dedica essencialmente à agricultura de subsistência e aos trabalhos de construção de estradas, diques e outras obras de emprego público. As famílias são numerosas, com 7 a 11 elementos, com jovens sem emprego e mulheres chefiando cerca de 47%. A situação das famílias agrava-se ainda mais devido aos problemas sociais presentes, que condicionam o desenvolvimento local, tais como: gravidez precoce, o abandono escolar, o alcoolismo e o desemprego, caracterizavam o contexto no momento em que surgiu o projecto de desenvolvimento comunitário, há 18 anos¹⁰³.

A população enfrenta ainda vários problemas de ordem social, cultural e económica, resultantes do desemprego, da escassez das chuvas e também do fraco nível de organização, pois, não há na localidade autoridades administrativas e aqueles que eram considerados autoridades morais ao falecerem não surgiram substitutos.

A comunidade de Lajedos está situada na zona que protagoniza o romance “Os Flagelados do Vento Leste” do escritor Cabo-verdiano Manuel Lopes, que retrata a aridez, a escassez de água e suas consequências na pobre agricultura local. A década de 40 foi caracterizada por uma época de fome na localidade e no concelho. São momentos que ainda estão bastante presentes na memória colectiva.

A escolha por Lajedos, deve-se ao facto da situação de fragilidade em que vivia a população e, como já vimos anteriormente, também por razões de afinidade pessoal por parte do fundador e actual Presidente do Atelier Mar.

Foi realizado um estudo sócio económico, no sentido de conhecer melhor a comunidade e saber por onde começar. O Atelier Mar deparou-se com um panorama dramático, as actividades artesanais e outras complementares à agricultura estavam em extinção e as terras de cultivo estavam sendo progressivamente abandonadas devido à falta de chuva. Verificava-se uma degradação ambiental muito grande devido principalmente a falta água.

Em relação ao ensino, o estudo revelou que a saída do ensino básico (1º ciclo de 6 anos de escolaridade), muitas crianças ficaram sem possibilidade de continuar os estudos, uma vez que teriam que estudar fora da comunidade (Ribeira das Patas que dista 8Km de Lajedos) os 2 últimos anos do 1º ciclo e, por esta razão, acabavam por abandonar escola.

¹⁰³ “novo Viver na Terra (Setembro 2004)

Na localidade, não existia uma unidade sanitária de base, levando os habitantes a recorrerem frequentemente ao Porto Novo. Em relação a saúde reprodutiva e a protecção materno infantil, uma equipa técnica da Delegacia de Saúde deslocava periodicamente a Lajedos.

Foram alteradas a forma de utilização dos recursos naturais como matérias-primas para construção (pedra, colmo, pozolana) e o uso de água para irrigação dos campos agrícolas. A tradição que valorizava o uso racional e mais adaptado ao clima, as características naturais do meio, foram substituídos por outros que provocam a degradação ambiental.

O tecido social local encontrava-se bastante frágil, “caracterizada por uma população que aceita a pobreza como uma fatalidade inalterável, instigada pela fraca actividade agrícola, pela falta de alternativas geradoras de riqueza, associada ainda, as fracas perspectivas de um futuro melhor. Era uma população acomodada a um padrão de vida assente em rendimentos diminutos e, no desgaste constante do ambiente circundante¹⁰⁴, que estava habituado a sentar-se junto da estrada a ver os carros passarem, sem muito ou mesmo nada para fazer.

A agricultura de subsistência praticada em Lajedos era deficiente, mal dava para o sustento das famílias, normalmente as terras cultiváveis eram destinadas a cana do açúcar, para elaboração do grogue e do melaço. Também produziam alguns produtos hortícolas que abasteciam o mercado de São Vicente.

As habitações eram feitas de forma tradicional, com pedra e colmo, mas que vem sendo progressivamente substituídas pelo betão armado, o que diminui enormemente as condições de habitabilidade e adaptação ao clima. As casas tinham duas divisões, sem instalações sanitárias, água canalizada, luz e telefone. Só nos finais do ano 1999 tiveram acesso a energia eléctrica e um ano depois ao telefone, mas nem todos tiveram condições de aderir a estes recursos. Existe um chafariz local, cabendo as mulheres e as crianças a tarefa de carregar a água para o uso doméstico.

2.2 – Objectivos do projecto

O “Projecto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos” foi construindo os seus objectivos ao longo do tempo. Mas face a realidade social encontrada em Lajedos, o Atelier Mar projectou com principal objectivo tentar responder as necessidades básicas identificadas e gradualmente, foram alargando para atender a outras identificadas posteriormente, como por

¹⁰⁴ Maria Estrela - Working paper sobre o “O envolvimento da população na redução da exclusão e na extensão da protecção social – Desenvolvimento Comunitário de Lajedos.

exemplo, as relacionadas com o ambiente. Para traçar os objectivos, o Atelier Mar teve em conta 4 questões que marcam fortemente o perfil socio-económico de Lajedos:

- a) A luta constante pela sobrevivência, embora já se tinha afastado o espectro da fome;
- b) A dureza do ambiente, com fracos recursos naturais cada vez mais desgastados e o clima saheliano que não deixa margem para grandes expectativas;
- c) A inexistência de terras comunitárias, os terrenos são de privados, da igreja católica e uma pequena parcela é do Estado. As actuais formas de exploração das terras são individuais e não deixam espaço a exploração comunitária das mesmas;
- d) As famílias numerosas, de 7 a 11 elementos, os jovens sem emprego, as mulheres chefiando cerca de 47% das famílias e ainda os problemas sociais presentes que condicionam o desenvolvimento local, tais como a gravidez precoce, o abandono escolar, o alcoolismo e o desemprego;

Os objectivos também passavam por satisfazer as necessidades identificadas pela população como:

- Melhorar da imagem social da comunidade e auto-estima da população;
- Melhorar as condições de vida das populações;
- Revalorizar as actividades artesanais tradicionais;
- Formar jovem para o auto-emprego;
- Promover a participação igualitária de homens e mulheres no projecto de desenvolvimento;
- Criar actividades geradoras de rendimentos;

De um modo geral, o projecto pretende dar instrumentos às pessoas para ganharem a sua vida, tentando resolver os problemas sociais e económicos, sem por de lado a cultura da comunidade. Dar autonomia as pessoas, para realizarem o seu próprio futuro e também agir do ponto de vista da cultura e do ambiente.

2.3 – Participantes

O projecto desde do seu início foi dirigido a população em geral de Lajedos, uma vez que o nível de pobreza e os problemas comunitários tocam a todos, com actividades específicas para certos grupos alvos: jovens sem emprego e já fora do sistema de ensino formal, mulheres chefes de famílias e crianças em idade escolar. Em termos gerais, os potenciais beneficiários eram cerca de 60 crianças por ano lectivo, e o grupo inicial constituído por 30 mulheres entre os 18 e 38 anos, 20 homens aproximadamente, dos 16 aos 40 anos.

O nível de escolaridade da população com menos de 30 anos é elevada, sendo cerca de 60% alfabetizada, para a população com mais de 30 anos, os índices do analfabetismo rodam os

60% ou mais e muitas vezes, o que acontece é que, embora muitas tenham sido escolarizadas, por falta de uso dessas competências, retornaram ao analfabetismo, sobretudo na faixa etária superior a 45 anos.

As mulheres mais afectadas pelo analfabetismo são as com mais de 30 anos. No que respeita ao acesso ao ensino básico para além dos aspectos acima referidos, pode-se acrescentar que, relativamente a educação das crianças em idade escolar (6 a 14 anos), 90% destas frequentam o ensino básico e, com uma percentagem mais baixa o ensino secundário, pois não existem liceus na zona. Para frequentarem o liceu, as crianças têm que deslocar até a cidade do Porto Novo. Só as famílias com melhores condições económicas conseguem garantir aos seus filhos a continuidade dos estudos. As meninas, eram as mais prejudicadas, uma vez que, os pais não queriam que fossem para tão longe.

O acesso a saúde também é deficiente, uma vez que, o atendimento é feito no hospital da cidade do Porto Novo, com elevada procura para a medicina tradicional e consultas a curandeiros. Há falta de informação e orientação juvenil, principalmente em relação aos métodos contraceptivos. Também devido a produção local do grogue, faz com que haja vários casos de alcoolismo entre os jovens e mesmo entre as mulheres.

A população de Lajedos vive em casas próprias ou pertencentes a familiares, encontrando-se muitas vezes duas ou três gerações repartindo a mesma habitação. Os casos de renda, são praticamente inexistentes, o que pode ser indicador da solidariedade existente entre os mais pobres. As casas são normalmente de betão armado com uma média de duas divisões para toda a família. As habitações sociais são construídas com o apoio do município e com a mão-de-obra dos beneficiários, que muitas vezes ficam por acabar e com precárias condições de habitabilidade. Estas casas não tinham qualquer tipo de instalação sanitária, sobretudo as construídas depois de 1995, as construídas na década de 80 beneficiaram de um projecto da UNICEF, possuindo latrina seca.

A população vivia principalmente da agricultura, não existindo outra alternativa de ocupação excepto as FAIMO (Frente de Alta Intensidade de Mão de Obra), que não era emprego frequente e com salários muito baixos (2 a 3 USD/dia), era uma forma de reduzir os efeitos da seca na sobrevivência das famílias. Ainda dentro do sector agrícola, encontra-se algum emprego sazonal para a comunidade, que é o caso da prestação de serviços aos donos das terras, um trabalho também mal pago principalmente para as mulheres.

Outra forma de rendimento é as remessas de divisas que os parentes emigrados enviam para a família apoiando-os na sua sobrevivência.

Foi identificado um líder comunitário, reconhecido como autoridade moral, que detinha a memória da comunidade e suas tradições. O seu papel foi muito importante na mobilização inicial da população. Entretanto faleceu em 1998, e não apareceu nenhum substituto.

2.4 - Etapas e Actividades Desenvolvidas

Depois de realizado o estudo para conhecimento de Lajedos, houve uma necessidade urgente de iniciar o projecto. Dando inicio as acções de animação e sensibilização para o envolvimento da população.

A primeira estratégia adoptada foi o de garantir o envolvimento do líder comunitário, que tinha consciência dos problemas vividos em Lajedos, a Igreja Católica e dos proprietários das terras, bem como dos serviços descentralizados do Estado e da Câmara Municipal. Era importante a sensibilização desses diferentes actores com algum peso na comunidade, para as intervenções e assegurar, o seu apoio no trabalho de envolvimento da população em geral.

Começou-se, por fazer um levantamento junto com a população das suas aspirações reveladas nos resultados do estudo feito e tentar incluí-las no projecto. Para o Atelier Mar, esta era uma forma de ser bem aceita na comunidade.

2.4.1 - Abertura do Projecto

No sentido de apresentar a ONG à comunidade e também de motivar as pessoas a participarem no projecto de “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos” o Atelier Mar entendeu começar por acções que a comunidade local via como fundamentais e prioritárias. Fase denominada por “Abertura do Projecto”.

Para além das acções, que serão aqui apresentadas com algum pormenor, também nesta fase decorrem várias acções importantes para o Atelier Mar traçar a sua linha de acção:

- Identificação dos grupos excluídos (jovens sem emprego e já fora do sistema de ensino formal, mulheres chefes de família e crianças em idade escolar);
- Definição de tipos de exclusão (desemprego, tradições em declínio, educação das crianças);
- Definição de objectivos e estratégias para as alcançar;
- Busca de parcerias com a Câmara Municipal e com outras entidades;

2.4.1.1 - Criação do Cemitério Local

Como ponto de partida, o Atelier Mar mobilizou a população para a criação de um cemitério local, uma vez que, este era um dos principais problemas da comunidade: um lugar onde enterrar os seus mortos. Ou os enterravam na Ribeira das Patas (8 KM) ou na cidade do Porto Novo (17 KM), coisa que desgostava os membros da comunidade. Para eles, era uma ofensa aos antepassados enterrá-los longe e não na terra onde nasceram e viveram. A população participou com a disponibilização de mão-de-obra e foi mais fácil a partir daí envolvê-los em outras acções. A terra foi cedida por um emigrante que não fazendo uso dela, resolveu doá-la à comunidade. Foi estabelecida assim, uma relação de parceria entre o Atelier Mar e a população local, uma vez que o cemitério era uma prioridade, gerando desta forma por parte da comunidade uma atitude de confiança e uma primeira parceria com a Câmara do Porto Novo.

2.4.1.2 - Criação do Jardim-de-infância

O jardim-de-infância foi outra infra-estrutura que fazia alguma falta na comunidade de Lajedos, indicada pela população como infra-estrutura primária. O Atelier Mar contou com a parceria da Câmara Municipal do Porto Novo com o apoio técnico e Logístico da ONG dinamarquesa Borne Fönden que ofereceu equipamentos, material didáctico, formação da monitora e pagamento do seu salário. Para este efeito foi criada uma comissão representativa e com a constante concertação do líder comunitário. Este jardim recebe todos os anos crianças com idade pré-escolar, deixando as mães mais libertas para outras coisas.

2.4.1.3 - Formações diversas

Com base nos resultados do estudo inicial feito pelo Atelier Mar, foram verificadas algumas necessidades de formação, desde a agricultura e pecuária, ao fabrico do queijo, cestaria, tingidura de tecidos e tecelagem. As formações abarcaram todas estas áreas: tecelagem, cestaria, costura, cerâmica, horticultura, micro irrigação, produção de queijo de cabra e noções de gestão de pequeno negócio.

2.4.1.4 - Instalação de unidade de energia foto voltaica

Por não existir energia eléctrica na comunidade quando o Atelier Mar chegou, a ONG procurou estabelecer parcerias para a instalação de uma unidade de energia foto voltaica, como forma de reforçar as actividades. Em 1995, através do Programa de Micro Realizações da União Europeia, o Atelier Mar recebeu um subsídio para aquisição e instalação de painéis

solares. Ficou assim garantida a energia para funcionamento das instalações do projecto e das oficinas de formação e produção.

2.4.2 - Componentes do Projecto

A seguir a esta fase “abertura do projecto” veio a de “animação cultural” que consistiu na mobilização e identificação de necessidades, procedendo à acção propriamente dita. Foi uma fase muito viva, onde o AM teve a oportunidade de conhecer melhor a população de Lajedos e vice-versa, durante a qual foi criada a comissão representante da população. Foram feitas entrevistas, conversas informais, animação musical com grupos locais, etc. A partir desse momento estavam prontos para avançarem com o projecto propriamente dito.

2.4.2.1 - Escola Comunitária

A escola comunitária é considerada o primeiro componente do projecto DCL propriamente dito. Tudo o que foi feito previamente foi no sentido de ganhar terreno dentro da comunidade e conseguir o envolvimento da população.

Esta escola foi criada com o financiamento da PNUD e da União Europeia através do Programa de Micro Realizações. A concepção foi feita pelo Atelier Mar e entrou em funcionamento em 1994, procurando ser uma experiência piloto na área de pedagogia activa e da educação no meio rural.

Toda a sua construção foi executada com materiais alternativos, uma vez que está integrada no ambiente e no complexo de oficinas do projecto, e uma arquitectura polivalente evolutiva.

O objectivo principal desta construção é o de tentar articular a escola com a comunidade, para que as crianças cresçam sabendo valorizar e proteger o seu meio, descobrindo as potencialidades locais e podendo vir a ter actividades profissionais integradas na sua comunidade, com a participação igualitária de homens e mulheres. Foram aplicados métodos pedagógicos que facilitam a interacção e a libertação da criatividade, bem como a valorização do trabalho conjunto no sentido de valorizar a cultura. É uma experiência de educação global inserida no sistema educativo nacional, inclui o ensino de 5^a e 6^a classe e tem capacidade para 60 crianças, em cada ano lectivo.

Também integrada dentro do projecto “Escola Comunitária” existe uma horta escolar já edificada e foi feita a construção de uma cantina. Esta componente advém da necessidade de dotar a comunidade de uma cantina devidamente equipada, a fim de providenciar aos alunos de Lajedos uma educação nutricional mais conveniente e melhorar as condições para a sua refeição escolar.

A Educação Ambiental é outra componente integrante do projecto “Escola Comunitária” que tem aproveitado todas as acções de formação para educar as crianças, e a comunidade em geral, a respeito da importância do ambiente e da sua preservação. Em 2001 foi feita uma parceria com a Fundescan no sentido de serem reforçadas as actividades e recuperar mais uma parcela de terreno para a agricultura biológica.

2.4.2.2 - Unidade dedicada à agro-pecuária

Conhecida por “Granja de São Miguel”, foi criada em terrenos recuperados e inclui um pequeno aviário. Tem um responsável que é economicamente auto – suficiente, tendo-lhe sido ministrada formação sobre terrenos, animais e culturas. Dispõe também de um grupo de trabalhadores que garantem o seu salário a partir daquilo que produzem. Foi feita uma tentativa de criação de cabras que não teve sucesso por se ter mostrado economicamente inviável.

2.4.2.3 - Unidade de produção de elementos de Construção Civil

O objectivo desta oficina é o de produzir materiais de construção mais adaptados ao clima, recuperando técnicas artesanais tradicionais, valorizando a aplicação sustentável de materiais locais e soluções construtivas, aplicadas à construção civil.

Neste momento a maior produção é a de lajetas para pavimentação de interiores ou exteriores, com formas específicas conforme preferência do cliente. Como qualquer um dos projectos, este também é autónomo. Um grupo de 4 trabalhadores com formação específica nesta área tem respondido de forma atempada, quer a particulares, quer a instituições estatais. Os beneficiários são os responsáveis por todos os aspectos relacionados com a gestão da unidade, para que a mesma seja auto sustentável.

Dentro deste mesmo projecto emergiu um “Atelier de Telhas e Abóbadas” onde irão ser fabricadas telhas e abóbadas, com a vantagem de serem de baixo custo e mais adaptadas ao clima.

2.4.2.4 - A Tecelagem

A tecelagem funciona em esquema misto, com alguns aspectos tratados individualmente e outros em grupo, ou seja, cada mulher trabalha em sua própria casa e cada uma gere a sua produção. No entanto, a aquisição das matérias-primas é feita em conjunto, uma vez que facilita o processo e torna-o menos dispendioso. Esta é uma actividade complementar da economia doméstica.

2.4.2.5 - A Cestaria

Para produzir cestos, foi dada uma formação que beneficiou de uma pequena ajuda financeira. Também é completamente independente do Atelier Mar e é uma actividade que funciona esporadicamente, e de forma menos organizada, uma vez que se depende da chuva para encontrar “cariço” e outras matérias-primas necessárias. É considerado uma ocupação extra ou mesmo de tempos livres.

2.4.2.6 - O Atelier de Doces de Licores

Neste ateliê faz-se a transformação de alimentos, principalmente frutas e legumes. Podendo--se encontrar os famosos “doces de Lajedos”, o ponche, o grogue e o mel, objectivando a valorização dos produtos locais. Lajedos tornou-se numa paragem obrigatória quer para turistas quer para residentes. Qualquer pessoa que esteja de passagem por Lajedos pára para comprar um “docinho da ilha”. Os doces são feitos com frutas e legumes locais (cenoura, papaia, manga, marmelo, limão, bissap, goiaba, abóbora, etc).

São três as responsáveis por este projecto. Foi-lhes dada formação inicial e hoje toda a produção é autónoma. O Atelier Mar não tem qualquer tipo de intervenção nesta actividade. Toda a produção, gestão e venda é feita pelas senhoras formadas pelo AM. Este Ateliê tem participado em várias feiras realizadas no país.

2.4.2.7 - Oficina de cerâmica

Foi criada uma oficina de cerâmica com um forno de alta temperatura, como forma de estimular novos talentos e formar pessoas com esse tipo de interesse. Neste momento encontra-se parada por afastamento dos dois técnicos formados. Os equipamentos, estão guardados esperando uma reformulação desta área de actividade.

2.4.2.8 - Babilónia

Babilónia é um espaço agrícola que serve de laboratório de várias culturas menos exigentes em água e adaptadas à realidade local – clima semi-árido. Conta com 2 engenheiros agrónomos responsáveis pelo suporte científico. Um exemplo interessante é a plantação de “bissap”, que se encontra numa fase de experiência. O “bissap” é uma planta que cresce principalmente na Africa de Oeste (Senegal). Da flor do “bissap” faz-se uma bebida com uma cor avermelhada característica, rica em vitaminas e muito saborosa.

Babilónia pretende promover o cultivo de hortícolas e frutos da região, como experiência pedagógica integrando os jovens em acções de formação e apresentando-se como um exemplo de sustentabilidade neste sector de actividade.

De forma integrada, deu-se início à construção de uma pequena infra-estrutura de acolhimento de visitantes de Lajedos, que sustenta um programa de formação em tecnologias sustentáveis de construção de habitação com os materiais locais. O programa Babilónia pretende prosseguir até consolidar-se num centro experimental e educativo, nos domínios das técnicas contemporâneas do trabalho da terra, racionalização dos recursos hídricos, protecção ambiental e afirmação dos recursos humanos como uma proposta local de desenvolvimento humano sustentado. Prevê o acolhimento de estudiosos e artistas nacionais e internacionais que visitem a região em trabalhos de criação artística ou de investigação científica, colaborando em iniciativas de outras organizações parceiras, nos domínios de formação em tecnologias e gestão do turismo rural. Babilónia está também disponível para organizar e receber eventos culturais e sociais que necessitem dos seus serviços.

O “Restaurante e Bar Babilónia” é mais um elemento que integra o conjunto. É uma estrutura de promoção regional e local, numa perspectiva cultural.

A conquista e reabilitação de terrenos devolutos e improdutivos, o estímulo à produção agrícola biológica, bem como o recurso a novas tecnologias de rega e de cultivo, foram de crucial importância na motivação e criação do projecto. O edifício foi construído aplicando as artes desenvolvidas na **Unidade de produção de elementos de Construção Civil**. A participação comunitária na gestão dos projectos, que se iniciou com acções de formação em irrigação localizada e, mais recentemente, na área de serviços de acolhimento turístico – é uma importante aposta do programa, um desafio de desenvolvimento sustentável de um turismo qualificado que se quer promover na localidade.

Por fim, Babilónia enquadra-se num vasto programa de promoção de Lajedos como sítio museológico e exemplo de turismo comunitário, que deverá oferecer à população e ao visitante, particulares momentos de fruição cultural e educativa, através de núcleos de interpretação, que resgatem a memória da região, e de percursos especialmente desenhados para descobrir e conhecer melhor a história do concelho do Porto Novo.

2.4.2.9 - Esplanada de São João

A esplanada de São João é um espaço de lazer e convívio. Este espaço foi pensado como um complemento da actividade do Atelier de Doces e Licores e com o intuito de criar um espaço

de convívio que não existia na zona. Com esta esplanada é possível incrementar e divulgar, cada vez mais, os produtos tradicionais como a culinária, música, e outras actividades de fórum artístico e cultural.

2.4.2.10 - O Turismo Solidário

O turismo solidário é mais uma aposta no desenvolvimento de Lajedos, e surgiu numa perspectiva de dar a conhecer uma região, que actualmente é árida mas que já foi o celeiro de Santo Antão, com uma beleza paisagística impressionante. Este tipo de turismo pretende proporcionar aos proprietários locais, uma alternativa de renda. Irão ser efectuadas melhorias nas casas de algumas pessoas com um quarto vago, no sentido de serem os habitantes da comunidade a receber os turistas nas suas casas, em pleno convívio familiar genuíno.

Os objectivos principais deste programa são: estimular a população local para os benefícios do turismo, estudar percursos turísticos a fim de serem acompanhados por guias locais, valorização da sua história a partir das dificuldades (os flagelados do Vento Leste), tentar elevar a auto-estima das populações, contrariando a tendência que os habitantes do concelho sempre tiveram de sair das zonas rurais e de procurarem as cidades.

Para este projecto, estão a ser efectuadas algumas acções de formação, no sentido de ajudarem as pessoas a melhor compreenderem a importância da iniciativa e, conseqüentemente, agirem em conformidade:

- Formação para governantas no sentido de dotarem as senhoras de competências para saber receber e para a importância do turismo ecológico, rural e solidário. Também recebem aulas de inglês e francês para viabilizar a comunicação com os visitantes;
- Formações na área de hotelaria – formação de mesa e bar;
- Formação de guias locais, onde o conhecimento da história de Cabo Verde em geral, e da ilha de Santo Antão em particular, são matérias privilegiadas;

Já foram desenhados 3 trilhos de visita e de contacto histórico-cultural com a região de Porto Novo, denominados “os Flagelados”. A ideia foi inspirada no romance de Manuel Lopes, “Os Flagelados do Vento Leste”¹⁰⁵, no âmbito de um trabalho de investigação professores/alunos da M-EIA – Mindelo-Escola Internacional de Arte.

¹⁰⁵ Para além da função cultural e educativa, este romance resgata a memória, num passado recente, da resistência à seca e à fome dos habitantes do município de Porto Novo comunidade Lajedos faz parte da paisagem que inspirou o autor do Flagelados do Vento Leste, o qual tem como cenário o interior desse concelho agreste da ilha de Santo Antão.

2.4.2.11 – O Sítio Museológico

A criação de um Sítio Museológico de Lajedos faz parte de uma estratégia do Atelier Mar para promover o turismo local e regional. O Sítio Museológico está integrado numa crescente rede de intervenção comunitária que pretende intensificar o seu potencial global. Este sítio funciona através de uma estrutura central (sala museu) e tem três funções fundamentais:

- Um centro de interpretação para apresentar informação histórica e contemporânea sobre a comunidade e região circundante;
- Um centro de recurso que providencia instalações, materiais e programas para que a comunidade possa ter acesso ao mundo exterior e adquirir novos conhecimentos;
- Um laboratório comunitário, permitindo focar e encorajar mais investigação e desenvolvimento de soluções locais para problemas locais.

Este sítio tem encorajado e facilitado a comunicação entre o Atelier Mar, a população local e os visitantes de Lajedos. É neste sítio que têm decorrido algumas acções de formação teóricas; esclarecimento de dúvidas escolares e apoio nos trabalhos de casa por uma professora nomeada pelo Ministério de Educação; serviço de fotocópias e fax; computadores ligados à Internet; sala de projecção e encontros; biblioteca; exposições inovadoras preocupadas em desenvolver a consciência sobre o meio ambiente, o desenvolvimento inclusivo e participativo, a cidadania; etc.

2.4.2.12 - A Feira de Lajedos

A Feira Comercial de Lajedos acontece no primeiro sábado de cada mês e é considerada a Feira dos Produtos Locais. A FCL tem acolhido produtos como hortaliças, legumes, frutas, milho, feijões, batata comum, mandioca e batata-doce. Encontram-se também produtos de artesanato como bandejas, “balaios”, pilão, forno de pedra, barquinho, bordados, bonecas de pano, quadros decorativos e produtos agro-pecuários como animais, carnes, ovos, queijo leite, iogurte, sabão, velas de semente porqueira, ervas para chá. Isso sem contar com produtos típicos locais, como bolos, cuscuz, funguim, fongo, doces, compotas, grogue, licores, ponches, entre outros.

No seu início foi destinado somente aos produtores de Lajedos mas com o tempo foram entrando as comunidades rurais mais próximas O Atelier Mar considera a FCL como um evento periódico que tem por objectivo principal promover a comercialização, sem intermediários, de produtos agro-pecuários e artesanais dos produtores do concelho de Porto Novo. Além de ser um factor de comercialização, visa criar um ambiente propício para o intercâmbio de conhecimentos, encontro entre o mundo rural e o urbano. Tudo com o

propósito de valorizar e resgatar a cultura tradicional, criando assim um ambiente agradável para se fazer compras e passar um bom dia com familiares e amigos.

É considerada uma experiência piloto em que o seu valor não reside apenas na comercialização dos produtos. Trata-se, na óptica do Atelier Mar, de um exercício de cidadania e uma questão ética da construção de uma outra forma de economia mais justa e solidária, centrado no ser humano e não na mercadoria. A FCL é também concebida como um espaço de festejo da comunidade e do concelho, onde toda a animação será sempre merecedora de uma atenção especial na sua organização.

A feira tem favorecido o intercâmbio de produtos, de ideias e experiências. Para além da comunidade de Lajedos conseguir vender e dar a conhecer os seus produtos, aproveita também, a oportunidade para usufruir dos produtos das outras comunidades vizinhas.

2.5 – Parcerias

Cada actividade do projecto DCL tem a sua ficha de projecto independente das outras e é realizada no contexto intersectorial de trocas e de partilhas, mas sem criar dependências. Cada actividade ou projecto pode ter um parceiro diferente, dependendo do sector envolvido.

Neste projecto, o Atelier Mar conta com a parceria de: União Europeia (instituto Vale Flor); Solidarité Socialiste; Fundascan (vai buscar apoio ao Governo das Canárias), Ministério do Trabalho e Segurança Social Português, Agência Espanhola de Cooperação internacional, Canadá (logo no início do projecto) PNUD e FNUAP. Em Cabo Verde conta com o apoio da Câmara Municipal do Porto Novo e o Ministério da Educação.

O Atelier Mar procura não depender de parceiros para concretizar os seus projectos, pretendendo que os projectos sejam sempre auto-financiados. Para isso, vão-se desenvolvendo actividades e prestando serviços de cerâmica e consultoria para evitar uma excessiva dependência de financiamentos externos.

Existe uma rede de amigos do Atelier Mar que também são considerados parceiros, que muitas vezes se juntam numa espécie de voluntariado.

2.6 – Organização e Gestão

Em termos organizativos, as actividades desenvolvidas na comunidade foram sempre decididas em conjunto com os membros de uma comissão criada para esse fim, e pela equipa do Atelier Mar, que discutiam a tomada de decisão, calendarização e prioridades.

A constituição desta comissão, em 1994, decorreu primeiro de contactos informais e conversas com grupos comunitários, onde o líder esteve sempre envolvido, sendo indicados nomes de pessoas que eram bem aceites pela comunidade e consideradas capazes e participativas. Numa eleição democrática, mas informal, foi eleito um grupo representativo, uma vez que não era prático convocar toda a população cada vez que quisessem discutir um assunto.

Era a comissão que abordava os serviços locais, sendo apenas, os contactos internacionais e a mobilização de recursos através da cooperação, feitas directamente pelo Atelier Mar. Para a organização e administração do projecto, o AM contou com os seus próprios membros que inclui, entre outros, um sociólogo, um engenheiro agrónomo, um pedagogo e animadores sociais.

A comissão tinha a função de estabelecer a ligação com toda a comunidade fazendo com que circulasse a informação pois, para além de representar a população, a comissão apropriou-se, de certa forma, das ideias, dos anseios e da metodologia do AM.

Com este processo, a comunidade passou a compreender e resolver os seus problemas, trabalhando em conjunto para o desenvolvimento da sua região. A metodologia utilizada baseava-se no diagnóstico participativo junto com as pessoas e instituições, na procura das prioridades dentro desta informação, no desenho do projecto e na implementação junto com as pessoas. Trabalhando sempre numa base de pesquisa, acção e reflexão. A avaliação é contínua – estão sempre a repensar as acções e a tentar adaptá-las a situações novas que vão surgindo.

A associação de Lajedos também foi encorajada pelo Atelier Mar, para juntos serem parceiros no desenvolvimento da comunidade e no diálogo com a população local.

Na fase de implementação do projecto, a estratégia adoptada pelo Atelier Mar consistiu na implementação de acções simples e de resultados imediatos envolvendo, desde o início, a população, onde o líder local, e a comissão, sempre tiveram um papel muito importante.

Actualmente, e uma vez que a actuação do Atelier Mar em Lajedos está no fim, existe um coordenador técnico, funcionário da ONG, que coordena os projectos ainda em fase de concretização.

2.7 – Problemas e dificuldades encontradas na implementação dos projectos

Uma das maiores dificuldades encontradas, está relacionada com a conjuntura política e social do país, uma vez que, as populações pobres estão habituadas a viver na dependência de um Estado Assistencialista, bem como dos donativos externos, o que fez com que não tivessem desenvolvido o hábito de participar e de ser donos dos seus próprios destinos. Durante o projecto, em várias instâncias, houve, por parte das populações, uma resistência muito grande na aliança com o Atelier Mar e, conseqüentemente, na participação no projecto. A máxima “a união faz a força” muitas vezes não esteve presente uma vez que, muitos esperavam que o Atelier Mar lhes desse um emprego e lhes pagasse o salário. Esses momentos foram muito difíceis para o AM, pois colocava em causa toda a metodologia participativa e a filosofia subjacente ao projecto, de autonomizar as opções de cada um ser dono do seu próprio destino. Houve momentos em que tiveram que parar e repensar algumas actividades para tomarem novo rumo. Por outro lado, a população muitas vezes teve uma atitude de desconfiança, não acreditando que o AM não teria nenhum interesse próprio, para além de colaborar com as populações, no sentido de os ajudar no desenvolvimento dos seus interesses.

Outra dificuldade prendeu-se com a preparação das acções de formação técnica devido ao grande número de analfabetos que ainda se encontra na localidade de Lajedos.

Uma dificuldade que enfraqueceu bastante o projecto, e difícil de ultrapassar pelo AM, foi a morte do líder comunitário em 1998, que detinha a memória da comunidade e suas tradições, e que teve sempre um papel muito importante na mobilização da população. Acreditou no projecto e tudo fez para colaborar. Houve tentativas, por parte de alguns homens, para o substituir, mas não foram bem sucedidas. Hoje verifica-se a emergência de líderes comunitários, todas mulheres.

As parcerias com as instituições políticas são sempre complicadas porque essas instituições costumam ser autoritárias e sentem-se com mais poder que as ONG. Acham que têm sempre a última palavra e que este tipo de intervenção lhes compete. Pensam sempre que há interesses políticos, não acreditando na disponibilidade do AM para actuar no desenvolvimento. Lajedos já passou por três presidentes de câmara, e a única experiência de parceria, que o AM considera positiva, verifica-se com o actual Presidente, pelo facto de este valorizar a questão da parceria para o desenvolvimento do conselho. Aparece nos eventos do AM e promove encontros com visitantes interessados no projecto. Para a ONG esta parceria e esta atenção são muito importantes na consecução dos seus objectivos.

A mentalidade de funcionalismo público que se vive em Cabo Verde – não se encontra democracia interna, há uma burocratização em tudo, o que leva que se perca a flexibilidade e a rapidez nas actuações. Em tudo há uma reprodução do sistema técnico, hierárquico que é a história da função pública em Cabo Verde.

Outra dificuldade tem a ver com as chamadas “modas internacionais”. Por exemplo, quando a moda é “Direitos das Crianças”, o AM fica prejudicado em termos de parcerias e de financiamentos, uma vez que não trabalha directamente esta área. Nesta altura, o que normalmente acontece é a perda de interesse pelo Desenvolvimento Local e, conseqüentemente, de financiamento. Isso demonstra, um pouco, a fragilidade financeira das ONG, em geral, e do AM, em particular, situação essa que leva a que muitas ONG sejam incapazes de consolidar os seus projectos.

Pouca partilha da informação, por parte das ONG, não divulgando as fontes de financiamento com medo de serem ultrapassadas. No entanto, a plataforma das ONG criada em Cabo Verde, tem vindo a contrariar esta tendência, uma vez que um dos seus objectivos é a socialização da informação.

Faltam técnicos superiores com o espírito de missão que uma ONG e que esses projectos de desenvolvimento exigem. Foram muitos os financiamentos de salários a técnicos superiores que ficaram em Bruxelas, perdendo-se a oportunidade de capitalizar novas experiências. O projecto tem jovens quadros estrangeiros, uma vez que as suas candidaturas são mais fáceis, mas quando estes se forem embora, levarão consigo o conhecimento.

Outra limitação para o AM, e para o seu projecto, é que para que um projecto de desenvolvimento tenha sucesso não basta só a vontade dos técnicos e da ONG. É preciso todo um trabalho de preparação e pesquisa. É necessário investir em Cabo Verde, e de uma forma mais séria, em algumas áreas científicas como sociologia, psicologia e antropologia. Em Cabo Verde não existe nenhum psicólogo, sociólogo ou antropólogo dentro das ONG. A sistematização deste trabalho nesta área científica devia ser feita por especialistas. A não existência de quadros, especializados nestas áreas, nos serviços públicos, aliado à falta de sensibilização por parte das universidades, deixa um vazio que acaba por fragilizar os projectos.

VII – ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROJECTO “DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LAJEDOS”

A análise dos resultados do projecto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos vai ser feita de uma forma geral tendo em atenção quatro vertentes importantes nos projectos desta natureza. Este ponto procura dar respostas as quatro questões levantadas ao longo da dissertação e que vão de encontro aos objectivos específicos:

1. É um projecto de desenvolvimento local?
2. Luta contra a pobreza e exclusão social?
3. Possibilita o empowerment da população?
4. Tem sustentabilidade económica e social no tempo?

Para esta análise foram consideradas as entrevistas feitas aos promotores, técnicos, participantes e observadores do projecto (ver grelhas análise em anexo), a observação do investigador e alguns artigos de jornais e da própria ONG.

Sempre que foi possível tentou-se elucidar cada parâmetro de análise com frases retiradas das entrevistas feitas.

Considerou-se “Atelier Mar”, as entrevistas feitas a técnicos e aos promotores, uma vez que durante a entrevista ficou claro que os técnicos posicionavam claramente como representantes do ONG.

Participantes, as pessoas que fazem parte da comunidade e que directa ou indirectamente participaram no projecto.

Os observadores considerados para a análise foram três: Presidente da Câmara do Porto Novo, Delegação da Comissão de Luta contra a Pobreza de Santo Antão e um ex. morador de Lajedos, que neste momento vive na cidade do Porto Novo e vai praticamente todos os dias à Lajedos visitar a família.

1 – A LUZ DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A luz do conceito de Desenvolvimento Local e com base na definição de Roque Amaro (2004), anteriormente apresentada na página 35, se vai analisar o Projecto de DCL segundo sete aspectos considerados fundamentais em qualquer projecto desta natureza: processo de

mudança, mobilização de capacidades e recursos locais, participação, perspectiva integrada, parcerias, impacto em toda a comunidade, respeito pela sua diversidade.

Esta definição também enfatiza mais três aspectos que serão abordados nas respostas às outras questões, tentando desta forma evitar repetições. É o facto: definir os projectos de desenvolvimento local como sendo projectos de base comunitários; que desencadeiam com a constatação que há necessidade de resolver problemas fundamentais; recorrendo a capacidades exógenas.

a) – Processo de Mudança

Qualquer projecto de desenvolvimento local é um projecto que procura alternativas e constrói novas oportunidades. Ao longo do projecto foram verificando mudanças importantes a nível social, económica, política, pessoal e relacional.

Em termos Educacionais, a escola comunitária permitiu que as crianças frequentassem mais dois anos de escolaridade na sua localidade; estabeleceu a ponte entre a educação e a comunidade, fazendo com que houvesse uma maior integração das crianças em relação aos estudos, tempos livres e adaptação as novas tecnologias; fortaleceu o reconhecimento e valorização da cultura; incentivou a protecção do meio bem como a descoberta das potencialidades locais.

Essa escola procura fornecer aos alunos uma educação nutricional, pessoal e social. Servindo de apoio a esta escola, foi criada o Sítio Museológico com uma pequena biblioteca onde as crianças podem ir estudar e tirar dúvidas em relação aos trabalhos de casa. O ministério de Educação disponibilizou uma professora para dar apoio a essas crianças no período da tarde. Durante a estadia desta professora, para além de apoiar nos deveres da escola, também aproveita para abordar questões importantes como saúde e a preservação do ambiente. Neste sítio, também os estudantes de Lajedos têm acesso a computadores e a Internet, onde podem redigir trabalhos escolares e pesquisas de temas de seus interesses.

Por outro lado houve um aumento de escolaridade das crianças e aumento da continuação dos estudos por parte das raparigas. Os pais começaram a ver a educação das suas crianças como algo importante, coisa que não os preocupava anteriormente, actualmente estão mais interessados na sua formação o que faz com que o diálogo escola/casa esteja mais alargada. A educação ganhou nova dimensão, principalmente porque os pais têm melhores condições para enviarem os seus filhos para a escola.

A Educação dos adultos também passou a ser vista de forma diferente com uma consequente diminuição da taxa de analfabetismo nos adultos, coisa que tinha dificultado bastante no início alguns projectos do Atelier Mar. Os jovens e não só, estão cada vez mais preocupadas com a sua formação e com a aquisição de novas competências e habilidades que permitam o exercício da cidadania e da produção.

“Vemos a educação de uma forma diferente, queremos que os nossos filhos frequentem a escola e sejam bons alunos”. (Participante)

“Gostamos muito de participar em formações, temos aprendido muitas coisas novas e queremos continuar assim”. (Part.)

Em relação ao emprego podemos dizer que há uma maior integração no mercado de trabalho, o que leva a uma maior fixação dos jovens na sua localidade, dado que eles têm novas alternativas e descobriram outras formas de complementar os seus rendimentos. Hoje isso já não acontece dado que têm novas alternativas dentro da sua localidade e descobriram outras formas de complementar os seus rendimentos.

Em relação a saúde, nota-se que a população hoje é muito mais exigente em relação a sua saúde, com uma alimentação cuidada e diversificada. Tornaram-se mais cuidadosos em relação ao ambiente em que vivem, esforçando para mantê-lo saudável.

Nas relações sociais também surgiram algumas alterações importantes como por exemplo a emergência de uma liderança feminina, duas ou três mulheres dinamizam a comunidade. São consideradas fundamentais para o andamento e concretização das actividades e dos projectos. Ganham uma posição na comunidade e principalmente no seio das suas próprias famílias. Foi uma mudança difícil, uma vez que a mentalidade destas populações não permitiam esse tipo de visibilidade por parte das mulheres.

Houve também mudanças nas relações sociais e familiares, culturais, económicas e políticas dentro da comunidade. As famílias passaram a ter mais harmonia, uma vez que já tem mais recursos para cuidarem da sua alimentação e da educação dos filhos. As com mais recursos vão ajudando as outras, sendo que o conceito de família em Lajedos é bastante alargada, transpõe o conceito de ser considerado família, aqueles que vivem na mesma casa. Os vizinhos passaram a se ajudarem e cooperarem mais. A auto-estima da população aumentou quando perceberam que não estavam isolados, que Lajedos tinha ganho um nome e que vinha pessoas de fora interessadas em conhecer a comunidade, a sua cultura, as suas gentes, os seus produtos. O envolvimento de mulheres chefes de família no projecto contribuiu para aumentar o prestígio social e serem reconhecidas e respeitadas por todos.

Muitas outras mudanças poderiam ser aqui apontadas, mas ao longo desta análise vamos apresentando-as.

b) – Mobilização de Capacidades e Recursos Locais

O projecto de DCL desde do seu início teve a preocupação de “territorializar” a sua intervenção e para isso toda a sua actuação parte do local, teve como tela de fundo a comunidade de Lajedos. O envolvimento da população foi de extrema importância, considerando as suas capacidades para o sucesso das acções.

Na implementação das acções deu-se primazia aos recursos humanos e naturais da zona, com objectivo de potencializar as capacidades e conhecimentos da população. É de referir algumas acções desencadeadas neste âmbito:

- Foi feita a mobilização dos membros locais influentes para a promoção e divulgação do projecto no seio da comunidade, destacando no início do projecto um “líder local” para fazer circular a informação;
- A aposta nos recursos humanos, ficou evidenciada pelo recrutamento de membros da população para trabalhar no projecto e a aposta na formação dos mesmos, bem como formações em diversas áreas com o objectivo de promover a partilha de conhecimento;
- Toda a transformação feita na oficina de doces e licores é com alimentos produzidos nas terras de Lajedos;
- A aposta nos recursos locais, o restaurante Babilónia só serve pratos típicos locais, com produtos providos de produtores locais; o Atelier de Pedras e Lajetas para fazer os seus pavimentos usa também matérias locais; toda é qualquer construção foi feita com materiais e recursos locais: pedras, telhas, pessoas, etc.
- O turismo solidário, capacita guias locais, apoiando na história de Lajedos e servindo das habitações e das pessoas da comunidade;
- A tecelagem, a cestaria a cerâmica, a costura entre outras, para além de irem buscar matérias primas locais que possam ser adaptadas a estas actividades, também estão pensadas para serem uma fonte de renda e para servirem outras actividades do projecto sempre numa tentativa de valorização da cultura local.

O projecto de Lajedos luta contra a pobreza e exclusão social através da valorização dos recursos endógenos e culturais e do reforço das competências pessoais e profissionais, inculcando na população a importância destes bem como a valorização dos mesmos, fazendo com que as pessoas tornem sujeitos do seu próprio processo de desenvolvimento.

c) – Participação

Relativamente a participação, procurou-se que as comunidades locais assumissem o rumo do projecto, bem como que encontrassem respostas aos seus problemas e que as diversas actividades fossem autónomas. O Atelier Mar adoptou o método “diagnóstico participativo” com as pessoas e as instituições. A implementação mediante colaboração da população, organizando actividades de animação sócio cultural, mobilizando recursos humanos para os postos de trabalho criados e envolvendo os mesmos na concepção e implementação dos projectos. Em muitos casos houve participação e muita gente acreditou nele:

“Participação activa principalmente no início do projecto. Perda participação com a morte do líder” (Atelier Mar)

“Preciso acreditar para conseguir, e eu sempre acreditei”. Muita gente participou, só não participou quem não quis”. (Part.)

“Em geral houve participação”. (Part.)

“Tenho participado activamente com ideias e sugestões”. (Part.)

“Particpei sempre e tentei motivar as pessoas ao pé de mim para participarem, porque sempre tive uma vontade muito grande em ver a minha comunidade melhor”. (Part.)

“Sim houve muita participação e o Atelier Mar esteve sempre preocupado com a participação e o envolvimento de toda a gente” (Part.)

“Houve participação ao longo do projecto. As pessoas estavam muito envolvidas”. (Part.)

“É inevitável não haver participação da população quando se trabalha com uma comunidade e com os seus recursos. Poderá sim ter ficado alguns a margem uma vez que não mostraram muito interesse no projecto”. (Part.)

A filosofia do projecto era que as acções partissem da população, sempre numa lógica de acção conjunta, na procura de soluções e de redefinição das mesmas pelos participantes e numa perspectiva de mudança da mentalidade a respeito do “destino” anteriormente traçado por esta comunidade. O objectivo desta metodologia também passava por compreender melhor os fenómenos que tinham deixado esta comunidade na situação em que se encontrava, defrontar a experiência desta vivência pelos participantes e integrá-los na elaboração dos planos de acção.

Mas a participação ficou pouco comprometida dado que a população de Lajedos estava habituado a ter uma atitude passiva em relação ao seu futuro, uma postura que acabou por gerar uma mentalidade assistencialista. É uma população muitas vezes desconfiada e desmotivada por vezes colocam em dúvida o trabalho do Atelier Mar, perguntam até que ponto a ONG não se move devido aos próprios interesses para além de colaborar com as populações no sentido de os ajudar no seu desenvolvimento. Por outro lado, muitas vezes a informação não chegou a toda a gente.

“Nem toda a gente aderiu” (Part.)

“Pouca participação. Muitas vezes não tiveram conhecimento das formações” (Part.)

“Muitas vezes não se sabe das formações nem das actividades. Pouca circulação de informação” (Part.)

“Não participou porque não acreditou no projecto no início e acredita que o projecto não estava destinado a toda a gente” (Part.)

“Tenho participado, mas poderia ter participado mais, muitas vezes houve falta de informação” (Part.)

“Eu convivo muito com a associação e acho que a parceria entre o Atelier Mar e a Associação de Lajedos deveria ser mais forte no sentido de ajudar a incentivar a participação ”. (Part.)

O Atelier Mar em diversos momentos ao longo do projecto foi confrontado com “o descrédito da população”, achando que as coisas iam acabar por não funcionar... que os produtos artesanais não tinham valor face aos importados que consideravam ser mais bonitos. A população em diversas alturas, na fase inicial do projecto, não dava valor ao que produziam, o Atelier Mar tentou contornar isso provocando uma visibilidade da comunidade, na medida em que fez a Câmara Municipal incluir nas visitas oficiais, uma paragem na comunidade bem como a compra de produtos para prendas de representação á instituições importantes.

Uma grande parte da população local estava a espera que o Atelier Mar lhes desse “emprego” e lhes pagasse um salário, não querendo assumir as actividades geradoras de rendimentos que eram propostas. Pondo em causa a metodologia participativa e a filosofia subjacente ao projecto de autonomizar as acções e cada um ser dono do seu próprio destino.

De forma resumida pode-se dizer que a participação, considerada uma vertente importante em todas as fases do projecto, nem sempre foi bem conseguida uma vez que se verificou alguma passividade na população e muitas vezes uma desconfiança muito grande, não aderindo até verem as coisas acontecerem. Por outro lado, muitas vezes a informação não chegou a toda a gente, houve falhas na circulação da informação.

Esta fraca circulação da informação pela comunidade, na minha opinião deve-se ao facto de não ter havido um substituto depois da morte do líder comunitário. Ficou a faltar uma presença respeitosa e activa que pudesse dinamizar as acções na comunidade, que servisse de elo de ligação entre o Atelier Mar e a comunidade.

d) Perspectiva Integrada

Pode-se considerar que o projecto de desenvolvimento de Lajedos adoptou como principio metodológico a perspectiva integrada uma vez que o projecto procurou:

- Abarcar as diferentes dimensões: sociais, económicas, culturais e ambientais, como resposta as necessidades da população, preocupando-se com o emprego, a educação e formação profissional, com a saúde, com a criação de infra-estruturas locais, com o reaparecimento de aspectos culturais já esquecidos e valorização cultura, preservação do ambiente, e mobilizando recursos materiais e humanos existentes na comunidade;
- Ter em consideração diferentes participantes: criança, jovens, adultos, homens e mulheres, uma vez que a pobreza e os problemas comunitários tocam a todos e é preciso trabalhar em todas essas vertentes;
- Estabelecer parcerias com diferentes instituições, mobilizar diferentes saberes, já que sozinhos era impossível alcançarem os objectivos propostos para esta comunidade;
- Fazer avaliações constantes, no sentido de ir adaptando as acções as realidades de cada momento. Foram feitos relatórios avaliando cada projecto, e os resultados serviriam de base para as reuniões onde as questões pertinentes eram debatidas;
- Desenvolver competências para capacitar a adaptação na educação e no emprego e por outro lado fomentar o convívio e a proximidade desenvolvendo destas forma relações de cordialidade, de solidariedade e de estima entre os membros da comunidade;

Podemos apontar uma actividade que mostra esta integralidade – o turismo de base local, que é uma estratégia de inclusão social, de desenvolvimento sócio cultural e de preservação do ambiente que levou em consideração a educação e a formação de novas competências, gerando empregos e fortalecendo a identidade cultural. Funciona numa dinâmica de parceria com diferentes entidades como por exemplo Câmara do Porto Novo, agências viagens nacionais, Nações Unidas com a disponibilização de técnicos com saberes de outras experiências idênticas noutros países, etc.

A “visão integrada” na revisão da literatura feita, induz a parceria – ponto 1.5 desta análise, e será comentado a seguir embora esteja relacionada com este ponto.

e) Parcerias

Um trabalho em parceria privilegia a interdisciplinaridade orgânica e metodológica, utilizando a metodologia de saberes disciplinares e provenientes de diferentes entidades. O Atelier Mar contou com a parceria de algumas instituições, serviços públicos, associações e organizações não governamentais.

Foram vários os parceiros nacionais e internacionais envolvidos nas várias acções, destacando as seguintes: rede de amigos do Atelier Mar; Solidariete Socialiste, Instituto Vale Flor (União Europeia); Fundascan (vai buscar apoio ao Governo das Canárias); Ministério do Trabalho e Segurança Social Português; Agência Espanhola de Cooperação Internacional; Canada; PNUD; FNUAP; Ministério da Educação de Cabo Verde, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família. Foram feitas de forma pontual dependendo

da especificidade de cada projecto, mas o êxito de cada um desses projectos só foi possível com esta rede de parcerias.

A cooperação foi dada na produção de serviços de apoio ao desenvolvimento, nomeadamente nas áreas de formação de recursos humanos, apoio técnico e organizativo a empresas e organizações locais, na cedência de recursos humanos, na organização e na promoção de produtos locais e de educação para cidadania, apoios monetários, cedência de materiais e bens, etc. Foram parcerias importantes porque permitiram capitalizar recursos que estão para além dos que o Atelier Mar poderia disponibilizar sozinho.

Também se verificou uma complementaridade e uma sinergia potencial entre alguns projectos e programas desenvolvidos. Ouve uma tentativa de aproveitar os recursos gerados num projecto para outros.

Houve fraca cooperação com algumas entidades, e deveriam ter sido melhor exploradas, mas que devido á algumas incompreensões não foram conseguidas. É o caso de uma parceria de forma permanente com a Câmara Municipal do Porto Novo e com a Associação dos moradores de Lajedos, uma vez que são todas entidades que objectivam o bem-estar das populações:

“As parcerias com as instituições políticas são sempre complicadas porque essas instituições costumam ser autoritárias e sentem que como mais poderosas que as ONG, sentem que tem sempre a última palavra a dizer, porque esse tipo de intervenção lhes compete. Por exemplo, no processo Lajedos já passaram por três Presidentes de Câmara, e a única experiência de parceria com o Atelier Mar considerada positiva é com o actual. É um presidente com uma atitude bastante flexível que valoriza a questão da parceria para o desenvolvimento do Conselho.” (AM)

... “Câmaras e o Governo pouco têm participado como parceiros. E muitas vezes porque estas entidades têm forma de agir muito diferente. As ONG têm uma visão de missão que muitas vezes é incompatível com a do Governo.” (AM)

“A associação comunitária, é parceiro, é naturalmente parceiro, mas não funciona. A associação é uma espécie de estrutura que está a substituir a cultura das FAIMO. Não funcionam enquanto corporação e são agentes para resolver determinados problemas como um dia de trabalho para seus sócios. E isso fragiliza o trabalho, o papel de outros parceiros que não é só o AM... As associações em Santo Antão normalmente são iniciativas políticas ou partidária e normalmente quem preside a Associação é alguém que representa o partido, e isso trás uns condicionamentos que destrói os fundamentos de uma associação.” (AM)

É de salientar que não se nota muito a cultura de acção conjunta. Muitas parcerias ficaram aquém dos objectivos do projecto e que mereciam ser melhor exploradas por parte da ONG. A cooperação com a Câmara Municipal do porto Novo e com a associação de moradores de Lajedos poderia ter ajudado a limar algumas arestas e atenuar várias dificuldades.

f) Impacto em toda a Comunidade

O projecto de Desenvolvimento de Lajedos é um projecto com impacto em toda a comunidade uma vez que promove o desenvolvimento inclusivo, através da educação e do desenvolvimento das competências da população, através da valorização da cultura local, que envolve os cidadãos em actividades e numa perspectiva de participação, que combate a alienação e a desmoralização, contribuindo para a erradicação da pobreza local, mudando valores e atitudes, construindo infra-estruturas, preservando o ambiente, construindo um espaço de participação e de trocas, etc.

Neste projecto a comunidade foi vista como um todo, onde foi-se investindo e fortalecendo as partes com um objectivo final de abarcar uma população inteira, uma comunidade, de lutar contra a pobreza e a exclusão, de dar visibilidade e poder a comunidade.

O projecto de DCL tem tido uma influência grande em toda a comunidade, uma vez que tem motivado as pessoas e tem gerado outros projectos independentes que têm contribuído para o sustento de muitas famílias e para a melhoria de vida da população de Lajedos.

g) Respeitando a sua diversidade

Qualquer território tem a sua dinâmica própria, com recursos matérias, económicos, culturais e ambientais diferentes, com populações com características diferentes bem como percursos pessoais, profissionais, ideológicos diversos, processos e organizações de desenvolvimento local também diversos que devem ser respeitados e levado em consideração em qualquer projecto desta natureza.

O Atelier Mar teve essa preocupação aquando do desenho e na implementação do projecto:

“Valorização da sua história a partir das dificuldades (os Flagelados do Vento Leste).” (AM)

“Contrariar a tendência que os habitantes do concelho sempre tiveram de sair das zonas rurais e de procurarem as cidades – as visitas turísticas são para as zonas mais rurais e chamadas “campo” em Cabo verde. (AM)

“Ao lado da Babilónia tem um espaço agrícola que serve de laboratório de novas culturas, são culturas pouco exigentes em água, mais adaptadas a realidade local – clima quase árido. (AM)

“Horta experimental – onde fazem experimentação de novas culturas mais adaptadas ao clima e a falta água. (AM)

“Doce e licor – aproveitam os frutos locais e transformam.” (AM)

Este projecto de desenvolvimento local ancorou-se na tradição local, tendo em conta a sua história e a sua cultura, para responder as necessidades de Lajedos, manteve-se sempre flexível no sentido de adaptar as necessidades em cada momento daquele local.

2 – NA PERSPECTIVA LUTA CONTRA A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Como se viu no enquadramento teórico, as teorias empenhadas para explicar as causas estruturais da pobreza, mostram a importância de factores de longo prazo que determinam o sistema económico, social e político e na qual se leva a cabo o processo de desenvolvimento quer seja a nível local, nacional e internacional.

A pobreza, antes de ser uma situação de baixa renda, deve ser vista como privação das capacidades básicas, embora reconheça que a ausência de renda é uma das principais causas da pobreza. Nesta perspectiva, os recursos económicos são a condição necessária (mas não suficientes) para a satisfação das condições mínimas e, portanto, do desenvolvimento das capacidades.

O projecto de desenvolvimento Comunitário de Lajedos, lutou contra a pobreza, numa tentativa de dar respostas as necessidades materiais da população dessa comunidade, tendo em conta como indicador da pobreza o “nível de vida da população”. E para analisar os resultados do projecto mediante o objectivo de lutar contra a pobreza e a exclusão social vou destacar aspectos importantes: o crescimento económico e os moldes em que foi construído, a melhoria do nível de vida da população e por fim, a facilitação do empowerment.

a) Crescimento Económico

Foram criadas e viabilizadas actividades económicas que asseguram rendimentos para os participantes, sempre numa perspectiva de valorização do ambiente e da cultura, garantido empregos para muitos jovens e adultos em idade de trabalho e conseqüentemente o aumento de rendimentos das famílias. Passamos a assinalar algumas iniciativas:

- Unidade de agro-pecuária com um grupo de trabalhadores que ganham a partir daquilo que produzem;
- Tecelagem – economia doméstica;
- Oficina de Doces e Licores, é uma pequena empresa completamente independente e auto-suficiente. Os doces de Lajedos hoje são conhecidos em todo Cabo Verde. É uma oficina que tem atraído muitos turistas que aproveitam sempre a sua ida a ilha para passar por Lajedos para comprar uns “docinhos da ilha”;
- O Atelier de Pedras e Lajetas muito tem contribuído para o crescimento económico. Emprega algumas pessoas no fabrico e utiliza transportadores locais para distribuição dos produtos, tanto para a ilha de Santo Antão como para São Vicente;
- O Restaurante Babilónia – o primeiro da comunidade, emprega algumas senhoras e toda a sua matéria-prima é fornecida pelos produtores de Lajedos, onde se pode encontrar deliciosas refeições tradicionais;

- O turismo solidário de base local é outra actividade que gera renda e que serve de fonte de rendimento para algumas famílias que tenham um quarto disponível. O facto de também traçarem trilhos tendo em conta a história e a cultura da localidade também é uma forma de atrair visitantes;
- A feira mensal que permite que troca e a valorização de produtores locais. Qualquer membro da população pode participar com o que tem e que de melhor sabe fazer, desde produtos agrícolas a serviços de almoços e petiscos, obras-primas (quadros, cestos, bordados tradicionais). Esta iniciativa tem atraído pessoa de todo o conselho e não só.
- O artesanato é outro exemplo que possibilitou o crescimento económico, sendo uma actividade autónoma que se alia a outras como a costura, a tingidura de tecidos, tentou-se adaptar as matérias-primas locais e criar uma gama de produtos úteis e decorativos, por exemplo, fazem forros de garrafas recicladas que serve a uma outra actividade produtiva que é a Oficina de Doces e Licores.

São actividades económicas viabilizadas em pequenas empresas e produções domésticas que tem sido uma importante fonte de rendimentos para as famílias e para a comunidade de Lajedos, contribuído para a introdução de novas perspectivas profissionais entre a população mais jovem e não só, e tem gerado produtos contribuindo para que a comunidade tenha algum prestígio e seja vista com “outros olhos”.

Nas entrevistas realizadas, a maioria dos participantes afirmaram que hoje têm mais recursos para tocaram as suas vidas:

“Rendimentos económicos dos chefes de famílias contribuíram para um melhoramento do nível de vida das famílias.” (AM)

“Entrada de rendimentos provenientes de rendas.” (Obs.)

“Já consegue pagar as propinas dos filhos e comprar os livros.” (Part.)

“Escoamento de produtos caseiros na feira (tudo forma de rendimento).” (Part.)

“Pessoas têm mais dinheiro para gerirem as suas vidas.” (Part.)

b) Melhoria Nível Vida da População

Todas essas actividades e projectos, dentro do projecto de desenvolvimento de Lajedos tiveram um propósito, que foi lutar contra a pobreza e exclusão social através da melhoria contínua do nível de vida das populações. O projecto contribui para criar emprego e aumentar o nível de rendimentos da população, dar formação e melhorar a auto-estima e a motivação da população, fornecer infra-estruturas importantes para a satisfação das necessidades básica, etc.

Em termos de educação foi construída uma escola comunitária, para dar resposta a necessidade mais salientada pela população. Para além de formar alunos, enquadrada no sistema de ensino do país, também desperta para as actividades locais, valorizando a sua

comunidade e a sua cultura. Segundo indicações da delegação escolar local, o aproveitamento e o sucesso escolar dessas crianças é o mais alto do conselho. É uma escola que recebe visita de estudos de escolas de São Vicente para conhecerem esta experiência. Muitos pais das comunidades vizinhas procurem matricular as suas crianças em Lajedos, invertendo desta forma a tendência anterior, em que as crianças de Lajedos é que deslocavam.

Todas as famílias têm os filhos prosseguindo estudos secundários. Anteriormente as raparigas eram as mais prejudicadas, uma vez que desde cedo tem a incumbência de cuidar da casa e dos irmãos mais novos, e muitas vezes os pais não permitiam que deslocassem destas, fazendo com que abandonassem a escola mais cedo. O projecto proporcionou a comunidade a oportunidade de todas as crianças frequentarem seis anos de escolaridade na sua comunidade.

Em termos habitacionais, todas as famílias envolvidas passaram a ter electricidade e telefone em casa, uma vez que passaram a ter melhores rendimentos para investir no conforto das suas casas.

Relativamente a saúde, passaram a estar mais conscientes dos cuidados a higiene dos alimentos e, da água para consumo e do ambiente, o acesso a produtos hortícolas e ovos melhorou a dieta alimentar das famílias e contribuiu para a segurança alimentar.

A comunidade totalmente desconhecida, passou a ser falada a nível nacional e internacional, tendo sido publicados vários artigos em diferentes revistas, Lajedos tem vindo a receber muitos visitantes o que promove a troca de conhecimentos e experiências, aumentando desta forma a formação e auto-estima da população.

Muitos jovens têm fixado na sua localidade uma vez que não precisam obrigatoriamente que sair para procurar emprego fora. As mulheres envolvidas nos projectos aumentaram o seu prestígio social e passaram a ser reconhecidas e respeitadas por todos, uma vez que foram encontradas novas alternativas de rendimentos, sem ter que esperar para o emprego público.

“Pessoas saíram da apatia que viviam”. (Part.)

“Independência financeira em relação ao marido”. (Part.)

“Filhos têm uma biblioteca e um centro de estudo para estudar” (Part.)

“Abriram-se novos horizontes”. (Part.)

“Minha vida mudou para melhor, trabalho para a minha comunidade” (Part.)

“Lajedos está cada vez melhor” (Part.)

“Estou muito satisfeito já consigo dar uma vida melhor aos meus filhos com os rendimentos que consigo aqui no trabalho na minha comunidade”. (Part.)

“Quem não vê desenvolvimento em Lajedos só poder ser cego” (Part.)

“Acesso a produtos agrícolas e outros (ovos), e a feira contribuiu para melhorar a dieta alimentar das famílias. Foram recuperados 2 hectares de terra para o cultivo de legumes e fruta”. (AM)

“Emprego – directa ou indirectamente todos são beneficiados” (Part.)

“Feira permite o sustento de muitas famílias”. (Part.)

“Tudo para melhor. Lajedos, passou a ser uma referência de desenvolvimento para as comunidades vizinhas”. (Part.)

É unânime a concordância quer pelos participantes do projecto, pelo Atelier Mar e pelos observadores da obtenção de melhorias de vida da população de Lajedos. Toda a gente se sente beneficiada por uma ou outra razão. O percurso tem sido uma caminhada em grupo, com participantes do Atelier Mar, da população e algumas instituições e pessoas que não pertencem a comunidade, os projectos tem sido desenvolvidos numa lógica de partes de uma só peça, ou seja cada projecto tem uma continuação ou participação outros projectos, os participantes influenciam outros membros da comunidade a dar o seu contributo, e a cada passo é enraizado os objectivos e a luta para os alcançar, de modo que se tem assistido a uma melhoria constante do projecto em si, seguindo a par e passo pela melhoria das condições de vida local.

Há mais empregos, descobriram outras formas de complementar os seus rendimentos que não seja através do trabalho do Estado que é irregular e mal pago. Já conseguem resolver qualquer problema dentro da sua comunidade, já não precisam deslocar para a cidade do Porto Novo quando precisarem fazer um telefonema, enviar um fax ou um e-mail.

c) Facilitação do Empowerment da População

“Se um homem está com fome, melhor do que dar-lhe um peixe é ensinar-lhe a pescar”.

O projecto de desenvolvimento de Lajedos vai de encontro com esta frase e apostou na educação e na formação para promover o conhecimento a autonomia e a mudança. Atacando as causas e não oferecendo soluções imediatistas. Ensinar a pescar é oferecer educação, emprego de qualidade, estimular o cooperativismo e libertar a população da “esmola”. Essas oportunidades valem mais que qualquer doação, porque servem como subsídios para que o indivíduo construa um futuro sólido.

A luta contra a pobreza e exclusão social assenta na emancipação e desenvolvimento dos próprios excluídos através da consciencialização e do reforço das competências ou seja do seu “empowerment”:

“Tentamos aqui dar novas alternativas as pessoas, para seguirem com suas vidas” (AM)

“Projecto pretende dar instrumentos as pessoas para ganharem a sua vida, tentando resolver os problemas sociais e económicos” (Obs.)

“As formações permitiram-nos desenvolver competências sociais, profissionais e pessoais” (Part.)

“Projecto veio nos abrir os olhos e nos mostrar que há muita coisa por fazer” (Part).

“Ao longo do projecto fomos descobrindo a nossa cultura”. (Part).

“Antes do projecto não dávamos valor a nossa cultura. Passamos a nos valorizar mais desde que o projecto chegou em Lajedos” (Part.).

“Projecto tem tentado acabar com a mentalidade assistencialista que tem a população de Lajedos.” (Part.)

O projecto permitiu a aquisição e o reforço de competências, a interpretação crítica da realidade e de competências facilitadoras de autonomia psicológica relacionais e profissionais, numa perspectiva de realização colectiva e individual, assim como a criação de um ambiente favorável a mudança, aprovação de novas leis que apoiam as iniciativas dos pobres e excluídos, eliminação de barreiras de acesso a informação, fazendo dos participantes agentes activos do processo, facilitando a participação.

Esta forma de actuação facilitou o intercâmbio dos elementos do projecto com o da população local, fortaleceu a cidadania e o capital social bem como a confiança e os laços entre esses dois intervenientes.

3 – COMO PROCESSO DE EMPOWERMENT DA POPULAÇÃO

O empowerment acontece na medida em que se conquista e se distribui entre muitos o poder de realizar acções através da aquisição de conhecimento e pela capacidade de produzir mudanças a partir dele, servindo-se como um propósito para atender objectivos.

Conforme a noção de empowerment evidenciada ao longo do trabalho é possível afirmar que a forma como este projecto foi construído, permitiu o empowerment da população.

A nível do empowerment constataram-se mudanças a nível individual e colectivo. O projecto tem como objectivo principal promover oportunidades dos indivíduos para integrarem novas experiências e passarem a ser donos das suas vidas:

“Temos mais poder dentro da nossa comunidade” (Part.)

“Coisas tão simples que nunca tínhamos pensado antes vieram dar outra cor as nossas vidas” (Part.)

“O projecto deu poder as pessoas para seguirem o seu caminho” (Part.)

“ É uma população com capacidade reivindicativa” (AM)

“Sinto-me realizada” (Part.)

❖ A nível individual,

Constataram-se transformações a nível individual, verificadas pelos técnicos e observadores e pelos próprios participantes. Verificaram-se mudanças de auto-estima do auto confiança, capacidade de exercer liderança e auto-organização.

➤ Ao nível da auto-estima são assinaláveis:

“Auto estima da população aumentou, ao ver que o que produzia tinha valor” (AM)

“Orgulho em serem visitados por outras pessoas que queriam conhecer a experiência”. (Obs.)

“Como pessoa, estamos cada vez melhor” (Part.)

“Promoção pessoal dos participantes” (Obs.)

“Afirmação pessoal” (Part.)

“Em casa sou muito melhor como chefe de família, aprendi muito” (Part.)

“Nota-se mais auto-estima e confiança nas pessoas em relação as suas capacidades e estão muito motivadas para aprenderem e adaptarem as novas situações, principalmente as mulheres”. (AM)

“As mulheres de Lajedos têm-se revelado autênticos líderes na comunidade. Têm muita garra” (Obs.)

“Pessoas têm tornado autónomas, tem reconhecido que são capazes.” (Part)

“Fiz uma formação que me tem ajudado muito no meu dia-a-dia e como membro da associação de Lajedos”.(Part.)

“Projecto tem tentado acabar com a mentalidade assistencialista que tem a população de Lajedos. (Obs.)

“As mulheres passamos a ser vistos de outra forma no seio da nossa família porque já podemos arranjar alternativas e levar algum sustento para os nossos filhos. Na feira já é possível vender alguns produtos agrícolas e os nossos filhos já vivem de uma forma mais digna. (Part.)

A nível da auto-estima como se pode ver pelos depoimentos dos participantes, da ONG e dos observadores, a população de Lajedos é orgulhosa do percurso que têm feito. Verificando-se um aumento de auto-estima na população em geral. Este orgulho e esta auto-valorização vem do reconhecimento do valor que tem enquanto pessoas. As constantes visitas de pessoas à Lajedos, o intercâmbio promovido pela feira, a aquisição por parte das pessoas de fora da comunidade dos produtos, reconhecendo-lhes valor, é uma das principais razões deste aumento de auto-estima e auto-valorização.

As famílias passaram-se a organizar melhor, devido ao maior controlo e acesso dos recursos, sentindo-se que são capazes de suprir as suas necessidades individuais e familiares. Estão melhor preparadas para enviarem os filhos para a escola de “cabeça erguida”.

As mulheres passaram a ser vistas dentro da comunidade de uma forma diferente, são alegres, motivadas, trabalhadoras e responsáveis, sentem-se orgulhosas das suas capacidades e gratas

ao projecto por tudo o que lhes têm transmitido, dispostas a continuar na mesma linha de desenvolvimento iniciado pelo projecto.

➤ Auto confiança e a “possibilidade de realização”:

“Cada vez mais têm reconhecido de que são capazes”. (AM)

“Hoje somos um povo ambicioso, e sabemos que é possível queremos mais” (Part.)

“Pessoas aprenderam a gerir seus conflitos” (AM)

“Pessoas descobriram imensas capacidades, sentem-se capazes” (Part.)

“Já percebem que há outras coisas que se pode fazer e aprender” (Obs.)

“Nunca mais ficaria parada sem fazer nada, tentaria sempre arranjar uma alternativa.” (Part.)

“Hoje sinto-me capaz de resolver os meus problemas e de ajudar o próximo” (Part.)

“Beneficiei de formação sobre terreno, animais e gado. Descobri que sou capaz de tocar meu negócio para frente. Hoje faço o meu trabalho com outra confiança, com outra expressão”. (Part.)

“Tenho muito confiança em mim e em prosseguir.” (Part.)

“Hoje é mais fácil resolver qualquer problema, as pessoas têm mais voz e participam mais na resolução dos seus problemas. Porque mesmo que não vão directamente, consultem os vizinhos, pedem opinião”. (Part)

“Sinto as pessoas muito motivadas para fazer e para ter...” (Part.)

“Recebi uma formação e foi bom, depois fui avaliada. Passei a acreditar que sou capaz.” (Part.)

“As formações nos ajudaram muito. Sempre gostei de cozinhar e agora posso ganhar a vida a fazer uma coisa que eu gosto”. (Part.)

A confiança de saber e de poder aplicar na prática, lutando para melhor o seu dia-a-dia é hoje verificada na comunidade. As pessoas mediante as formações pessoais e profissionais que tiveram ao longo do projecto, sentem-se capazes de fazer as suas escolhas e opções de trabalho, descobriram talentos e uma tomada de consciência de capacidades de realizar e de exercer a vontade individual, bem como a ambição de realização, que podemos notar, dado que tem habilidade para sugerir alternativas de negócios.

Com o maior acesso a informação e com a abertura da comunidade para o exterior, a população já consegue resolver os seus problemas indo directamente a “fonte” com os recursos que têm ou arranjanço apoio entre a vizinhança.

➤ Capacidade de exercer liderança;

“Emergência de uma liderança feminina”. (AM)

“Hoje encontramos pessoas com iniciativa e capacidade de liderança” .(Obs.)

Como já tínhamos visto anteriormente, emergiu no seio da comunidade e ao longo do projecto uma liderança feminina. É uma liderança que o Atelier Mar considera extraordinária ao nível do empowerment acreditando que a sua gestão, o seu poder subtil tem uma eficácia excepcional no andamento das coisas. E esta descoberta os tem ajudado imenso noutros

projectos de desenvolvimento, noutras comunidades. São mulheres com capacidade reivindicativa, com iniciativa e capacidade de liderança, não é uma liderança gritante, não têm necessidade de estar sempre a dar a cara. As mulheres em Cabo Verde segundo o Atelier Mar, são menos susceptíveis a manipulação político partidária do que os homens e se isso começar, a reproduzir e consolidar, poderá ter um futuro interessante nestas comunidades.

❖ A nível Colectivo

A nível do colectivo observaram-se mudanças a nível da solidariedade e inter ajuda, capacidade do auto organização da acção colectiva, valorização cultural, acesso aos serviços, maior diálogo entre as comunidades e as instituições e melhor percepção da sua localidade;

➤ inter-ajuda:

As pessoas da comunidade passaram a interagir mais, numa perspectiva de ajuda e de convívio:

“Sou uma pessoa que ajuda muito a comunidade, tornei-me noutra pessoa – muito participativa e sempre pronta para novas coisas e ideias. Foram muito boas as formações ensinaram-nos a conviver melhor uns com os outros.” (Part.)

“O projecto ajudou-nos a aproximar uns dos outros, organizamos convívios, brincamos muito e nos respeitamos. Criou-se um espírito forte inter ajuda e de solidariedade” (Part.)

“Projecto trouxe muita convivência que acaba por trazer união, amizade, inter ajuda e principalmente solidariedade – a feira tem ajudado muito”. (Part.)

➤ Valorização cultura:

Em termos culturais, houve um reaparecimento de actividades artesanais que já se encontravam esquecidas, que ganharam vida e o orgulho das pessoas, e estas assumiram dar continuidade as mesmas.

A criação do grupo musical, que surgiu na escola no seu primeiro ano lectivo em 1994/95 com o intuito de valorizar a tradição conservando musicas de grupos acústico existentes anteriormente. Este grupo realizou várias actuações em festas oficiais da Câmara Municipal.

Tem aparecido grupos de teatro, dança e muitas outras formas de divulgação da cultura em Lajedos, formado por populações locais.

“Ao longo do projecto formos descobrindo a nossa cultura.” (Part.)

“Grande valorização dos aspectos tradicionais e da cultura, uma coisa que não valorizávamos muito porque achávamos que não prestava.” (Part.)

“Damos mais valor a nossa cultura e as nossas tradições” (Part.)

“Despertar a curiosidade artística dentro dos recursos que temos.” (Part.)

“Cultura local tem sido valorizada. Temos um grupo musical que vai animado muitas actividades do projecto. O projecto ajudou-nos a valorizar mais as nossas raízes e ter orgulho na nossa cultura” (Part.)

“Antes do projecto não dávamos valor a nossa cultura. Passamos a nos valorizar mais desde que o projecto chegou em Lajedos.” (Part.)

O valor que é dado a cultura local, está nos olhos de todos os participantes, sentem um grande orgulho ao ver que a sua cultura tem importância e que é reconhecida. O sítio museológico tem ajudado muito nesse sentido, uma vez que expõe os produtos artesanais locais, tentando ir buscar o que é considerado “as raízes da comunidade”, como fontes escritas, orais e materiais.

➤ Acesso aos serviços e as instituições:

Lajedos é uma comunidade que “aprendeu”, os participantes do projecto hoje sentem pessoas autónomas que conseguem gerir as suas vidas e os conflitos que vão aparecendo neste percurso. A maioria dos projectos tornaram-se autónomos e as pessoas tem gerido e muito bem as suas vidas pessoais e profissionais. Por exemplo, tem acontecido um movimento de realização de feiras nas diversas ilhas do país, onde todas as ilhas participam com a exposição dos seus produtos, Lajedos tem participado e tem sabido gerir a sua participação. O Atelier Mar quando é solicitado apenas dá um apoio moral. Toda a deslocação, estadia e gestão das bancas é feita entre a organização da feira e as “senhoras de Lajedos” (normalmente só vão mulheres).

“Hoje é mais fácil resolver qualquer problema em Lajedos.” (Part.)

“Pessoas têm tornado autónomas, tem reconhecido que são capazes.” (Obs.)

“Pessoas aprenderam a gerir seus conflitos.” (Part)

“Viajamos para organizar feiras noutras sítios, temos contacto com outras pessoas e com outras experiências”. (Part)

➤ Melhor percepção da sua localidade

“Através do sítio museológico já se pode contactar qualquer sítio de Lajedos, através do fax, Internet... qualquer comunicação com o exterior fica mais fácil.” (Part.)

“Lajedos, tem sido um espelho para o resto do conselho de Porto Novo.” (Obs.)

“Grande Visibilidade da comunidade, isso graças a Feira, e graças ao Atelier Mar” (Part.)

“Projecto tem trazido pessoas nacionais e estrangeiras para a comunidade” (Part.)

“Boa imagem tem hoje a comunidade Lajedos, todos querem ser como nós.” (Part.)

“As pessoas muito orgulho da sua comunidade e do nível de desenvolvimento que atingiu” (Part.)

“Lajedos, está a transformar na sala de visita do concelho Porto Novo.” (Obs.)

“Orgulho em pertencer a comunidade” (Part.)

“Hoje tenho muito orgulho da minha comunidade, reúne pessoas de vários sítios, tem uma feira boa”. (Part.)

Esta visibilidade positiva em relação a comunidade de Lajedos pela sua população é muito importante uma vez que a população há 10 anos atrás não imaginava sequer que um dia a sua comunidade ia ser reconhecida como uma comunidade de valor, que exporta produtos locais e conhecimentos já adquiridos na luta contra a pobreza e exclusão social, com recursos suficientes para fixarem os seus recursos humanos, etc.

A feira de Lajedos tem tido um impacto positivo e muito tem contribuído para melhorar a imagem da comunidade, porque para além de ser um ambiente de trocas comerciais é também um momento de convívio da população de Lajedos com as populações vizinhas e não só, um momento de aquisição de valores, um ambiente de manifestação da cultura e de sensibilização para questões sociais importantes como a saúde e a preservação do ambiente.

Como se viu ao longo deste ponto, pode-se considerar que o projecto contribuiu para o empowerment da população de Lajedos. O empowerment como processo psicossocial tem como objectivo funcionar como um mecanismo e ruptura dos mecanismos psicossociais que reproduzem a pobreza e a exclusão social. Hoje é uma comunidade onde se pode identificar a nível individual mudanças nos planos afectivos, emocionais e cognitivo, gerando auto-estima, autoconfiança em termos pessoais e profissionais e a nível do colectivo verificaram-se mudanças associadas à aprendizagem da capacidade de auto organização da acção colectiva e acesso aos serviços e a valorização da identidade cultural.

E fazendo uma retrospectiva a comunidade de Lajedos no estudo sócio económico realizado pelo Atelier Mar para conhecimento da comunidade antes da implementação do projecto, revelou uma comunidade sem controlo psicológico material e político nas questões quotidianas e com uma escassa ou nula incidência na tomada de decisões para melhor a sua vida.

Hoje é uma comunidade com recursos individuais (dinheiro, informação, atitude) e um capital social que serve de base para a acção colectiva, que vai lhe ajudando a responder as suas necessidades comuns.

O modelo do empowerment na perspectiva do desenvolvimento local reflectiu o vínculo entre o acesso e controlo sobre os recursos e a redução da pobreza. O acesso e o controlo sobre os recursos públicos e privados como tínhamos visto no enquadramento teórico sobre o empowerment, são imprescindíveis para que os povos mantenham seus modos de produção e organização social, sendo eles os próprios a controlarem o seu desenvolvimento, com os seus

recursos assim como os direitos associados pelo seu próprio desenvolvimento. A propriedade e controlo sobre os recursos reforçaram a autonomia colectiva, assegurando a sustentabilidade dos seus modos de produção e garantindo uma fonte estável de recursos a disposição da população e o desenvolvimento das suas actividades culturais. Assim o acesso e controlo sobre os recursos conduziram a uma maior autonomia e estilos de vida sustentáveis, e de esta forma a redução da pobreza e da exclusão social.

Verificou-se também a relação entre a participação mais equitativa e a tomada de decisões e redução da pobreza. O desenvolvimento das oportunidades de participação na economia nacional ajudou na sustentabilidade dos seus modos de produção e permite a população vender os seus produtos em condições mais igualitárias, através de melhores canais de comercialização ou infra-estruturas, o que vai lhes possibilitou participarem nas decisões políticas e económicas que lhes afectam, desta forma privando da marginalização económica, social e cultural. Por outro lado a participação na tomada de decisões facilita a promoção de políticas que reforcem a sua identidade e modos de produção, e facilita a interacção com outros grupos sociais.

4 – SUSTENTABILIDADE

Lajedos, era uma comunidade isolada, com uma população sem qualquer consciência da gravidade da sua situação. Com o projecto de Desenvolvimento Local, a população de Lajedos passou a ter consciência dos problemas da pobreza e exclusão social e de formas de os combater. A comunidade de Lajedos atingiu um nível de desenvolvimento em que é quase inevitável a sustentação das actividades. Hoje é uma comunidade dotada de infra-estruturas ao nível social, construídas no âmbito do projecto e acompanhadas de programas de formação, introduzindo novas tecnologias de construção, valorizando o tradicional e o uso de material endógeno o que garante não só a melhoria da habitabilidade como o efeito multiplicador e a continuidade das acções. Por outro lado já existe também uma continuidade já assegurada de alguns projectos geradores de rendimento que já se encontram consolidados:

“Sim, projectos são autónomos e já consolidados” (AM)

“Já estão consolidadas muitas actividades ou seja, podem auto-financiar e terem assim continuidade.” (AM)

“A própria comunidade já consegue caminhar sozinha”. (Part.)

“A Babilónia como restaurante e pelo impacto que poderá vir a ter também vem ajudar nesta sustentabilidade” (Part)

“Hoje já somos capazes de manter a nossa comunidade neste ritmo de desenvolvimento” (Part.)

“Em Lajedos por exemplo o Atelier Mar já não intervêm na actividade económica dos grupos, e o único que ainda damos um certo apoio é o de turismo solidário de base comunitário – financiamento. O resto é autónomo, as pessoas tem de gerir os seus conflitos, procurar resolver os problemas tecnológicos. Para o A M, isto está a correr bem, a pessoas facturam bem. Há umas regras bem claras em qualquer um dos projectos em Lajedos, inspirados no cooperativismo, há uma distribuição de lucros internos pelos produtores e há um fundo que não se mexe que é a “semente”. A ideia que havia era que a semente era para gastar, isso foi um trabalho grande mas conseguimos convencer as pessoas que o excedente é para amortizar e depois investir.” (AM)

O Atelier Mar ao desenhou o projecto acreditou que a melhor forma de lutar contra a pobreza e a exclusão social que vivia a população de Lajedos era lançando bases para a sustentabilidade das suas acções no pós-projecto, por estas razões pode-se dizer que foram criadas as bases para a sustentabilidade do projecto:

“O Atelier Mar ensinou-nos a andar com os nossos próprios pés”. (Part)

“Sim, se tivermos iniciativa e continuarmos a pensar em coisas novas no sentido de ajudar a desenvolver a nossa comunidade cada vez mais.” (Part.)

“Já temos a enxada para trabalhar”. (Part.)

“Uma vez que o projecto gera recursos próprios, acredito que vá em direcção a sustentabilidade”. (Part.)

“Da minha parte continuarei a fazer como tenho feito e a tentar melhorar quando o Atelier Mar deixar de intervir.” (Part.)

“Projecto induz ao desenvolvimento, gera conhecimento, mexe com competências e isso leva ao empowerment. Vamos notar isso na geração que está a emergir.” (AM).

Em geral há um consenso em relação a sustentabilidade do projecto de desenvolvimento comunitário de Lajedos:

“Acredita sim na sustentabilidade. Nos adultos hoje isso não se nota muito, mas acredita que as crianças terão outra forma de ver o mundo”. (AM)

“Lajedos têm um potencial”. (Part.)

“Acredito sim porque muita coisa já está consolidada e poderão servir de espelho para os projectos mais atrasados ou novos que possam vir a aparecer.” (AM)

“O facto da associação não entender muito com o Atelier Mar pode comprometer a sustentabilidade do projecto em termos comunitários, mas individualmente já estamos esclarecidos o suficiente para tocarmos as nossas vidas”. (Part.)

“Sim, já se nota essa sustentabilidade. Por exemplo a comunidade de Lajedos hoje destaca-se pela sua forma de estar e pela sua atitude. As pessoas já perceberam que tem de ser elas a guiar as suas vidas. Muitas delas já me procuraram para expor algumas ideias de pequenos negócios. Já têm todo um espírito de empresário dentro deles, algumas vezes com alguma insegurança, mas certos que são capazes”. (Obs.)

“Sensibilização da população para os problemas do lixo e conservação do ambiente”. (Obs.)

“Acho se o Atelier Mar sair agora, as coisas poderiam decair, mas continuávamos a lutar pela nossa vida e pela nossa comunidade” (Part.)

“Acredito sim na sustentabilidade... agora somos um povo de olhos bem abertos”. (Part).

Lajedos tem um potencial, sendo deste modo uma referência tecnológica nacional, devido ao facto de ser um terreno de diversas experiências. Há muitas actividades geradoras de

rendimento que já são auto-financiadas, garantida assim esta continuidade. Todas as infra-estruturas construídas ao longo do projecto, acompanhadas das acções de formação de operários, introduzindo novas tecnologias de construção, a valorização do tradicional, sobretudo o uso de materiais locais são outras formas de garantir a sustentabilidade destas acções.

As actividades geradoras de rendimentos têm contribuído com uma parte dos seus lucros para um fundo comum destinado à comunidade e actividades que possam vir a ser importantes para o bem-estar da população de Lajedos. Em termos culturais, o reaparecimento das actividades artesanais, o orgulho das pessoas em se assumirem como continuadores das mesmas também traz a ideia de continuidade.

VII – CONCLUSÃO

Como vimos anteriormente no enquadramento teórico e ao longo do estudo de caso, o empowerment é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população, superar as principais fontes de privação das liberdades, de construir e escolher melhores opções, bem como de mobilizar as energias para a luta pelos seus direitos no plano local. Mas o empowerment também é um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza.

Esta dissertação começou por mostrar a evolução do conceito de Desenvolvimento, para chegarmos ao empowerment, o que nos dá uma ideia clara de todo o percurso que este conceito teve. E hoje está completamente fora de questão pensar no desenvolvimento, na luta contra a pobreza e exclusão social sem pensar no Empowerment dentro de um contexto de desenvolvimento Local.

Todos os conceitos definidos e debatidos no enquadramento apresentaram de extrema importância na discussão do tema proposto, servindo de apoio em toda a face de preparação e chegada ao terreno. E por fim, foi de extrema importância na fase de análise do projecto, uma vez que permitiu confrontar a teoria com a prática.

Em relação ao estudo de caso e mais precisamente no enquadramento do estudo no país e no seu contexto houve uma vertente que não foi explorada - a questão da exclusão social em Cabo Verde. A pobreza sempre foi considerado um problema das ilhas mas a exclusão social não. É um problema recente, que esta a emergir, Cabo Verde começa a conter no seu tecido social germes de exclusão social, quase que de forma idêntica aos países europeus, mas, é uma situação que ainda não suscita interesse e que não se verifica em todo o país, logo pouco estudada. Por estas razões, não encontrei nada documentado relativamente ao tema.

Dá análise do projecto “Desenvolvimento Comunitário de Lajedos” já se pode responder as 4 perguntas que fazem parte do objectivo específico desta dissertação:

1. É um projecto de desenvolvimento local?
2. Luta contra a pobreza e exclusão social?
3. Possibilita o empowerment da população?
4. Tem sustentabilidade económica e social no tempo?

Em relação a primeira questão é de salientar que o projecto é sim um projecto de Desenvolvimento local, uma vez que é um processo de mudança centrado numa comunidade com necessidades por satisfazer, levando à mobilização das capacidades locais, de forma participada pela sua população, através do recurso a capacidades endógenas, numa perspectiva integrada, num trabalho em parceria, com impacto em toda a comunidade e respeitante da sua diversidade.

É um projecto que resultou das relações humanas, que partiu de “baixo para cima” e de “dentro para fora”, estimulando o protagonismo local e desencadeando acções numa lógica de luta contra a pobreza e a exclusão social.

Neste projecto de desenvolvimento local teve um aspecto menos positivo e que era importante levar em conta nas próximas intervenção desta natureza. Ficou a faltar uma figura mediadora em todo o processo. O projecto não investiu na formação de líderes locais para a capacitação e para a acção colectiva, que servissem de ponte entre o Atelier Mar e a população, que fizesse circular a informação. E isso levaria a um maior envolvimento e participação da população.

Outra questão também que não foi muito conseguida quando se avalia o projecto como um projecto de desenvolvimento local, foram as parcerias. A Câmara Municipal do Porto Novo, não teve um papel de parceiro, quando deveria ter sido. Uma parceria com esse tipo de entidade é fundamental para qualquer projecto de Desenvolvimento Local. Uma das dificuldades apontadas pelo Atelier Mar no projecto é a falta de técnicos superiores que os ajudassem a fazer uma diagnostico mais completo da situação, e este tipo de apoio deveria ser dado pela autarquia local. Durante o projecto houve situações pontuais que requeriam um maior apoio da Câmara Municipal.

Outra parceria pouco conseguida foi a falta de articulação entre o Atelier Mar e a associação de Lajedos. Esta associação tem como objectivo melhorar o nível de vida da população e zelar para o seu bem-estar, assim sendo deveriam ter colaborado mais com o projecto, juntando esforços para ter resultados mais satisfatórios.

Outra fragilidade foi a falta de técnicos superiores com o espírito de missão que uma ONG exige. A União Europeia em diversas ocasiões financiou salários para técnicos superiores envolvidos nos projectos e muitos desses financiamentos não chegaram a ser concretizados, devido a dificuldade de encontrar técnicos com o perfil pretendido. Na fase, diagnóstico das necessidades o Atelier Mar sentiu necessidade de ter um apoio mais científico no sentido de os ajudar melhor a conhecer a comunidade e a sua população.

É um projecto que luta contra a pobreza e exclusão social uma vez que investiu no crescimento económico respeitando sempre a cultura e o ambiente procurou sempre a integração económica e social, melhorou o nível de vida da população em relação ao emprego, a saúde, a educação e a habitação e todas as repercussões que estas melhorias possam trazer. Facilitou o empowerment da população envolvida através da consciencialização e do reforço das suas competências, permitindo desconstruir o discurso oficial sobre a pobreza e exclusão social em Lajedos, reconhecendo que são capazes de alterar esta dinâmica com trabalho e com organização dentro da sua comunidade numa perspectiva de inter ajuda e solidariedade e também permitindo-lhe o desenvolvimento de competências sociais, pessoais e profissionais.

Pode-se considerar que o empowerment foi a via, a estratégia que o projecto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos usou para combater a pobreza e a exclusão social desta localidade, uma vez que a realidade foi construída a partir da existência das coisas, da difusão de ideias, da criação de opinião, do sentido que o homem dá a sua existência, a construção da vida quotidiana que constitui a realidade social. Permitiu a criação de acesso e controlo sobre os recursos e bens (materiais, financeiros e de informação) para permitir a população o uso afectivo das oportunidades, direitos e habilidades ajudando-os a adaptar a sociedade em que vivem.

Verificou-se empowerment na medida em que os actores locais reconhecem-se neles como sujeitos do seu próprio destino. Verificou-se empowerment a nível individual e colectivo. A nível individual está-se a falar do auto estima, do auto confiança pessoal e profissional, com capacidades de exercer liderança, a motivação, a iniciativa, a criatividade e espírito crítico são outras características que passaram a fazer parte da população de Lajedos. A nível colectivo a comunidade passou a organizar-se melhor, com espírito de ajuda e solidariedade, valorizando sempre a sua cultura. O redescobrir e valorizar a sua cultura foi um factor muito importante em todo o projecto, uma vez que facilitou o convívio e criou motivação para o desenrolar de outras actividades importantes. Hoje a comunidade tem capacidade reivindicativa, com opinião que sabe lidar com as autoridades e as instituições.

Uma vez que se considera alcançado o empowerment da população, a questão sustentabilidade do projecto está teoricamente respondida, dado que um desenvolvimento local sustentável é aquele que é capaz de auto organizar-se, de reproduzir e auto gerir as condições para a sua continuidade. E só o empowerment da população envolvida é capaz de permitir esta continuidade.

Já dizia Einstein “*A mente que abre para uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.*” Esta frase ilustra bem a sustentabilidade que o empowerment acarreta. Um projecto que permitiu o desenvolvimento humano e social, um desenvolvimento que investiu na riqueza, na cultura, no conhecimento, no poder e no meio ambiente é um desenvolvimento com todas as condições para ser sustentável no tempo.

Muitos ainda não acreditam na sustentabilidade do projecto, mas as bases já estão lançadas, o projecto em toda a sua extensão instituiu a sustentabilidade, e o que a comunidade aprendeu já é considerado um activo e é muito importante que com a saída definitiva do Atelier Mar, Lajedos dê continuidade a esta dinâmica de desenvolvimento.

Um dos grandes objectivos do projecto foi que com o fim deste, houvesse continuidade e autonomia. Neste momento é difícil verificar essa sustentabilidade, visto que o projecto se encontra a decorrer, mas tudo indica que sim, que o projecto lançou as bases para uma sustentabilidade económica e social.

Segundo o Atelier Mar, a comunidade no formato em que se encontra já chegou no seu limite. Precisa de jovens, da comunidade de Lajedos ou não, com alguma visão, com preparação académica e capacidade empreendedora para intervir. Não fazendo mais sentido o Atelier Mar continuar a intervir mais em Lajedos, poderão sim dar sempre algum apoio em termos pontuais. Neste momento ainda estão na localidade a dar o apoio inicial ao projecto de “Turismo Rural”.

É uma comunidade que já está aberta para outras ideias e empreendedorismo externo, já havendo sinais nomeadamente no Turismo. Vai nascer um aglomerado de habitações turísticas, (iniciativa do Atelier Mar, dentro da associação que criaram para este sentido) já tem interessados e investidores a procura de terrenos para intervir. No turismo, estão a preparar a comunidade a tomar iniciativas endógenas para direccionar um pouco o perfil que estas actividades turísticas podem ter. Por isso é que criaram a Babilónia, foram dadas as formações, mostrando a importância do conceito de turismo com base solidária. O produto já está criado e já foi introduzido em todos os operadores turísticos do país, introduzindo este conceito nas suas rotas, e já é reconhecido pelo governo.

A questão referente a sustentabilidade não fica respondida nesta dissertação, dado que é prematuro tirar esse tipo de ilações, mas deixou aqui pistas para futuras investigações. A questão sustentabilidade, continuidade, poderá ser respondida pelo Atelier Mar ou por investigadores com interesse nesta matéria em futuras investigações.

De uma forma geral pode-se considerar que é um projecto com um bom nível de sucesso e que poderá servir de apoio para o desenvolvimento noutras localidades, respeitando sempre as especificidades de cada local. Para o Atelier Mar é uma experiência piloto muito importante para a história da ONG, uma vez que a dinâmica deste projecto – avanços, retrocessos, problemas enfrentados, soluções, consolidação de práticas, as metodologias testadas, permitiu-lhe uma maturidade para estarem mais atentos nas suas próximas experiências de desenvolvimento local.

Por ser um estudo de carácter exploratório, não se confirmaram pressupostos de teorias já existentes, mas sim tentou-se criar conhecimento a partir de um exercício de construção e acomodação da teoria existente. E neste sentido pode ser discutível a generalização dos resultados obtidos uma vez que se aplicou um quadro teórico a um caso particular.

Ao escolher a observação do investigador como ferramenta para analisar o projecto, fui confrontado com os riscos que uma investigação desta natureza acarreta, a proximidade adquirida nesta observação põe de parte a distancia que dá a objectividade ao trabalho. Mas o desenho da investigação qualitativa como um paradigma interpretativo baseada na análise e na interpretação dos resultados, me obriga desta forma a escolher a observação como ferramenta adequada para conhecer, descobrir, descrever e analisar este grupo social dotado de um universo cultural, sociológico e comunicativo.

A interpretação e análise dos dados neste trabalho de campo nos permite ter um material de enorme valor empírico que serve para confrontar as teorias desenvolvidas, confirmando-as ou rebatendo-as... a metodologia utilizada neste trabalho foi suficiente, uma vez que com os dados recolhidos e a confrontação com a teoria encontrou-se o que foi traçado como objectivo específico deste trabalho que era encontrar uma série de categorias e alguns indicadores que permitissem interpretar e analisar o impacto do projecto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos na perspectiva do Empowerment da população.

O facto de a investigação ter privilegiado o uso de técnicas qualitativas de investigação se deve aos temas propostos como pobreza, exclusão, cultura, identidade, empowerment e sustentabilidade serem complexos e um estudo qualitativo nos permite uma maior objectividade na captação da realidade que é sempre complexa, preservando a espontânea continuidade temporal que os é inerente. E assim sendo, surge também as limitações que esta metodologia acarreta, não sendo possível a realização de nenhuma inferência de natureza estatística com a intenção de generalizar os resultados a populações maiores. Permite sim uma generalização analítica, ou seja ampliação dos conhecimentos teóricos existentes em função

da análise da evidência obtida através da lógica da construção de uma explicação (Perez, 1999).

Chegando ao fim deste estudo de caso, acredito que a sistematização destes conceitos e os resultados obtidos poderão ser de extrema importância para Cabo Verde uma vez que é um país onde a pobreza desde sempre tem tido grande expressão, e pelo facto também da exclusão social ter vindo a assumir dimensões nunca imaginados neste país.

Que sirva de incentivo as ONG do país, ao poder político para traçar estratégias de luta contra a pobreza e exclusão social com eficácia, que acabam com a lógica do assistencialismo e que adoptem uma postura que conduza os Cabo-verdianos ao empowerment, a participação nas decisões que fazem parte das suas vidas, ao empreendedorismo, a uma cultura de trabalho, de formação, de criatividade, de competitividade (apoio às pequenas e médias empresas); infra-estruturação, coesão social e cidadania.

BIBLIOGRAFIA

ALBINO, J. (2004). Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal. ANIMAR. Lisboa.

AMARO, R. (1990). “O «Puzzle» Territorial dos Anos 90 – Uma Territorialidade Flexível (e uma nova base para as relações entre as nações e regiões) ”. Revista Vértice, PP.39 -48. Lisboa.

AMARO, R. (Coord.) (1992). “Iniciativas de Desenvolvimento Local – Caracterização de alguns exemplos. ISCTE/IEFP. Lisboa.

AMARO, R. (1998). *O desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro*. A Rede para o Desenvolvimento Local, Novembro, Ed. Especial. Lisboa.

AMARO, R. (Coord.) (2000). Iniciativas de Desenvolvimento Local - Caracterização de alguns exemplos. ISCTE/ IEF. Lisboa.

AMARO, R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria. Caderno de Estudos Africanos nº 4. ISCTE. Lisboa. (pp 35 a 70)

AMARO, R. (2004). A animar nos caminhos e desafios do desenvolvimento local em Portugal em Albino, J. (Coord). Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal. Animar. Lisboa.

ACEP (1999). As ONG’s dos países de Língua oficial Portuguesa na Luta Contra a Pobreza pelo bem-estar e a Cidadania ACEP. Lisboa

ARDNT, H. (1987). Economic Development, The History of an Idea. The University of Chicago Press. Chicago.

BARQUERO, A. (1988). Desarrollo Local: Una Estrategia de Creacion de Empleo. Edicion Pirámide. Madrid.

BECKER, B. & Miranda, M. (1997) A geografia política do desenvolvimento sustentável. UFRJ. Rio de Janeiro.

PEREZ, J. (1999). El estudio de casos como estrategia de construcción teórica: características, críticas y defensas”. *Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa*, N°3: 123-140.

BRITO, B. (2004). Turismo ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe. Tese de doutoramento em Estudos Africanos. ISCTE. Lisboa.

BUREAU INTERNACIONAL DO TRABALHO (2003). A Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal: Experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza. BIT. Franca

CAPUCHA, L. (1992). Problemas de pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida. Tese de Mestrado. ISCTE. Lisboa.

CAPUCHA, L. (2004). Desafios da Pobreza. Tese de Doutoramento em Sociologia. ISCTE. Lisboa.

- CARDOSO, M. (2005). Importância da criação de infra-estruturas e da formação de recursos humanos no desenvolvimento: os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Tese de Doutoramento. ISCTE. Lisboa.
- CEPAL - Comissão Europeia para América Latina e Caribe (2001)
- CNUMAD (1992). Agenda 21. CNUMAD - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.
- COSTA, A. B. (2005). Exclusões Sociais. Gradiva Publicações Lda. 5ª Edição. Lisboa.
- COSTA, A. B (1985). A Pobreza em Portugal. Caritas. Lisboa.
- COSTA, A. (2002) *Género, poder e empoderamento das mulheres*. ActionAid Brasil. Rio de Janeiro
- DUTRENIT (s.d). Los Derechos Fundamentales que se han de garantizar son de índole civil, económica, social a la vez. Madrid.
- EISENSTADT, S. (1991). A Dinâmica das Civilizações: Tradição e Modernidade, Edições Cosmos. Lisboa.
- ESTEVÃO, J. (2001). As Pequenas Economias Insulares e as Condições do Desenvolvimento Económico em K(C)ultura, Revista de estudos Cabo-verdianos. ISEG. Lisboa.
- ESTIVILL, J. (Coord). (1997). O partenariado Social na Europa – Uma Estratégia Participativa para a Inserção. REAPN. Tradução Portuguesa. Porto.
- FERGE, Z. (1987). Studying Poverty, in Ferge & Miller (eds). Dynamics of Deprivation – an International Project sponsored by the European Centre for Social Welfare Training and Research (pp 9-30). Hants: Gower.
- FRANCO, A. (1995). A nova política da contemporaneidade. Àgora. Instituto de Políticas. Brasília
- FRIEDMANN, J. (1992). Empowerment – The Politics of Alternative Development. Blackwell Publishers Inc. USA
- FRIEDMANN, J. (1996). Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo. Celta Editora. Oeiras.
- GAMA, C. (2004). Micro crédito: Um Instrumento de Luta contra a Pobreza na cidade da Praia. Tese de Mestrado em Desenvolvimento Económico e Social em África. ISCTE. Lisboa.
- GICEA (2000). Avaliação de Projectos Locais – Empowerment. Espaço e desenvolvimento. Lisboa.
- GRASSI, M. (2002). Género, empresariado e desenvolvimento em contextos não ocidentais: rabadantes do mercado Sucupira em Cabo Verde. Tese de Doutoramento em Economia. ISCTE. Lisboa.
- GUERRA, I. (2002). Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais. Principia. Lisboa. 2ª Edição.
- GREFFE, X. (1989). Descentraliser pour L'emploi: Les initiatives locales de développement. Editions Economica. Paris.
- HENRIQUES, J. (1990). Municípios e Desenvolvimento. Escher Publicações. Lisboa.

HENRIQUES, J. (1990). Subdesenvolvimento local, iniciativa municipal e planeamento territorial em sociedade e território, nº 12. Pp.84/91. Lisboa.

HENRIQUES, J. (Coord). (2000). Avaliação de Projectos Locais - Empowerment. Espaço e Desenvolvimento. Lisboa

HOUÉE, P. (2001). Le développement Local au Défi de la Mondialisation. L'Harmattan. Paris.

LEMONS, J. (2003). Respostas Locais a Determinantes Globais. Tese de Mestrado em Demografia e Sociologia População. ISCTE. Lisboa.

INE-CV (2000). Cabo Verde

INE-CV (2003) Evolução da Pobreza em Cabo Verde. Cabo Verde

IORIO, C. (2003). Algumas considerações sobre estratégias de empowerment e de direitos em Romano e Antunes (Org). Empoderamento e direitos no combate a pobreza. ActionAid. Rio Janeiro.

JAMBES, J. (2001). Territoires Apprenants. L'Harmattan. Paris

JESUS, A. (2005). O desenvolvimento dos Recursos Humanos em Cabo Verde: A Formação profissional no quadro dos pressupostos do desenvolvimento local. Tese de Mestrado. ISCTE. Lisboa

MARQUES, J. (2000). Desenvolvimento Local em Espaço Rural e Novas Competências - a participação do cidadão no conselho de Santa Comba Dão. CEG Universidade de Lisboa. Lisboa

MILANO, J. (2003). O desenvolvimento participativo em contextos institucionais adversos. Tese de Mestrado. ISCTE. Lisboa

NAVIA DE GUZMÁN, O. (1997). Libro de consulta sobre Participacion. IADB

NUNES, M. (2002) Parcerias e Empowerment – a experiência da iniciativa EQUAL em Cidades e Territórios. ISCTE. Lisboa

OIT (2003). A Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal – Experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho.

OMAN, C. & WIGNARAJA (1991) The Postwar Evaluation of Development Thinking. MacMillan. Londres.

PALMA, G. (1981). “Dependência: Uma teoria formal de subdesenvolvimento ou uma metodologia para a análise de situações concretas de subdesenvolvimento.

PEREIRA, E.(2000). Conceitos, Medidas e Estratégias de Luta Contra a Pobreza em Africa: a Procura de um Novo Consenso. Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

PEREIRA, E (2005) O empowerment como elemento fundamental nas estratégias de luta contra a pobreza em Africa. In Barata, O & Infanta, S. (Coord). Género, Educação e Poder. ISCSP. Lisboa

PEREIRINHA, A. (Cood.). (1992). Observator On National Policies to Combate Exclusion. Lisboa. Lille – European Economic Interest Group.

- FERNANDES (2006). Processos de desenvolvimento em Moçambique: Unidade do Estado e desenvolvimento Local no Contexto do Pluralismo Administrativo. ISCTE. Lisboa.
- FRANCO, A. (1995). A nova política de contemporaneidade. Àgora – Instituto de Políticas. Fase. Brasília.
- PROGRAMA DE COOPERAÇÃO (2002). Europa América Latina. Sofinço. São Paulo.
- PROGRAMA DE POBREZA III (1994). Pobreza é com Todos: Mudanças Possíveis. Lisboa. Comissão das Comunidades Europeias.
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA (1998). Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção – Debate promovido pelo Presidente da República durante a deslocação a projectos de luta contra a pobreza. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Debates. Coimbra.
- RAPPAPORT, (1998) Handbook of Community Psychology. New York. (pp. 43-63).
- RICK (1995). Citizen participation and empowerment. American Journal of Community Psychology. Oct. v. 23. nº 5. Pp 657-76.
- SAMANTER, I. (1978) De Crecimiento a Necesidades Básicas, La Evolution de la Teoria del Desarrollo in Selecccion de Articulos de la Month.
- SAN PEDRO, P. (2006). O indivíduo como agente de mudança. O processo empowerment. FRIDE.
- SARES, A. (1997). Desenvolvimento participativo na Guiné-Bissau. Tese de Mestrado em Estudos Africanos. ISCTE. Lisboa.
- SECRETARIA DE ESTADO PARA A LUTA CONTRA A POBREZA (1998). Programa Nacional de luta contra a pobreza em Cabo verde. Praia.
- SEN, G. (1997). Empowerment as an approach to provety. PNUD.
- SCHIEFER, U. (2000), (Coord). Manual de Planeamento de Projectos – MAPA: Método Aplicado de Planeamento e Avaliação. Editorial do Ministério de Educação. Lisboa.
- SPREITZER, G. (1995). Psychological empowerment in the workplace: Dimensions, measurement, and validation. Academy of Management Journal, 38 (5): 1442-1465.
- SO, A. (1990). Social change and development. Modernization, dependency and world system theories. Sage. Califórnia.
- TORIBIO, J. (2001). Globalización, Desarrollo Y Pobreza - Reflexiones Desde La Libertad. IESE. Madrid.
- TORRES, A. (1993). Dinâmicas dos projectos de luta contra a pobreza: problemas e percursos de intervenção”. Em Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do II congresso Português de Sociologia, vol. II. ASP. Editora Fragmentos, pp. 695/709.
- UNCTAD - United Nations Conference for Trade and Development (2006). INFORME SOBRE EL COMERCIO Y EL DESARROLLO - PANORAMA GENERAL.
- UNDP (1990). Human Development Report 1990. UNDP. New York.
- UNDP (1998a). Human Development and Human Rights, Report of the Oslo Symposium, 2-3 October 1998. UNDP: New York

UNDP (1998b). *Integrating Human Rights with Sustainable Human Development*. Washington: Communications Development Incorporated.

UNDP (1999). *Kenya Human Development Report 1999*. UNON: Kenya.

UNDP (2000a). *Human Development Report 2000*. Oxford University Press. New York.

UNDP (2000b). *Informe del PNUD sobre la Pobreza 2000*. Superar la Pobreza Humana. Oxford University Press. New York.

WHITE & GASSER (2001). Local economic development: a tool for supporting locally owned and managed development processes that foster the global promotion of decent work, Departamento de Criação de Emprego e desenvolvimento Empresarial da OIT, Genebra.

VILLACORTA, A. & RODRÍGUES, M. (2003). In Romano e Antunes (Org). Empoderamento e direitos no combate a pobreza. ActionAid. Rio Janeiro.

ZIMMERMANN, M. (2000), & WARSCHUSKY, S. (1998). Empowerment theory for rehabilitation research: Conceptual and Methodological Issues.

ZIMMERMAN, M. (2000). Empowerment theory. In J. Rappaport & E. Seidman (Eds). *Handbook of community psychology* (pp. 43-63). Kluwer. New York.

ANEXOS

1 – MAPA CABO VERDE	Pag. 148
2 – MAPA ILHA SANTO ANTÃO.....	Pag.149
3 – FOTOGRAFIAS LAJEDOS E DO PROJECTO.....	Pag. 150
4 – GUIÃO GERAL DE ENTREVISTA.....	Pag.156
5 – GRELHAS DE ANALISE.....	Pag.162

1- MAPA DE CABO VERDE



2 – ILHA DE SANTO ANTÃO – LAJEDOS



Comunidade de Lajedos



Energia Foto voltaica



Escola Comunitária



Agro-pecuária



Oficina Pedras e Lajetas



Atelier Doces e Licores





Cestaria



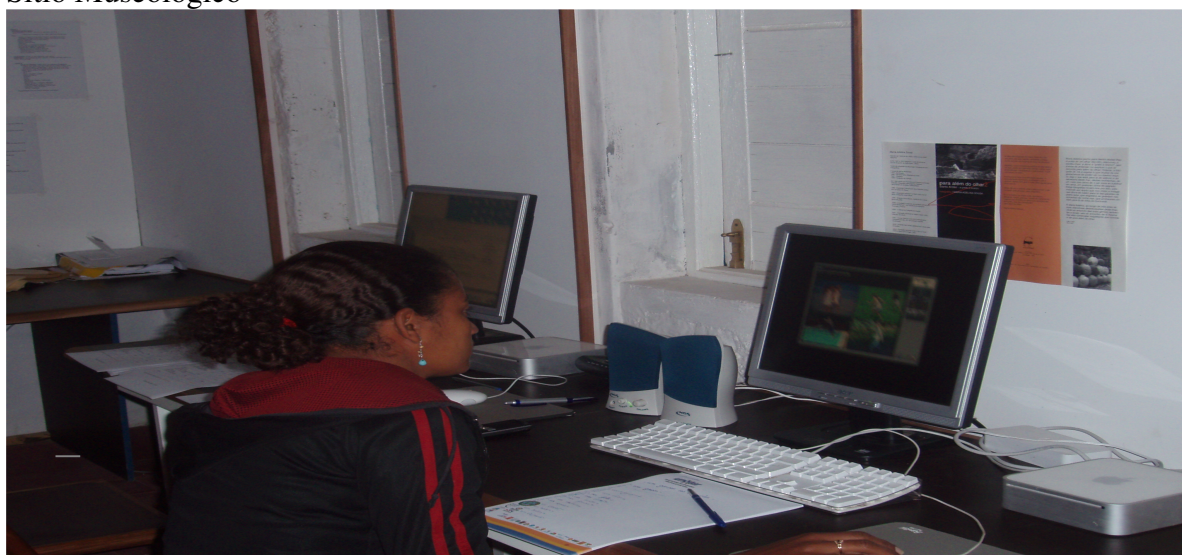
Cerâmica



Corte e Costura



Sítio Museológico



Restaurante Babilónia



Babilónia, criação cabras



Feira Lajedos



4 – GUIÃO DE ENTREVISTA

1 - Atelier Mar (dirigentes, técnicos e coordenadores)

Conhecer melhor o Atelier Mar

1. Origem e Fundadores do ONG
2. Objectivos iniciais
3. Filosofia
4. Nº de pessoas e de projectos
5. Financiamentos
6. Zonas em que actuam
7. Dificuldades
8. Actividades, projectos desenvolvidas

Descrição do projecto “Desenvolvimento comunitário de Lajedos”

1. Ideia inicial do projecto e quais as condições internas e externas para a sua implementação.
2. Caracterizar a comunidade de Lajedos (população e infra-estruturas básicas)
3. Objectivos iniciais.
4. Que problemas, necessidades pretendem resolver com o projecto
5. Condicionismos e factores que limitaram a implementação e desenvolvimento do projecto.
6. Apoios recebidos.
7. Principais actividades desenvolvidas.
8. Como foi promovido o contacto inicial com a comunidade local.
9. Parcerias.
10. Fases do projecto e principais actividades desenvolvidas (áreas de intervenção e grupos envolvidos).
11. Capacidades locais (recursos humanos, saberes, cultura, recursos naturais, financeiros, etc.
12. Metodologias utilizadas, organização.
13. Foi havendo adaptações ou alterações em relação aos objectivos iniciais.
14. Potencialidades e constrangimentos.
15. Como é feita a avaliação do projecto.
16. Sugestões e propostas aos promotores do projecto no sentido de reduzir os efeitos negativos e de promover uma maior integração com a comunidade.
17. Quais são as suas expectativas em relação ao desenvolvimento da comunidade de Lajedos.

Avaliação do projecto

1. Considera o projecto de desenvolvimento comunitário de Lajedos como um projecto de desenvolvimento Local. Porquê?
2. Este projecto teve em consideração no seu desenvolvimento aspectos da cultura local?
3. Como avalia a participação da comunidade, houve formas de a incentivar?
4. Até que ponto as pessoas se sentiam responsabilizadas?
5. Quem pode ser considerado parceiro do Atelier Mar neste projecto?
6. Acha que o projecto tem contribuído para a criação de emprego, de infra-estruturas e para a melhoria na educação?
7. É possível a sustentabilidade do projecto – quando o Atelier Mar sair, acredita que o projecto seguirá?
8. Alguma preocupação em especial com o Ambiente?
9. Até que ponto o projecto contribuiu para a melhoria das condições de vida da população?
10. E em relação a infra-estruturas (água, electricidades, estradas)?
11. Desenvolvimento industrial (pequenas e médias industrias)?
12. O projecto (ou a formação) alterou coisa na vida das pessoas beneficiadas em termos individuais?
13. Se não fosse este projecto como acha que estaria as suas vidas agora?
14. Sente as pessoas mais solidárias umas com as outras depois da implementação do projecto de desenvolvimento (inter ajuda)?
15. Há uma maior valorização da cultura por parte dos beneficiários?
16. Maior acesso aos serviços?
17. Há alguma associação na comunidade e como funciona – é auto-suficiente (capacidade de realização)?
18. Maior dialogo entre a comunidade e as instituições?
19. Capacitação de lideres locais?

Entrevista ao Beneficiário

1. Como era a comunidade de Lajedos antes do projecto de desenvolvimento promovido pelo Atelier Mar?
2. O que melhorou na zona depois de terem iniciado o projecto?
3. Acha que as pessoas todas da comunidade ficaram a saber do projecto e foram incentivados a participar?
4. Participou com sugestões e ideias nalguma actividade ou projecto?
5. Acha que o projecto tem contribuído para a criação de emprego, de infra-estruturas e para a melhoria na Educação?
6. E de uma forma geral, gostaria de saber até que ponto considera que o projecto contribui para a melhoria das suas condições de vida?
7. Se o Atelier Mar saísse agora, acredita que a comunidade sozinha conseguia continuar nesta linha de desenvolvimento iniciado e incentivado pelo Atelier Mar?
8. O projecto (ou formação) alterou alguma coisa na sua vida em termos individuais?
9. E a nível familiar?
10. Se não fosse o projecto como acha que estaria a sua vida agora?
11. Sente as pessoas mais solidárias, umas com as outras depois da implementação do projecto de desenvolvimento?
12. Sente que houve uma atenção em tentar valorizar a cultura local?
13. Há maior acesso aos serviços?
14. Há alguma associação na comunidade, como funciona – é auto-suficiente?
15. Maior dialogo entre a comunidade e as instituições?
16. Sente que houve emergência de líderes locais? E capacitação?

Entrevista a técnicos projectos específicos

1. Acha que a formações (guia e governantas) é uma forma de capacitar os actores locais de desenvolvimento?
2. Quais são os objectivos desta projecto?
3. Que problemas, necessidades pretendem resolver com o projecto?
4. Fases do projecto e principais actividades desenvolvidas
5. Que capacidades locais (recursos, saberes, cultura) foram considerados?
6. Qual a sua opinião do actual estado de desenvolvimento da comunidade de Lajedos?
7. Quais são as suas expectativas em relação ao desenvolvimento da comunidade de Lajedos.
8. Quais são os principais problemas que se colocam ao desenvolvimento da comunidade?
9. Como avalia a participação da comunidade na concepção e implementação do projecto de desenvolvimento comunitário de Lajedos. Houve formas de a incentivar?
10. Foi havendo adaptações ou alterações em relação aos objectivos iniciais?
11. Potencialidades e constrangimentos?
12. Considera o projecto de desenvolvimento comunitário de Lajedos como um projecto de desenvolvimento Local?
13. É possível a sustentabilidade do projecto?
14. Houve valorização da identidade cultural?
15. Alguma preocupação em especial com o ambiente?
16. Acredita que o projecto luta contra a pobreza e exclusão social?
17. Sente alguma alteração em termos individuais nos indivíduos que são considerados beneficiários
18. A vida das pessoas estariam diferentes se não fosse este projecto?
19. Sente alguma espécie de solidariedade e inter ajuda incentivado pelo projecto?

Associação de Lajedos

1. A seu ver, quais são os principais problemas que se colocam ao desenvolvimento de Lajedos?
2. Como avalia a participação da comunidade na concepção e implementação do projecto de desenvolvimento comunitário de Lajedos. Houve formas de a incentivar?
3. Como era a comunidade de Lajedos antes do projecto de desenvolvimento promovido pelo Atelier Mar.
4. O que melhorou na zona depois de terem iniciado o projecto?
5. Acha que as pessoas todas da comunidade ficaram a saber do projecto e foram incentivados a participar?
6. A associação participa com sugestões e ideias nalguma actividade ou projecto?
7. Acha que o projecto tem contribuído para a criação de emprego, de infra-estruturas e para a melhoria na Educação?
8. E de uma forma geral, gostaria de saber até que ponto considera que o projecto contribui para a melhoria da condição de vida dos mais desfavorecidos?
9. Se o Atelier Mar saísse agora, acredita que a comunidade sozinha conseguia continuar nesta linha de desenvolvimento?
10. O projecto (ou formação) alterou alguma coisa na sua vida em termos individuais?
11. E a nível familiar?
12. Se não fosse o projecto como acha que estaria a sua vida agora?
13. Sente as pessoas mais solidárias, umas com as outras depois da implementação do projecto de desenvolvimento?
14. Sente que houve uma atenção em tentar valorizar a cultura local?
15. Há maior acesso aos serviços
16. Como funciona a associação, é auto-suficiente?
17. Maior dialogo entre a comunidade e as instituições
18. Sente que houve emergência de líderes locais? E capacitação?

Observadores

1. Que importância e que contribuições concretas tem tido o projecto de desenvolvimento Comunitário de Lajedos no desenvolvimento da própria comunidade e do concelho?
2. Acha que tem contribuído para a formação de emprego?
3. Como avalia o papel da câmara quanto ao projecto? Existe alguma parceria?
4. Acha que o projecto tem contribuído para o aumento das iniciativas empresariais na localidade e no concelho?
5. Qual é a sua opinião acerca do actual estado de desenvolvimento da comunidade de Lajedos?
6. E que expectativas tem a respeito?
7. Quais os principais problemas que se colocam ao desenvolvimento de Lajedos?
8. Considera que o projecto de desenvolvimento comunitário de Lajedos como um projecto de desenvolvimento Local, porque? E luta contra a pobreza e exclusão social?
9. Acha que o projecto tem contribuído para a criação e emprego, e infra-estruturas e para a melhoria na educação?
10. Acredita a sustentabilidade do projecto?
11. Há valorização da identidade cultural?
12. Alguma preocupação especial com o ambiente?
13. Acredita que o projecto contribui para o empowerment da população?

5- GRELHAS DE ANALISE

Ficha 1 - Desenvolvimento Local

Fonte: Entrevistas

1 - Mudança	2 - Mobilização das Capacidades e Recursos Endógenos
<ul style="list-style-type: none">- Maior integração das crianças dentro da sua comunidade em relação aos estudos, tempos livres e adaptação as novas tecnologias.- Aumento de escolaridade das crianças e aumento da continuação estudos por parte das meninas.- Educação quer das crianças e dos adultos é vista de outra forma. "Vemos a educação de uma forma diferente, queremos que os nossos filhos frequentem a escola e sejam bons alunos". " Gostamos muito de participar em formações, temos aprendido muitas coisas novas e queremos continuar assim".- Maior integração no mercado de Trabalho- Emergência de uma Liderança feminina dentro da comunidade,-Mudanças nas relações sociais e politicas dentro da comunidade.	<ul style="list-style-type: none">- Reforço das competências pessoais e educativas através da informação formativos e educativos- Lutar contra a pobreza e exclusão através da valorização dos recursos endógenos

3 - Participação

- Nalguns momentos foi fraca uma vez que a população de Lajedos é um bocado passiva e muitas vezes com alguma dificuldade em acreditar no desenvolvimento da sua comunidade e das suas capacidades. Diagnóstico participativo junto com as pessoas e instituições Implementação junto com as pessoas
- No início do projecto a população participou muito.
- Mentalidades assistencialista, não envolvem muito.
- Participação é fraca – as pessoas em geral são desconfiadas e isto deve-se ao facto de terem passado por muitas dificuldades – comunidade especial
- Participação activa principalmente no início do projecto. Perda participação com a morte do líder. Pouca comunicação por parte da associação com o AM
- Em geral houve participação
- Nem toda a gente aderiu
- Dedicou-se de corpo e alma” no projecto “Preciso acreditar para conseguir, e eu sempre acreditei”. Muita gente participou, só não participou quem não quis.
- No início participei pouco, mas com o tempo fui vendo que o projecto era uma coisa boa, passei a participar mais.
- Pouca participação. Muitas vezes não tiveram conhecimento das formações
- De vez em quando.
- Não houve participação
- Não Participou
- Apareceu muito gente em Lajedos, tiveram contacto com outras pessoas
- Muitas vezes não se sabe das formações nem das actividades. Pouca circulação de informação
- Muita formação
- Participou em formação s/ reciclagem de papel
- Aprendeu Internet. Feira trás muita gente, muito convívio e comunicação.

- Tive formação mesa, atendimento cliente, organização de cozinha, stock, poupança de água e preservação do ambiente
- Tem participado activamente com ideias e sugestões.
- Satisfeito e participei e continuo a participar no projecto. Podem contar comigo sempre. Participo activamente.
- Participação é estendida a todos, só não participa quem não quer.
- Tenho participado com ideias e sugestões.
- Acredito no projecto e vou participar no sentido de melhorar a minha qualidade de vida.
- Sim participei sempre e continuo a participar sempre que for preciso.
- Não participou porque não acreditou no projecto no início e acredita que o projecto não estava destinado a toda a gente.
- Tenho participado, mas poderia ter participado mais, muitas vezes houve falta de informação
- Particpei sempre e tentei motivar as pessoas ao pé de mim para participarem, porque sempre tive uma vontade muito grande em ver a minha comunidade melhor
- Particpei algumas vezes nas coisas onde era possível participar. Foram organizadas algumas festas e muita gente participou.
- Sim houve muita participação e o AM esteve sempre preocupado com a participação e o envolvimento de toda a gente.
- Sim, acho que houve participação da população, mas não sei bem como foi incentivada.
- É inevitável não haver participação da população quando se trabalha com uma comunidade e com os seus recursos. Poderão sim terem ficado alguns a margem uma vez que não mostraram muito interesse no projecto.
- Eu convivo muito com a associação e acho que a parceria entre o AM e a Associação Lajedos deveria ser mais forte.
- Houve participação ao longo do projecto. As pessoas estavam muito envolvidas.
- Pedia-se opinião das pessoas para realizar qualquer actividade do projecto

Ficha 2 – Luta contra Pobreza, Empowerment e Sustentabilidade

Fonte: Entrevistas a Promotores e Técnicos do Atelier Mar

	Melhoria condições de vida (emprego, habitação, Saúde, educação, saneamento)	Empowerment	Sustentabilidade
1 M	<p>Rendimentos económicos dos chefes de famílias contribuíram para um melhoramento do nível de vida das famílias</p> <p>Acesso a produtos agrícolas e outros (ovos), e a feira contribuiu para melhor a dieta alimentar das famílias. Foram recuperados 2 hectares de terra para o cultivo de legumes e fruta.</p> <p>Entrada de rendimentos provenientes de rendas</p> <p>Nível de aproveitamento dessas crianças é o mais do conselho.</p> <p>Todas as famílias têm electricidade e telefone em casa.</p>	<p>Valorização da sua historia a partir das dificuldades (os flagelados do Vento Leste)</p> <p>Auto estima da população aumentou</p> <p>Comunidade reconhecida nível nacional, fez aumentar a confiança das pessoas</p> <p>Orgulho em serem visitados por outras pessoas que queriam conhecer a experiência</p>	<p>Sim acredita</p> <p>Pessoas com ambição e Independentes</p> <p>Associação é um bom indicador de sustentabilidade</p> <p>Independência que os projectos foram adquirindo ao longo do tempo – auto financiados</p>
2 H	<p>Emprego – directa ou indirectamente todos são beneficiados</p> <p>Infra-estruturas criadas</p> <p>Babilónia é uma referência na restauração</p> <p>Pedras se vendem em todo Santo Antão</p> <p>Doces também vendem em todo o Santo Antão e São Vicente.</p> <p>Conseguem mandar os filhos para escola</p>	<p>Projecto pretende dar instrumentos as pessoas para ganharem a sua vida, tentando resolver os problemas sociais e económicos</p> <p>Promoção pessoal dos participantes</p> <p>Afirmação pessoal</p> <p>Ambição</p> <p>Cada vez mais tem reconhecido de que são capazes.</p>	<p>Levar o modelo para outros sítios</p> <p>Há projectos consolidados</p> <p>Até já há pessoas a voltar para Lajedos e pessoas de outras comunidades a procurar emprego em Lajedos</p> <p>Preocupação constante com o ambiente</p> <p>Emergência de lideres locais</p>
3	<p>Feira permite o sustento de muitas famílias</p> <p>Escoamento dos produtos para fora da comunidade</p>	<p>Sim, simplesmente porque todo o projecto não pode passar ao lado das populações</p>	<p>Acredita sim na sustentabilidade. Nos adultos hoje isso não se nora muito, mas acredita que as crianças terão</p>

H	Emprego directo e indirecto		outra forma de ver o mundo
4 M	Tudo para melhor. Lajedos passou a ser referência de desenvolvimento para as comunidades Vizinhas.	Despertar a curiosidade artística Nível de desenvolvimento atingido levará inevitavelmente ao empowerment. Como pessoas estão cada vez melhor (> capacidade individual).	Sim, projectos são autónomos e já consolidados
5 H	Melhoria nível de vida Actividades que geram rendas	Identidade autónoma como comunidade Pessoas prenderam a gerir seus conflitos Visibilidade da comunidade Emergência de uma líderes femininos. Capacidade reivindicativa Iniciativa e Cap. Liderança “ Pessoas descobriram imensas capacidades, sentem-se capazes “	Espelho para as outras comunidades Projectos integrados na óptica cooperativismo Fundo comunitário “a semente” Lajedos têm um potencial
6 H	O projecto fez uma comunidade, tentou intervir nas áreas todas que fazem com que uma comunidade se desenvolva e seja autónoma. Melhorou muito a vidas das pessoas e da comunidade em geral.	Pessoas têm tornado autónomas, tem reconhecido que são capazes Já percebem que há outras coisas que se pode fazer e aprender Lajedos tem sido um espelho p+ara o resto do conselho de Porto Novo	Acredito sim porque muita coisa já esta consolidada e poderão servir de espelho para os projectos mais atrasados ou novos que possam vir a aparecer.

Fonte: Entrevistas a Beneficiários

	Melhoria condições de vida (emprego, habitação, Saúde, educação, saneamento)	Empowerment	Sustentabilidade
1 M	Já consegue pagar as propinas dos filhos e comprar os livros A família começou a vestir melhor Benéficos são para a comunidade – todas as pessoas de forma directa ou indirecta são beneficiadas.	Foi-nos dada formação Independência Financeira em relação ao marido Nunca mais ficaria parada sem fazer nada, tentaria sempre arranjar uma alternativa. Trazido pessoas nacionais e estrangeiras para a comunidade Sou uma pessoa que ajuda muito a comunidade, tornei-me noutra pessoa – muito participativa e sempre pronta para novas coisas e ideias.	Crer é poder
2 M	Vida melhorou bastante Melhor educação para os nossos filhos Filhos estudaram na escola comunitária, não tiveram que deslocar para longe, principalmente as meninas que deixavam de estudar muitas vezes para cuidarem da casa e dos irmãos mais novos.	Lajedos tornou-se num ponto de referência Ganhamos a vida Viajamos para organizar feiras noutros sítios, temos contacto com outras pessoas e com outras experiências	Parte do lucro reverte a favor da comunidade
3 M	Toda a gente beneficia	Tem acesso aos recursos Filhos têm uma biblioteca e um centro de estudo para estudar Projecto veio nos abrir os olhos e nos mostrar que há muita coisa por fazer.	Acho se o AM sair agora, as coisas poderiam decair, mas continuávamos a lutar pela nossa vida e pela nossa comunidade
4 H	Pessoas passaram a preocupar mais com a sua vida e com e com a sua saúde Muitos postos de trabalho para Lajedos Escoamento de produtos caseiros na feira (tudo forma de rendimento).	Hoje tenho muito orgulho da minha comunidade, reúne pessoas de vários sítios, tem uma feira boa.	Hoje já somos capazes de manter a nossa comunidade neste ritmo de desenvolvimento.

5 M	Ensino alargou-se a todas as crianças	Pessoas saíram da apatia que viviam. Ao longo do projecto fomos descobrindo a nossa cultura.	Os nossos filhos e os nossos netos serão muito mais felizes que nós, vão ter outras oportunidades, encontraram uma comunidade desenvolvida
6 M	Não sente beneficiado	Não responde	Não responde
7 H	Nada mudou	Não responde	Não responde
8 H	Escola Restaurante Feira Vida mudou muito - para melhor	Temos mais poder dentro da nossa comunidade Grande valorização dos aspectos tradicionais e da cultura	Não responde
9 M	Melhorias em termos de saúde, educação e alimentação	Hoje sinto-me capaz de resolver os meus problemas e de ajudar os próximos Ancorado na cultura local. Damos mais valor a nossa cultura e as nossas tradições	Não responde
10 H	Muitos empregos criados + Educação (escola e jardim) Luta contra pobreza extrema Donas casas conseguem variar mais na alimentação da sua família (acesso a temperos verdes que n tinham anteriormente).	Lajedos hoje é falado em todo o país Boa imagem comunidade lajedos Muitas visitas nacionais e estrangeiras Abriram-se novos horizontes. Orgulho em pertencer a comunidade Mais convivência e inter-ajuda.	Nunca mais voltamos a ser como éramos antes
	Graças ao projecto consegui o meu 1º emprego	Lajedos esta cada vez melhor	Acredito sim. Agora somos um povo de olhos bem

11	Projecto tem contribuído para a luta contra a pobreza	Sinto-me realizada Já resolve os seus problemas Minha vida mudou para melhor, trabalho para a minha comunidade Projecto ancorado na cultura Local, Valorização da cultura Local	abertos.
M			
12	Trouxe emprego, melhorias na alimentação e na saúde Feira que anima a comunidade, e consigo através dela e não só, escoar os meus produtos. Pessoas têm mais dinheiro para gerirem as suas vidas	Beneficiei de formação sobre terreno, animais e gado. Descobri que sou capaz de tocar meu negócio para frente. Hoje faço o meu trabalho com outra confiança, outra ideia, outra expressão”, Tenho muito confiança em mim e em prosseguir. Há mais informação e abertura na comunidade	Lajedos deu uma volta de 360° Da minha parte continuarei a fazer como tenho feito e a tentar melhorar quando o AM deixar de intervir.
H			
13	Escola de 5 e 6ª classe muito precisa na comunidade e serve toda a comunidade. Oficinas de doces licores e a das pedras cada vez tem aumentado os seus rendimentos, que acabam por ficar de uma forma ou de outra na comunidade. (carros, carregadores, filhos, irmãos). Zona tem melhorado nos aspectos sócio económicos.	Quem não vê desenvolvimento em Lajedos só poder ser cego” Fiz uma formação que me tem ajudado muito no meu dia-a-dia e como membro da associação de Lajedos”. Em casa sou muito melhor como chefe de família, aprendi muito.	Já temos a enxada para trabalhar. A própria comunidade já consegue caminhar sozinha O Atelier mar ensinou-nos a andar com os nossos próprios pés”.
H			
14	Luta contra a Pobreza mais que o Estado e o seu projecto de luta contra a pobreza.	Estou muito satisfeito já consigo dar uma vida melhor aos meus filhos com os rendimentos que consigo aqui no trabalho na minha comunidade. Recebi uma formação e foi bom terem-mos avaliado. Passamos a acreditar que somos capazes. (auto avaliação e auto estima).	Um bom líder acaba por fazer com que as coisas funcionam, os projectos com um bom líder são sustentáveis. Nem todos os projectos têm um bom líder
M			
15	O projecto emprega muita gente, trouxe ideias A nossa vida mudou para melhor.	Hoje é mais fácil resolver qualquer problema em Lajedos. Projecto trouxe muita convivência que acaba por trazer	Sim, se tivermos iniciativa e continuarmos a pensar em coisas novas no sentido de ajudar a desenvolver a nossa comunidade cada vez mais.

M		união, amizade, inter ajuda e principalmente solidariedade – a feira tem ajudado muito.	
16 M	Projecto fez muito para Lajedos	Coisas tão simples que nunca tínhamos pensado antes vieram dar outra cor as nossas vidas.	Não responde
17 M	Lajedos não tinha nada de nada, depois da chegada do AM já podemos chamar isso de uma comunidade.	<p>“Cultura local tem sido valorizada. Temos um grupo musical que vai animado muitas actividades do projecto. O projecto ajudou-nos a valorizar mais as nossas raízes e ter orgulho na nossa cultura”</p> <p>As formações nos ajudaram muito. Sempre gostei de cozinhar e agora posso ganhar a vida a fazer uma coisa que eu gosto.</p>	Não responde
18 H	Emprega muita gente, dão ideias de novas formas de emprego que nunca imaginamos em Lajedos.	<p>Antes do projecto não dávamos valor a nossa cultura. Passamos a nos valorizar mais desde que o projecto chegou em Lajedos.”</p> <p>Hoje é mais fácil resolver qualquer problema, as pessoas têm mais voz e participam mais na resolução dos seus problemas. Porque mesmo que não vão directamente, consultem os vizinhos, pedem opinião.</p> <p>Através do sítio museológico já se pode contactar qualquer sítio de Lajedos, através do fax, Internet... qualquer comunicação com o exterior fica mais fácil.</p>	O facto da associação não entender muito com o Atelier Mar pode comprometer a sustentabilidade do projecto em termos comunitários, mas individualmente já estamos esclarecidos o suficiente para tocarmos as nossas vidas.
19 M	Muita gente já não precisa deslocar até ao Porto Novo para arranjar um emprego. Já temos alguns empregos na zona e precisamos melhorar mais neste sentido.	Nós as mulheres passamos a ser vistos de outra forma no seio da nossa família porque já podemos arranjar alternativas e levar algum sustento para os nossos filhos. Na feira já é possível vender alguns produtos agrícolas e os nossos filhos já vivem de uma forma mais digna.	Sim acredito que já temos a base para continuar, e isso dá-mos graças ao AM e ao Projecto

20 H	<p>Com a escola comunitárias as nossas crianças vão muito mais preparadas para o liceu.</p> <p>Temos alimentado muito melhor. Com a feira adquirimos produtos a um bom preço e se deslocar para outros sítios.</p> <p>Houve a muitas oportunidades de emprego</p>	<p>Antes até tínhamos medo dizer o que pensávamos</p>	<p>Não responde</p>
-------------	---	---	---------------------

Fonte: Entrevistas a Observadores do projecto

	Melhoria condições de vida (emprego, habitação, Saúde, educação, saneamento)	Empowerment	Sustentabilidade
1 H	<p>Lajedos tem-se tornado num destino turísticos que muito tem contribuído para a dinamização da economia.</p> <p>Feira tem sido um momento de convívio e de troca comercial</p> <p>Contribuído muito no sector da agricultura</p> <p>Varias iniciativas empresariais</p> <p>Luta contra a pobreza e exclusão através dos recursos da própria comunidade</p> <p>Empresas sustentáveis</p> <p>Projecto contribui com escolas, esplanadas, oficinas</p>	<p>Lajedos tem sido conhecido a nível nacional e não só. Mudanças mentalidade no sector da agricultura. Melhoria do ambiente</p> <p>Lajedos está-se a transformar na sala de visita do concelho Porto Novo.</p> <p>Projecto tem tentado acabar com a mentalidade assistencialista que tem a população de lajedos</p> <p>Lajedos está orgulho desse percurso tem havido promoção da música, dança. Grupos de lajedos começam a ter projecção no conselho com diversas actividades.</p> <p>Pessoas estão no caminho de virem a serem donas do seu próprio futuro, mesmo as que dizem que não acreditam no projecto.</p>	<p>Uma vez que o projecto gera recursos próprios, acredito que vá em direcção a sustentabilidade.</p> <p>A escola permitiu um aumento da escolaridade na comunidade</p> <p>Formação profissional dada aos colaboradores das oficinas várias</p> <p>A babilónia como restaurante também vem ajudar nesta sustentabilidade</p> <p>Sensibilização da população para os problemas do lixo e conservação do ambiente.</p>
2 M	<p>Comunidade de Lajedos hoje tem mais alternativas, sabem que existem outras formas de ganhar a vida que não seja só cultivar a terra e trabalhar para o Estado.</p> <p>A feira é o maior exemplo disso, muitas famílias estão lá representadas, toda a gente pode participar com o que melhor sabe fazer.</p>	<p>Projecto induz ao desenvolvimento, gera conhecimento, mexe com competências e isso leva ao empowerment. Vai-se notar isso na geração que está a emergir.</p> <p>Nota-se mais auto estima e confiança nas pessoas em relação as suas capacidades e estão muito motivadas para aprenderem e adaptarem as novas situações, principalmente as mulheres.</p> <p>As mulheres de lajedos tem-se revelado umas autenticas lideres na comunidade. Têm muita garra.</p>	<p>Sim, já se nota essa sustentabilidade. Por exemplo a comunidade de lajedos hoje destaca-se pela sua forma de estar e pela sua atitude. As pessoas já perceberam que tem de ser elas a guiar a sua vidas. Muitas delas já me procuraram para expor algumas ideias de pequenos negócios. Já tem todo um espírito de empresários dentro deles, algumas vezes com alguma insegurança, mas certos que são capazes.</p>
3 H	<p>Hoje há emprego em lajedos, há escolas, restaurante com musica, com pratos tradicionais,</p>	<p>Sinto as pessoas muito motivadas a fazer e a ter...</p> <p>Sentem muito orgulho da sua comunidade.</p> <p>Grande auto estima, que já sabem enfrentar os seus problemas.</p> <p>O projecto deu poder as pessoas pr seguirem o seu caminho</p>	